ISSN 1413-4063

psicologia revista

Revista da Faculdade de Psicologia da PUC-SP

Neuropsicologia Cognitiva e AIDS

Vínculos e separação conjugal

Participação social no século XXI

Gravidez em adolescentes

Trabalho de grupo

Imaginário da hanseníase

Arquétipos da bruxa

Crianças e divórcio

Número 9 - Dezembro 1999

educ

FAÇA SUA ASSINATURA DA Psicologia Revista

A Faculdade de Psicologia da PUC-SP iniciou em 1995 a edição do periódico ***Psicologia Revista***, que tem entre seus objetivos:

Contribuir com a produção do conhecimento em Psicologia, através de divulgação de trabalhos, tanto de pesquisadores e pensadores da PUC-SP quanto dos externos a ela, que possuam relevância e qualidade reconhecidas pela comunidade acadêmica.
*Influenciar positivamente a busca de qualidade da produção de conhecimento em Psicologia e o debate a respeitc de em que ela consiste, pelo estabelecimento de um procedimento de análise de qualidade para a seleção de artigos para publicação (**filtro de qualidade**) e pelo compromisso de manter em contínua rediscussão, pela comunidade acadêmica, os critérios que o constituem.*

A ***Psicologia Revista*** publica: relatos de pesquisa, artigos teóricos, revisões de literatura, resenhas críticas, entrevistas, resumos de dissertações e teses, comunicações sobre pesquisa em andamento, debates e palestras (vide Normas para apresentação e publicação).

Os artigos são avaliados por um Conselho Científico de alto nível, composto por profissionais especializados de diversas instituições de ensino brasileiras.

A assinatura anual inclui dois números que são publicados semestralmente.

Solicite sua assinatura através do formulário anexo, seguindo as instruções nele apresentadas.

Os valores para assinatura são variáveis, de acordo com sua opção. Para números avulsos, o valor é de R$ 12,00.

Psicologia Revista

Revista da Faculdade de Psicologia da PUC-SP
Formulário para aquisição – Assinatura ou Avulsa

O valor da assinatura é variável de acordo com sua opção. Veja opções abaixo.
O valor do número avulso é de R$ 12,00.

Envie este formulário preenchido, anexando cheque nominal a **Ana Mercês Bahia Bock**, no valor da opção feita, ao endereço abaixo:

Faculdade de Psicologia da PUC-SP
Psicologia Revista
a/c - Luci Cristina S. D'Aloisio
Rua Monte Alegre, 984 - sala T.54 - Perdizes
Cep 05014-001 - São Paulo - SP

Telefone para contatos: (11) 3670-8155

Nome.....
Endereço.....
Cep..... Cidade..... Estado.....
Telefone..... Profissão.....

Data..... Assinatura.....

Indique abaixo a opção desejada	**Quantidade**	**Preço Unit.**	**Total**
Assinatura "A" - nºs 10 e 11		R$ 20,00	
Assinatura "B" - nºs 8, 9 e 10		R$ 32,00	
Assinatura "C" - nºs 7 e 8		R$ 20,00	
Publicadas de 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 (pacote)		R$ 90,00	
Números avulsos - 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 (cada)		R$ 12,00	
TOTAL	//////////////	//////////////	

Cheque nº..... Agência..... Banco.....

psicologia revista

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Reitor
Antonio Carlos Caruso Ronca

Vice-reitora Acadêmica
Sueli Cristina Marquesi

Faculdade de Psicologia da PUC-SP

Direção
Ana Mercês Bahia Bock

Vice-direção
Kátia El Id

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Reitora Nadir Gouvêa Kfouri – PUC-SP

Psicologia Revista / Faculdade de Psicologia da PUC-SP. – N. 1 (1995) – São Paulo: EDUC

1995 -

Semestral

ISSN 1413-4063

1. Psicologia – periódicos. I. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Faculdade de Psicologia.

CDD 150.05

Indexada no LILACS

ISSN 1413-4063

psicologia revista

Revista da Faculdade de Psicologia da PUC-SP

educ

Psic. Rev. S. Paulo - n. 9 - p. 1-123 - dez. 1999

psicologia revista

Editores
Noely Montes Moraes
Rosane Mantilla de Souza

Conselho Editorial
Chica H. Guimarães
Eliana Bertolucci
Maria Cecília Vilhena M. Silva
Marina Pereira Gomes
Rosa Macedo
Natália Alves Barbieri
(Centro Acadêmico)
Maria Elizabeth Montagna
Odette de Godoy Pinheiro

Conselho Científico

Antonio Virgílio Bittencourt Bastos
Universidade Federal da Bahia

Bernardete Angelina Gatti
Departamento de Pesquisas Educacionais Fundação Carlos Chagas
Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Educação - PUC-SP

Carlos Roberto Drawin
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - Universidade Federal de Minas Gerais

Carolina Martuscelli Bori
Núcleo de Pesquisa sobre Ensino Superior - USP

César Ades
Departamento de Psicologia Experimental Instituto de Psicologia - USP

Claudia Lemos
Instituto de Estudos de Linguagem - Unicamp

Iray Carone
Departamento de Psicologia da Aprendizagem, do Desenvolvimento e da Personalidade Instituto de Psicologia - USP

Liana Fortunato Costa
Universidade de Brasília

Luis Carlos Nogueira
Departamento de Psicologia Clínica
Instituto de Psicologia - USP

Luiz Roberto Monzani
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - Unicamp

Maria Clotilde Rossetti Ferreira
Departamento de Psicologia e Educação
Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto - USP

Maria Ruth Gonçalves Pereira
Departamento de Psicodinâmica
Faculdade de Psicologia - PUC-SP

Mathilde Neder
Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica - PUC-SP

Mauricio Knobel
Universidade Estadual de Campinas - Unicamp
International Federation for Medical Psychotherapy
Fundação Campineira de Saúde Mental

Pedrinho Árcides Guareschi
Instituto de Psicologia - PUC-RS

Peter Kevin Spink
Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social - PUC-SP Fundação Getúlio Vargas

Silvia Tatiana Maurer Lane
Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social - PUC-SP

Ubiratan D'Ambrosio
Universidade Estadual de Campinas - Unicamp Conselho Diretor do Núcleo de Apoio à Cultura e Extensão - Arte, Tecnologia e Comunicação (NACEATC), da Universidade de São Paulo

Valentim Gentil Filho
Departamento de Psiquiatria
Faculdade de Medicina - USP
Instituto de Psiquiatria - Hospital das Clínicas da FMUSP

Yolanda Cintrão Forghieri
Departamento de Psicologia da Aprendizagem, do Desenvolvimento e da Personalidade Instituto de Psicologia - USP

Correspondência e assinaturas:
psicologia revista
Rua Monte Alegre, 984, Sala T-53 - 05014-0001 - São Paulo - SP
Fone (11) 3670-8155 - KS22 - Das 9:00 às 18:00

educ

Direção
Maria do Carmo Guedes
Maria Eliza Mazzilli Pereira
Coordenação Editorial
Sonia Montone
Preparação de Originais
Sergio Vasconcelos de Luna
Revisão de Texto em Português
Sonia Rangel
Revisão de Texto em Espanhol
Damian José Kraus
Revisão de Texto em Inglês
Carolina Siqueira M. Ventura
Editoração Eletrônica
Waldir Antonio Alves
Projeto Gráfico
Carla Regina de M. Castilho

Educ - Editora da PUC-SP
Rua Ministro Godói, 1213 - 05015-001 - São Paulo - SP
Telefax: (11) 3873-3359
E-mail: educ@pucsp.br

Sumário

Editorial 7

Artigos

Neuropsicologia cognitiva e aspectos neuropsicológicos
da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
(Cognitive neuropsychology and neuropsychological aspects in the Acquired Immune Deficiency Syndrome)
Carlos Eduardo Costa 11

Até que a morte os separe?
(Till death do them part?)
Vera Regina Rohnelt Ramires 25

Formas de participación social en el siglo XXI:
nuevos retos para la psicología social
(Formas de participação social no século XXI: novos desafios para a psicologia social; Forms of social participation in the 21st century: new challenges to social psychology)
José Joel Vázquez Ortega 39

Gravidez em adolescentes: o papel da escola pública
(Teenage pregnancy: the role of the public school)
Miriam Santoro de Souza Lima 49

O grupo como método
(The group as method)
Lazslo Antonio Ávila 61

Entre o discurso e a imagem corporal:
um estudo sobre o imaginário da hanseníase
(Between social representation and corporal image: a study about the mental imagery concerning leprosy)
Kátia Rubio 75

Velhas bruxas, jovens bruxas: transformações no arquétipo da bruxa
(Old witches, young witches: changes in the witch archetype)
Gisele Falanga Capela 95

As crianças e suas idéias sobre o divórcio
(Children and their ideas about divorce)
Rosane Mantilla de Souza 103

Normas 121

Editorial

Redigir a apresentação de mais um volume deste periódico traz sempre uma enorme satisfação. Por um lado, finaliza nossa tarefa: um percurso que inicia na recepção dos artigos e finaliza no envio para editoração e gráfica. Trata-se de um longo processo – e, muitas vezes, árduo –, nem sempre visível para todos. Por isso, gostaríamos, nesta apresentação, de descrever um pouco este mecanismo e ressaltar os créditos daqueles que vêm sistematicamente contribuindo para que a *Psicologia Revista* permaneça realizando sua proposta de apresentar, divulgar e apoiar os novos conhecimentos da Psicologia, não só produzidos em nossa PUC-SP, mas, cada vez mais, em outras universidades paulistas, em outros estados brasileiros e na América Latina.

Assim, comecemos pelos autores que nos procuram, enviando o produto de seu trabalho. Todos nós, que buscamos produzir conhecimentos no Brasil, sabemos das dificuldades enfrentadas para fazer pesquisas e projetos de intervenção: ausência de fundos, de recursos humanos e de material. Reflexões redigidas em tempo roubado de si mesmo, do lazer ou da família. Por isso, devemos ressaltar o valor de todos aqueles que pacientemente enfrentam e compreendem, com simpatia, nossas exigências editoriais, os limites qualitativos e quantitativos, nossos atrasos, idas e vindas. Esperamos continuar contando com todos.

Quando um artigo chega, ele é enviado a pareceristas do nosso Conselho Científico ou Editorial ou a um consultor *ad hoc.* Neste ano de 1999, devemos agradecer, além dos membros dos conselhos, toda a atenção e o esforço de Adrianna Loducca Ribeiro, Ana Mercês Bahia Bock, Antonio Carlos Amador Pereira, Camila Pedral Sampaio, Fernanda da Cruz Gouveia, Eloisa Penna, Maria Cecília de Faria, Maria Helena P. F. Bromberg, Marina Pereira Gomes, Miriam Debieux Rosa, Odair Furtado, Plínio de Almeida Maciel Junior, Raul Albino Pacheco Filho e Regina Gorodscy.

Artigo selecionado, às vezes após algumas alterações solicitadas pelo parecerista, ele vai para preparação. Tem sido inestimável o trabalho do professor Sergio Varconcelos de Luna, não só pela qualidade, mas também pela presença amiga, conselhos, muito apoio moral e ombro amigo. Artigo preparado volta ao autor que, novamente, faz de pequenas a grandes alterações para, afinal, termos textos prontos.

Material finalizado, acaba nossa parte e vai para a editora, no nosso caso a Educ. Tudo é revisto e preparado graficamente, para depois ser enviado à gráfica. Neste ano que termina, não podemos deixar de citar a colaboração de Maria Eliza Mazzilli Pereira e Maria do Carmo Guedes e do trabalho editorial anterior da Magali Oliveira Fernandes e atual da Sonia Montone, participações inestimáveis.

Mas nada disso seria possível sem o apoio monetário com que temos sistematicamente contado por parte da Fapesp, que não só tem colaborado financeiramente mas também nos estimulado através de pareceres que têm permitido o aprimoramento de nosso trabalho.

Como editoras, não podemos deixar de citar o quanto os departamentos da Faculdade de Psicologia da PUC-SP têm, cada vez mais, se esmerado em qualificar seu trabalho, atuando não só na produção científica mas na qualificação interna da mesma, e particularmente a nossa "Comissão de Emergência", composta pela diretora da Faculdade de Psicologia, Ana Mercês Bahia Bock, Hilda Regina Ferreira, Marlise Bassani, Maria Helena P. F. Bromberg e Odair Furtado, que têm nos auxiliado exaustivamente na tentativa de regularizar nossa periodicidade comprometida. A eles devemos muito na captação de artigos e divulgação deste periódico pelo Brasil afora e pelo mundo.

E, para finalizar, temos de citar aqueles que estão presentes em todos os momentos, desde a recepção dos artigos até o envio da revista pronta para assinantes, biblioteca e autores: Daniel Watanabe e Luci Cristina Santos D'Aloisio. Não há como agradecer a colaboração mas, principalmente, o bom humor, a paciência e o eterno sorriso.

Obrigada, também a você, leitor amigo: contamos permanecer com a atenção de todos e esperamos que apreciem os artigos que se seguem.

As Editoras

artigos

Neuropsicologia cognitiva e aspectos neuropsicológicos da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida*

Carlos Eduardo Costa**

RESUMO. O presente artigo procura pontuar o que vêm a ser neuropsicologia – seu método e seu objeto de estudo – e a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS) e discorrer sobre alguns dos aspectos neuropsicológicos envolvidos na AIDS. Quanto à neuropsicologia, o texto discorre sobre os seus alicerces (i.e., a psicologia cognitiva, incluída a psicolingüística) e os modelos neurais da biologia. Em relação à AIDS o texto aborda sua etiologia, seu critério diagnóstico e sua evolução. Finalmente, acerca dos aspectos neuropsicológicos da AIDS, o texto se concentra na encefalopatia pelo HIV, nos estudos sobre déficits cognitivos em pacientes HIV-positivos sintomáticos e assintomáticos e pontua algumas infecções oportunistas, comuns entre os pacientes com AIDS, que atingem o sistema nervoso central.

Palavras-chave: neuropsicologia, psicologia cognitiva, Síndrome da Imunodeficiência Adquirida, Infecção por HIV, AIDS.

ABSTRACT. The present article aims to define Neuropsychology – its method and its object of study – and the Acquired Immune Deficiency Syndrome (AIDS) and to analyze some of the neuropsychological aspects involved in AIDS. As for Neuropsychology, the text approaches its bases (cognitive psychology, including psycholinguistics) and the neural models of Biology. In relation to AIDS, the text approaches its etiology, its diagnostic criteria and its evolution. Finally, concerning the neuropsychological aspects of AIDS, the text focuses on the HIV-related encephalopathy, on studies about cognitive deficits in symptomatic and asymptomatic HIV-positive patients and analyses some opportunistic infections that are common among patients suffering from AIDS, affecting the Central Nervous System.

Key-words: neuropsychology, cognitive psychology, Acquired Immune Deficiency Syndrome, HIV infection, AIDS.

Este artigo tem por objetivo esboçar um panorama geral do que é neuropsicologia e a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS), para alunos de psicologia e psicólogos recém-formados (e profissionais de áreas afins) e pontuar a inter-relação destas duas áreas do conhecimento. Deve, portanto, ser considerado como um texto introdutório visando, neste sentido, colocar o leitor em contato apenas com conceituações básicas, não visando de modo algum ser um texto definitivo (se é que algum texto em psicologia ou outra área do conhecimento pode sê-lo) ou mesmo trazer idéias que não tenham sido, de alguma forma, arroladas e discutidas em outros artigos.

É interesse deste trabalho que, através deste contato inicial com estas áreas do conhecimento (i.e., neuropsicologia e HIV/AIDS), o leitor possa procurar novas

* Aula proferida no curso de Aprimoramento Profissional em Psicologia Hospitalar do Instituto de Infectologia "Emílio Ribas", em outubro de 1997.

** Professor de Psicologia Geral e Experimental da Universidade Paulista (UNIP-SP). E-mail: caecosta@uol.com.br

leituras, formular questões ainda em aberto e buscar os procedimentos capazes de respondê-las. É importante ressaltar que não serão abordadas, no presente artigo, formas de intervenção neuropsicológicas em qualquer tipo de paciente.

Uma breve introdução à neuropsicologia cognitiva

Neuropsicologia – termo consolidado na literatura – refere-se ao estudo das correlações entre experiência (i.e., funções cognitivas, comportamento) e seus processos biológicos básicos (i.e., eventos neurais) (Guttmann, 1994; Rodrigues, 1993, 1995). Embora o termo "neuropsicologia" destaque o papel dominante do sistema nervoso, outros sistemas são levados em consideração (e.g., sistema hormonal) (Guttmann, 1994).

Como o termo neuropsicologia *per se* não deixa explícito que área do conhecimento da psicologia será levada em consideração – ou será utilizada como substrato para as análises neuropsicológicas –, vamos optar por denominá-la de "neuropsicologia cognitiva", termo utilizado por Ellis e Young (1988). Neste sentido, a neuropsicologia cognitiva pode ser definida, segundo Barbizet e Duizabo (1985), como a área do conhecimento que estuda os distúrbios das funções cognitivas superiores, produzidos por alterações cerebrais.

Vale ressaltar que a neuropsicologia cognitiva é muito mais do que somente uma catalogação dos diferentes problemas que podem ser originados de um cérebro-lesado. Como uma abordagem para o entendimento da "mente" e do cérebro, a neuropsicologia cognitiva é tanto velha quanto nova; velha no sentido de que as questões desta área do conhecimento são aquelas que têm instigado filósofos, psicólogos, neurologistas e outros profissionais por vários séculos; nova porque somente nos últimos anos a neuropsicologia cognitiva tem estabelecido e articulado sua abordagem (i.e., métodos, abrangência, definições, etc.). Como o nome sugere, a neuropsicologia cognitiva representa uma convergência da psicologia cognitiva e neuropsicologia (Ellis e Young, 1988).

Pode-se dizer que a neuropsicologia cognitiva possui dois propósitos básicos. O primeiro é explicar os padrões do desempenho cognitivo prejudicado e intacto vistos em pacientes cérebro-lesados em termos do dano de um ou mais componentes de uma teoria ou modelo de funcionamento cognitivo normal. O segundo propósito da psicologia cognitiva – amplamente responsável pelo crescente interesse que se nota recentemente por essa abordagem – é tirar conclusões acerca dos processos cognitivos intactos (i.e., normais) a partir dos padrões do desempenho cognitivo prejudicados e intactos vistos em pacientes cérebro-lesados (Ellis e Young, 1988; Eysenck e Keane, 1994).

Portanto, a hipótese geral da neuropsicologia cognitiva é a de que os dados cognitivos apresentados por um paciente cérebro-lesado são o resultado do funcionamento cognitivo normal de um sistema que apresenta alguns componentes danificados[1] (Seron, 1993).

Há ainda a posição de alguns neuropsicólogos que defendem o estudo das correlações entre cérebro e o comportamento humano, incluindo, além das funções cognitivas, os aspectos das vivências mentais subjetivas e da conduta social do indivíduo. Entretanto, esta posição fica mais no campo da intenção do que da prática experimental. É o desejo de muitos neuropsicólogos que a neuropsicologia cognitiva venha abarcar, dar conta de explicar, estes campos, mas os estudos realizados até o presente momento são superficiais e inconsistentes (Rodrigues, 1993).

Segundo Rodrigues (1993, 1995), a neuropsicologia cognitiva está alicerçada em dois modelos[2] principais:

Cognição: psicologia cognitiva, incluída a psicolingüística[3].

Cérebro: modelos neurais da biologia.

Psicologia cognitiva

A psicologia cognitiva é uma abordagem psicológica, surgida em meados do século XX, como uma forte oposição ao behaviorismo. As críticas de Noan Chomsky quanto à dificuldade do Behaviorismo em lidar com a aquisição e natureza da linguagem, os avanços tecnológicos (e.g., telecomunicações, o advento do computador, etc.) e as reuniões e publicações ocorridas a partir do encontro de diversos profissionais no Instituto de Tecnologia de Massachussets

1 É claro, neste ponto, a forte analogia, trazida da psicologia cognitiva, homem/máquina; no caso da teoria do processamento de informação, dentro da psicologia cognitiva, com a metáfora cérebro/computador. Tal posição é extremamente polêmica. O quanto o funcionamento de um computador pode ser uma boa metáfora para o funcionamento cognitivo humano ainda não está claro, muito menos há uma posição consensual entre os teóricos.

2 Modelo, é definido por Rodrigues (1993, p. 3) como "...um constructo não matemático, relativamente inexato e que contém de maneira diagramática os conteúdos fundamentais de uma dada teoria".

3 Quanto aos alicerces da neuropsicologia, segue-se neste artigo o ponto de vista de Rodrigues (1993), que discorre sobre a "neuropsicologia cognitiva". Entretanto, pode-se argumentar que uma abordagem comportamental poderia ser empregada com sucesso em tratamentos neuropsicológicos. Não é objetivo do presente artigo polemizar sobre esta questão, mas pode-se adiantar que, segundo Todorov (1982), o behaviorismo analítico afirma que sentenças sobre eventos mentais ou cognitivos, quando analisadas, podem ser tratadas como sentenças acerca do comportamento. Em outras palavras, a abordagem comportamental atualmente pode "dar conta" dos denominados "processos cognitivos", por exemplo, através da análise do comportamento governado por regras (sobre este assunto ver, Zettle, 1990, entre outros). Além disso, Lettner (1995) apresenta casos de pacientes com distúrbios neuropsicológicos que foram eficazmente tratados com um procedimento cognitivo-comportamental. Portanto, a área do conhecimento na psicologia que pode alicerçar a neuropsicologia é mais ampla e requer mais discussão do que possa parecer a princípio.

(MIT), em 1956, foram alguns pontos decisivos para o surgimento da psicologia cognitiva – a chamada "revolução cognitiva" (Atkinson, Atkinson; Smith e Bene, 1995; Gardner, 1995; Eysenck e Keane, 1994).

A psicologia cognitiva pode ser entendida como a área da psicologia que se ocupa com o estudo dos processos mentais (i.e., cognitivos) que estão subjacentes à nossa habilidade de reconhecer objetos e pessoas familiares, a memória, a linguagem (falada, lida ou escrita), a formação de conceitos, a resolução de problemas, a atenção, o planejamento e a execução de ações, a representação, etc. (Smyth et alii, *apud* Ellis e Young, 1988; Wagenknecht, 1994; Eysenck e Keane, 1994). A psicologia cognitiva, portanto, representa um retorno ao "objeto" histórico da psicologia, na medida em que procura responder a questões referentes à natureza da "mente". Entretanto, diferentemente de outras abordagens, a psicologia cognitiva utiliza-se de métodos objetivos ao invés de subjetivos; ou seja, o comportamento "público" é observado para inferir eventos mentais (Martidale, 1991).

Colocado de uma maneira simples, pode-se dizer que a psicologia cognitiva, segundo uma abordagem do processamento de informação, levanta hipóteses buscando sua verificação através de metodologia experimental com sujeitos humanos normais. Os psicólogos cognitivos manipulam estímulos (*inputs*) e medem a latência para as respostas (*outputs*), inferindo que quanto maior a latência (i.e., o tempo de reação entre um estímulo e uma resposta) tanto mais complexas e numerosas as operações mentais (i.e., cognitivas) realizadas (Seron, 1993).

Lingüística, psicolingüística e neurolingüística

Lingüística refere-se ao estudo das línguas nas suas mútuas relações e nos seus princípios, leis fonéticas e semânticas, morfologias, raízes, etc. (*Grande Dicionário Brasileiro Melhoramentos*, 1973). Em outras palavras, pode-se tentar circunscrever a lingüística como uma disciplina ocupada tanto em descrever de forma sistemática o multiestratificado quadro de regras (i.e., a gramática) ao qual devem obedecer as produções lingüísticas, quanto em investigar as alterações históricas do quadro de regras, regularidades seqüenciais e relações ou correspondências para as unidades lingüísticas em diversos níveis (e.g., nível fonêmico, grafêmico, morfêmico etc.) (Kaminski, 1994a).

O termo psicolingüística é comumente utilizado como sinônimo de "psicologia da linguagem" e, sucintamente, envolve interesses multidisciplinares tais como: lingüística, teorias da comunicação, antropologia cultural, etc. (Kaminski, 1994b).

A neurolingüística refere-se a todo estudo que busca traçar correlações entre a linguagem (produtiva e receptiva) e estruturas neurais subjacentes (Rodrigues, 1995).

Rodrigues (1993) argumenta que a lingüística poderia ser posta em separado da cognição, pois – segundo uma conferência, não publicada, proferida por E. Albano, em 1993, no NECC-PUC-SP – há fortes indícios de que os processos cognitivos e lingüísticos são elementos com naturezas distintas, possuindo razoável autonomia entre si. Vejamos dois exemplos: (a) primatas superiores possuem razoável capacidade cognitiva, muito acima de suas capacidades de formular regras gramaticais; (b) pessoas cérebro-lesadas podem apresentar grandes perdas de suas capacidades gramaticais sem praticamente qualquer prejuízo em outros aspectos da cognição. Entretanto, Rodrigues (1995) pontua que há uma mudança de posição teórica entre os artigos de 1993 e 1995 e, neste último, coloca a psicolingüística no âmbito da psicologia cognitiva.

Contudo, este não é o tema central do presente artigo. O importante aqui é ter claro que estudos em "neuropsicolingüística", basicamente, tratam de estudos de distúrbios (de produção ou recepção) relativos à linguagem, relacionados a substratos neurais específicos.

Modelos neurais da biologia

Quanto aos modelos neurais da biologia, que nos dão o modelo da estrutura e do funcionamento cerebral, não é necessário comentários ou apresentações. Várias são as obras que discorrem sobre as questões da neuroanatomia e neurofisiologia, úteis para o entendimento de qualquer questão em neuropsicologia.

Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS)

A Síndrome da Imunodeficiência Adquiria (AIDS) é uma doença viral, cujo agente etiológico é o Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV). O vírus é transportado pelo sangue e transmitido principalmente pelo contato sexual desprotegido, utilização de agulhas ou outros objetos com sangue contaminado, pela infecção intra-uterina, pelo aleitamento materno, pela transfusão de sangue ou hemoderivados (Nicoletti, 1996; Markowitz e Perry, 1996). O vírus instala-se primariamente no interior dos linfócitos humanos, causando progressivamente alterações no sistema imunológico, tornando-o menos eficaz no combate à doenças oportunistas e neoplasias, que aproveitam-se da baixa resistência do organismo infectado para atacá-lo (Nicoletti, 1996).

Os estágios dessa infecção pelo HIV seguem a seguinte história natural, como postulado por Bartlett (1996): (a) transmissão viral; (b) síndrome retroviral aguda; (c) soroconversão; (d) período de latência clínica com ou sem linfadenopatia generalizada persistente (LGP); (e) infecção sintomática precoce – anteriormente conhecida como *AIDS-Related Complex* ou *ARC*; (f) AIDS – segundo o critério do CDC de 1987, revisado em 1983, entre as condições que a indi-

cam estão incluídos todos os casos com contagem de células CD4 menor que 200/mm^3; e (g) infecção avançada pelo HIV, cuja característica é CD4 abaixo de 50/mm^3.

A evolução completa da doença dura em média 10 anos (Markowitz e Perry, 1996; Bartlett, 1996). Entretanto, quando o CD4 atinge níveis abaixo de 200/mm^3, a perspectiva de sobrevida gira em torno de 38 a 40 meses[4]. Praticamente todos os pacientes, tratados de forma adequada, que morrem de complicações decorrentes da AIDS, estão com o nível de CD4 abaixo de 50/mm^3. Por esta razão, muitos especialistas adotam uma ação médica agressiva para prevenir infecções oportunistas em pacientes cujos níveis de CD4 estão entre 0 e 50/mm^3, com menos ênfase nesta fase no tratamento antiretroviral. Evidentemente, há muitas variáveis que interferem com esses dados como, por exemplo, a idade da pessoa infectada. Outras variáveis não parecem significantes quanto à sobrevida do paciente. Por exemplo, grupos étnicos, sexo e categoria de risco não parecem alterar os índices de progressão da doença (Bartlett, 1996).

Neuropsicologia e AIDS

Segundo Markowitz e Perry (1996), os déficits neuropsicológicos em pessoas portadoras do HIV podem ser:

a) primários: causados diretamente pelo HIV (e.g., complexo de demência da AIDS);

b) secundários: quando a imunodeficiência leva a infecções oportunistas ou tumores que atingem o sistema nervoso central – S.N.C. (e.g., toxoplasmose, citomegalovírus, tuberculose, etc.);

c) iatrogênicos: resultantes do tratamento medicamentoso do HIV ou suas seqüelas.

Por se tratar de uma síndrome, a AIDS envolve alterações mentais complexas e multietiológicas (Markowitz e Perry, 1996). Ou seja, um dos fatores complicantes dos aspectos neuropsicológicos da AIDS é o fato de raramente o S.N.C. ser acometido por etiologia única e focal. O comprometimento do sistema nervoso é multietiológico, multifocal e difuso.

Patologias cerebrais, verificadas por meio de autópsias, têm sido relatadas em 75 a 90% de pessoas que desenvolveram AIDS (Kaplan, Sadock e Grebb, 1997), mesmo em pacientes que nunca apresentaram alteração neurológica, clinicamente detectável, durante a doença (Honda, 1997). Déficits neuropsicológicos são registrados, clinicamente, em cerca de 50% dos pacientes, sendo, em muitos casos, os primeiros sintomas da doença (Kaplan, Sadock e Grebb, 1997).

4 A perspectiva de sobrevida deverá sofrer alterações com o tratamento pelo "coquetel". Entretanto, não foram revistos, para este texto, artigos que verificassem o tempo de sobrevida possível com os novos tratamentos.

Um dos principais processos neuropatológicos relacionados ao HIV é a "encefalopatia por HIV", também conhecida como "complexo de demência da AIDS" (Kaplan, Sadock e Grebb, 1997; Honda, 1997[5]).

Segundo Kaplan, Sadock e Grebb (1997) "a encefalopatia por HIV é uma encefalopatia subaguda que resulta em uma demência subcortical progressiva sem sinais neurológicos focais" (p. 364). Portanto, por se tratar de uma demência subcortical, não há presença de sintomas corticais clássicos, tais como a afasia[6], até estágios bem adiantados da doença. O córtex cerebral é relativamente poupado enquanto a substância branca central e as estruturas cinzentas profundas (e.g., gânglios da base, tálamo e tronco cerebral) são atacadas de forma mais proeminente pelo HIV (Markowitz e Perry, 1996).

Este quadro – também designado na literatura como complexo de demência da AIDS [*AIDS dementia complex*] – envolve desordem neurológica devido à infecção pelo HIV-1 e caracteriza-se por uma constelação de sintomatologia cognitiva, motora e comportamental – daí o termo "complexo" (Price e Brew, 1988).

O estagiamento clínico do complexo de demência da AIDS pode ser observado no Quadro 1. Este estagiamento é mais didático do que real, ou seja, não é comum encontrar pacientes que apresentem uma sintomatologia ou características que se encaixem perfeitamente na tabela de estagiamento. Além disso, o paciente pode progredir ou regredir neste estagiamento, dependendo, por exemplo, do tratamento empregado ou da aderência do paciente ao tratamento. Pode haver uma melhora do quadro mental do paciente; entretanto, a principal melhora é observada na parte motora (e.g., recuperação da capacidade de realizar a higiene pessoal, caminhar sem auxílio, etc.) (Honda, 1997).

Os sintomas mais comuns do complexo de demência da AIDS são: mudanças sutis no humor e na personalidade, problemas relacionados à memória, concentração e resolução de problemas (lentificação intelectual) e alguma lentificação psicomotora. Ainda podem ser observadas apatia, distração, confusão, mal-estar geral, retraimento social, podendo ser acompanhadas por *delirium*, delírios e alucinações (Kaplan, Sadock e Grebb, 1997; McArthur, Selnes, Glass, Hooves e Bacelar, 1994; Price e Brew, 1988; *DSM-IV: Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais*, 1995), além de incontinência urinária e fecal (Price e Brew, 1988). Entretanto, o curso de desenvolvimento deste quadro é altamente variável (McArthur et alii, 1994; Price e Brew, 1988). As alterações motoras, geralmente, têm sido utilizadas em diagnósticos diferenciais da encefalopatia, já que muito dos seus sintomas podem assemelhar-se a um

5 Honda, P. (1997). Manifestações neurológicas da AIDS. Aula apresentada no curso de "Preparação de Equipes de Saúde Mental para a Assistência aos Portadores de HIV e Pacientes com AIDS", ministrada no Instituto de Infectologia "Emílio Ribas" em 14/10/97.

6 "Distúrbio de linguagem que ocorre em conseqüência de lesões cerebrais localizadas especialmente nos chamados *centros da linguagem* do hemisfério cerebral dominante" (Luria, 1994, p. 25)

transtorno depressivo. Exame do líquor e imagens do cérebro também são utilizadas em diagnósticos diferenciais (Kaplan, Sadock e Grebb, 1997; *DSM-IV: Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais*, 1995)[7]. Um fator muito importante a ser considerado no uso de testes neuropsicológicos são: as condições pré-morbidas (e.g., traumatismo crânio-encefálico), idade e educação e efeitos de doenças sistêmicas ou abuso de substâncias (McArthur et alii, 1994).

Quadro 1 – Estagiamento clínico do complexo de demência da AIDS
(Adaptado de Price e Brew, 1988, p. 1081)

Estágio	Características
Estágio 0 (normal)	Funcionamento mental e motor normal.
Estágio 0,5 (equívoco/subclínico)	Sintomas ausentes, mínimos ou equívocos, sem impedimento do trabalho ou capacidade de desempenho das AVD. Sinais brandos (*snout response*, movimentos lentos de extremidades ou oculares) podem estar presentes. Marcha e força estão normais.
Estágio 1 (brando)	Hábil para desempenhar a maioria das demandas do trabalho e da AVD, mas com evidência inequívoca (sinais e sintomas que podem incluir desempenho sobre testagem neuropsicológica) de impedimento intelectual ou motor. Pode caminhar sem ajuda.
Estágio 2 (moderado)	Hábil para desempenhar atividades básicas de autocuidado, mas não pode trabalhar ou manter as maiores demandas da AVD. Anda, mas pode requerer amparo.
Estágio 3 (severo)	Incapacidade intelectual maior (não pode acompanhar eventos novos ou pessoais, não pode manter uma conversação complexa, considerável lentificação de todos os *outputs*) ou debilidade motora (não pode caminhar sem ajuda, requer um andador ou suporte pessoal, normalmente com lentificação e inépcia dos braços).
Estágio 4 (estágio final)	Próximo ao vegetativo. Compreensão intelectual, social e *output* estão em um nível rudimentar. Próximo ou absolutamente mudo. Paraplégico com incontinência urinária e fecal.

NOTAS:
1. Definição de estagiamento revisado em 21 de setembro de 1988.
2. AVD = atividades da vida diária.

7 No DSM-IV, a "encefalopatia por HIV" é classificada como "Demência Devido à Doença do HIV".

Observações clínicas em contextos hospitalares indicam que cerca de 2/3 dos pacientes desenvolvem o complexo de demência da AIDS antes da fase terminal da doença. Casos de pessoas HIV-positivas assintomáticas, que desenvolvem o complexo de demência são raros (Markowitz e Perry, 1996; Price e Brew, 1988).

Na verdade, déficits neuropsicológicos em pacientes HIV-positivos assintomáticos são, de modo geral, raros. McArthur et alii (1994) apontam que, diversos estudos neuropsicológicos em pacientes HIV-positivos, na fase assintomática da doença, não revelaram qualquer diferença neuropsicológica significante entre pacientes assintomáticos e grupos controles soronegativos para o HIV-1. Alguns estudos que apontaram diferenças significantes não foram capazes de detectar com precisão se seus resultados não foram "contaminados" por variáveis tais como: baixo nível de escolaridade, idade ou uso de álcool ou drogas por parte dos pacientes. Entretanto, é importante ressaltar que a revisão de estudos de McArthur et alii (1994) abrange o período de 1987 a 1992.

Estudos posteriores mostraram-se controversos. O estudo de Burgess et alii (1994), com 61 homens homossexuais (41 HIV-negativos e 20 HIV-positivos), não encontrou diferenças entre HIV-positivos assintomáticos e HIV-negativos em termos de escores médios em testagens neuropsicológicas. O estudo de Damos, John, Parker e Lavine (1997) contou com a participação de 27 homens homo e bissexuais HIV-positivos assintomáticos (chamado de Grupo Soropositivo) e 29 homens homo e bissexuais soronegativos (chamado de Grupo Controle). Este estudo não encontrou diferenças significantes entre os dois grupos em avaliações neuropsicológicas ou testes de processamento de informação.

Por outro lado, em um complexo estudo envolvendo extensa bateria de testes neuropsicológicos, testes dos níveis de CD4 e antígeno p24, com 100 sujeitos, Villa et alii (1996) concluíram que seus resultados sugeriam um possível dano cerebral relacionado ao HIV com anormalidades cognitivas entre os sujeitos HIV-positivos assintomáticos.

Stout et alii (1995) verificaram o funcionamento da "memória de trabalho"[8] em 147 homens HIV-positivos (sintomáticos e assintomáticos) e 38 homens HIV-negativos. Os resultados indicaram que déficits na memória de trabalho são visíveis em indivíduos HIV-positivos sintomáticos, embora tais declínios possam iniciar-se durante a fase assintomática da infecção.

Parece evidente a necessidade de estudos adicionais que verifiquem o possível comprometimento – e o grau deste comprometimento – neuropsicológico de pacientes HIV-positivos assintomáticos. De qualquer modo, até o momen-

8 Segundo Eysenck e Keane (1994), memória de trabalho é "um sistema que armazena temporariamente a informação sendo processada" (p. 21).

to, as pesquisas parecem sugerir que comprometimentos neuropsicológicos surgem com maior evidência na fase sintomática da infecção, podendo iniciar-se, talvez em alguns casos, na fase assintomática.

Foi abordado, no início desta seção, que os comprometimentos neuropsicológicos relacionados à AIDS podem ser causados tanto pela infecção direta do HIV no S.N.C. (caso do complexo de demência relacionado à AIDS) como por infecções oportunistas que atingem o S.N.C. Algumas das principais infecções oportunistas que podem atingir o S.N.C. são, segundo Bartlett (1996):

(a) Toxoplasmose: o paciente apresenta febre, redução da atenção, cefaléia, déficits neurológicos focais (80% dos casos) e convulsões (30% dos casos).
(b) Linfoma: afebril, o paciente apresenta cefaléia, alterações comportamentais, convulsões e há achados neurológicos focais.
(c) Meningite criptocócica: febre, cefaléia, distúrbios da atenção (75% dos casos), náuseas e vômitos. Alguns sintomas menos comuns são: alterações visuais, rigidez de nuca, déficits dos nervos cranianos e convulsões. Há ausência de déficits focais.
(d) Citomegalovírus (CMV): febre, síndrome confusional, letargia, desorientação, cefaléia. Alguns sintomas menos comuns são: rigidez de nuca, fotofobia, déficit de nervos cranianos.
(e) Leucoencefalopatia multifocal progressiva (LMP): afebril, alerta, sem cefaléia, acometimento progressivo da fala e da visão, déficit da função motora e de nervos cranianos, cegueira cortical. A cognição é afetada em estágios tardios.
(f) Tuberculose: febre, redução da atenção, cefaléia, meningismo e déficit focal.

Conclusões

A compreensão dos aspectos neuropsicológicos da AIDS torna-se cada vez mais importante para a identificação precoce de complicações desta natureza, de maneira que psicólogos e psiquiatras possam assistir à equipe médica antecipando possíveis distúrbios emocionais e comportamentais, desenvolvendo planos de tratamento que atinjam uma possível melhora na qualidade de vida dos pacientes (Atkinson e Grant, 1994).

Além disso, a identificação de alterações neuropsicológicas nos pacientes HIV-positivos delineia com clareza a etiologia de certas alterações comportamentais e possibilita que se tracem planos de intervenção mais eficazes do que uma abordagem psicoterápica tradicional que desconsiderasse os aspectos neuropsicológicos envolvidos na Síndrome da Imunodeficiência Humana.

Referências bibliográficas

ATKINSON, R. L. et alii (1995). *Introdução à psicologia.* 11ª ed., Porto Alegre, Artes Médicas.

ATKINSON, J. H. e GRANT, I. (1994). Natural history of neuropsychiatric manifestations of HIV disease. *Psychiatry Clin North Am.* v. 17, n. 1, pp. 17-33.

BARBIZET, J. e DUIZABO, Ph. (1985). *Manual de neuropsicologia.* Porto Alegre, Artes Médicas.

BARTLETT, J. G. (1996). *Tratamento clínico da infecção pelo HIV.* Cajamar, S.P., Editora Três.

BURGESS, A. P. et alii (1994). A longitudinal study of the neuropsychiatric consequences of HIV-1 infection in gay men. I. Neuropsychological performance and neurological status at baseline and at 12-month follow-up. *Psychol Med.*, v. 24, n. 4, pp. 885-889.

DAMOS, D. L. et alii (1997). Cognitive function in asymptomatic HIV infection. *Archives Neurol.* v. 54, n. 2, pp. 179-185.

DSM-IV: Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais (1995). 4ª ed., Porto Alegre, Artes Médicas.

ELLIS, A. W. e YOUNG, A. W. (1988). What is cognitive neuropsychology? *Human cognitive neuropsychology.* Hillsdale, Lawrence Erlbaum Associates, Publishers, pp. 1-25.

EYSENCK, M. W. e KEANE, M. T. (1994). *Psicologia cognitiva: um manual introdutório.* Porto Alegre, Artes Médicas.

GARDNER, H. (1995). *A nova ciência da mente: uma história da revolução cognitiva.* São Paulo, Edusp.

Grande Dicionário Brasileiro Melhoramentos (1973). "Lingüística". 8ª ed., São Paulo, Melhoramentos, vol. 3, p. 565.

GRANT, I. et alii (1987). Evidence for early central nervous system involvemente in Acquired Immunodeficiency Syndrome (AIDS) and other human immunodeficiency virus (HIV) infections. *Annals of Internal Medicine.* v. 107, n. 6, pp. 828-836.

GUTTMAN, G. (1994). "Neuropsicologia". In: ARNOLD, W.; EYSENCK, H. J. e MEILLI, R. (coords.). *Dicionário de Psicologia,* vol. 2. São Paulo, Edições Loyola.

KAMINSKI, G. (1994a). "Linguagem". In: ARNOLD, W.; EYSENCK, H. J. e MEILLI, R. (coords.). *Dicionário de Psicologia*, vol. 2. São Paulo, Edições Loyola.

_____ (1994b). "Psicolingüística". In: ARNOLD, W.; EYSENCK, H. J. e MEILLI, R. (coords.). *Dicionário de Psicologia*, vol. 3. São Paulo, Edições Loyola.

KAPLAN, H. I.; SADOCK, B. J. e GREBB, J. A. (1997). *Compêndio de Psiquiatria: ciências do comportamento e psiquiatria clínica.* 7ª ed., Porto Alegre, Artes Médicas.

LETTNER, H. W. (1995). "Neuropsicologia comportamental". In: RANGÉ, B. (org.). *Psicoterapia comportamental e cognitiva: pesquisa, prática, aplicações e problemas.* Campinas, Editorial Psy.

LÚRIA, A. R. (1994). "Afasia". In: ARNOLD, W.; EYSENCK, H. J. e MEILLI, R. (coords.). *Dicionário de Psicologia*, vol. 1. São Paulo, Edições Loyola.

MARKOWITZ, J. C. e PERRY, S. W. (1996). Efeitos do vírus da imunodeficiência humana sobre o sistema nervoso central. In: YUDOFSKY, S. C. e HALES, R. E. (orgs.). *Compêndio de Neuropsiquiatria.* Porto Alegre, Artes Médicas.

MARTINDALE, C. (1991). *Cognitive psychology: a neural-network approach.* Brooks/Cole Publishing Company.

MCARTHUR, J. C. et alii (1994). "HIV Dementia: incidence and risk factors". In: PRICE, R. W. e PERRY, S. W. (eds). *HIV, AIDS and the Brain.* New York, Raven Press.

NICOLETTI, E. A. (1996). "AIDS no contexto hospitalar". In: ANGERAMI-CAMON, V. A. (org.). *O doente, a psicologia e o hospital.* 3ª ed., São Paulo, Pioneira.

PRICE, R. W. e BREW, B. J. (1988). The AIDS dementia complex. *The Journal of Infectious Diseases*, v. 158, n. 5, pp. 1079-1083.

RODRIGUES, N. (1993). "Neuropsicologia: uma disciplina científica". In: RODRIGUES, N. e MANSUR, L. L. (eds.). *Temas em neuropsicologia.* Série de Neuropsicologia, vol. 1. São Paulo, Sociedade Brasileira de neuropsicologia, pp. 1-18.

_____ (1995). "Formação em neuropsicologia". In: DAMASCENO, B. P. e COUDRY, M. I. H. (eds.). *Temas em neuropsicologia e neurolingüística.* Série de neuropsicologia, vol. 4. São Paulo, Sociedade Brasileira de neuropsicologia, pp. 200-207.

SERON, X. (1993). "Reeducação neuropsicológica: as abordagens cognitivista e pragmática". In: MANSUR, L. L. e RODRIGUES, N. (eds.). *Temas em neurolingüística.* Série de neuropsicologia, vol. 2. São Paulo, Sociedade Brasileira de neuropsicologia, pp. 122-144.

STOUT, J. C. et alii (1995). Decline in working memory associed with HIV infection. *Psychol Med.*, v. 25, n. 6, pp. 1221-1232.

TODOROV, J.C. (1982). Behaviorismo e análise experimental do comportamento. *Cadernos de Análise do Comportamento*, v. 3, pp. 10-23.

VILLA, G. et alii (1996). Cognitive impairment in asymptomatic stages of HIV infections. A longitudinal study. *Eur Neurol.*, v. 36, n. 3, pp. 125-133.

WAGENKNECHT, H. (1994). "Cognição I". In: ARNOLD, W.; EYSENCK, H. J. e MEILLI, R. (coords.). *Dicionário de Psicologia*, vol. 1. São Paulo, Edições Loyola.

ZETTLE, R. D. (1990). Rule-governed behavior: a radical behavioral answer to the cognitive challenge. *The Psychological Record*, v. 40, pp. 41-49.

Até que a morte os separe?

Vera Regina Rohnelt Ramires*

RESUMO. Este estudo teve como objetivo compreender como se mostram a estrutura e as características do vínculo de casais que estavam vivendo um processo de separação, bem como propor e fundamentar meios de mediação desses conflitos. Esses casais situam-se numa realidade peculiar, correspondente àquela abarcada pela Assistência Judiciária Gratuita da Unisinos-RS: trata-se, na grande maioria, de famílias pobres. Uma primeira dificuldade constatada, portanto, diz respeito à precariedade da situação socioeconômica dessas famílias, o que, em muitos casos, será agravada após o rompimento do vínculo conjugal. No entanto, os resultados da pesquisa permitiram vislumbrar uma dimensão dessa vivência de separação na subjetividade dessas pessoas, e apontaram para algumas categorias que foram estabelecidas na tentativa de compreendê-la. São elas: vínculo indiscriminado, violência (física e psicológica), ausência de opção/escolha e divisão tradicional dos papéis de gênero.

Palavras-chave: configurações vinculares, separação, divórcio, conflito conjugal.

ABSTRACT. This study aims to comprehend the structure and features of the bond between couples that were undergoing a process of separation and to explore ways of mediation of these conflicts. These couples belong to a peculiar reality: they are assisted by Assistência Judiciária Gratuita (Free Judicial Assistance) of UNISINOS University – state of Rio Grande do Sul. This means that the great majority are poor families. Therefore, one of the first matters identified was the precarious socio-economic situation of these families; in most cases, this situation will be aggravated after the break in the marital bond. However, the results of the research allowed us to notice that there is a dimension of the separation experience in these people's subjectivity, and pointed to some categories that were established in the attempt to understand it. They are: indiscriminate bond, violence (physical and psychological), absence of option and choice, as well as traditional division of gender roles.

Key-words: bond patterns, separation, divorce, marital conflict.

Segundo dados da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal), existem hoje no Brasil aproximadamente 14 milhões de famílias cuja composição atual resulta de separação e divórcio. Um em cada quatro casamentos termina em separação no Brasil (nos Estados Unidos, no final dos anos 80, de acordo com Peck e Manocherian, 1995, quase 50% dos casais optaram pelo divórcio como solução para os conflitos conjugais). Segundo dados do IBGE, nos últimos 10 anos o número de casamentos caiu mais de 25% no Brasil, e o número de separações e divórcios quase dobrou. Ainda segundo os dados e estimativas da Cepal, em apenas duas décadas o número de famílias nucleares (aquelas compostas por pai, mãe e filhos de um primeiro casamento) deverá ser menor do que o de novas uniões resultantes de separações e divórcios, numa proporção de 48 para 52%.

* Professora da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, RS. E-mail: rs002514@pro.via-rs.com.br

Na Assistência Judiciária Gratuíta da Unisinos (Universidade do Vale do Rio dos Sinos), situada na Grande Porto Alegre, sul do Brasil, constatou-se que é bastante expressivo o número de ações no campo do direito de família envolvendo separações e divórcios litigiosos. Nesse programa de extensão universitária voltado para o atendimento das necessidades da comunidade de São Leopoldo e redondezas, as ações de separação e divórcio litigioso são as mais freqüentes, seguidas pelas ações de alimentos e execução de alimentos, ações relacionadas à guarda de menores e investigação de paternidade.

Analisando-se esses dados, constata-se que as situações de conflito e litígio centram-se na relação do casal, e na relação entre pais e filhos, e no modo pelo qual essa relação é assumida ou não. Por essas razões, concluiu-se que seria relevante o estudo da configuração dos vínculos das famílias envolvidas nessas ações, optando-se por enfocar, num primeiro momento, o estudo da configuração dos vínculos dos casais envolvidos nas ações de separação.

Sendo assim, esse estudo procurou descrever como se mostram a estrutura e as características do vínculo conjugal em casais que estavam vivendo um processo de separação. O problema em foco desdobrou-se nas seguintes questões norteadoras:

- Por que estão se separando?
- Qual a história do relacionamento do casal?
- Qual o papel da mulher e do homem na organização da vida do casal?
- Como é/era o relacionamento/casamento de seus pais?
- Como era o relacionamento com os filhos e a organização dos seus cuidados?
- Como vai ser agora?

Seguindo uma metodologia qualitativa, os dados foram coletados através de entrevistas individuais semi-estruturadas, entrevistas com casais, e em reuniões em grupo que tinham também como objetivo investigar possibilidades de mediação dos conflitos conjugais neste *setting* grupal. O número de participantes foi de 22, 14 mulheres e 8 homens, com idades entre 22 e 66 anos, e escolaridade que variava do 1º grau incompleto ao 3º grau incompleto. A renda, em geral, era pequena: entre 3 e 4 salários mínimos.

A revisão da literatura dos últimos 10 anos sobre o tema demonstrou que há um significativo predomínio de estudos que buscam verificar causas e conseqüências da separação ou divórcio, tanto para o casal como para os filhos, numa relação linear de causa e efeito, o que denuncia uma pré-concepção acerca do divórcio (como algo negativo em geral) e do casamento (como algo que deveria ser eterno).

Muitos estudos enfocam também a questão da custódia e dos benefícios da mediação, assim como da terapia familiar (Noyue, 1995; Benjamin e Irwing, 1995; Katz e Peres, 1995; Pinsof e Wynne, 1995; Dolan e Hoffmann, 1998; Mathis, 1998; Browstein e Stoll, 1994; Behman e Outnn, 1998; e Neumann, 1992). Apenas um dos estudos analisados (Costa, 1991) compreende a família desca-

sada como uma estrutura qualificada em si mesma, sendo sua competência vivida de forma diferente de sua condição de casada. Parte, portanto, de uma perspectiva não normativa, mais aberta e compreensiva. A grande maioria, portanto, associa explícita ou implicitamente a separação e o divórcio predominantemente a desajustes, sofrimento, perdas e danos, algumas vezes irreparáveis.

Féres-Carneiro (1996) interpreta o número crescente de separações conjugais em nossa sociedade como uma demonstração do quanto o casamento é importante como área de realização social, e base dos relacionamentos da esfera privada. De acordo com a autora,

> Os indivíduos na sociedade contemporânea se divorciam não porque o casamento não seja importante, mas porque ele tem tanta importância que os cônjuges não podem aceitar que não esteja à altura de suas expectativas. Assim, o divórcio reflete justamente a dificuldade desta exigência, e pode-se perceber que os divorciados, quase sempre, caminham para o recasamento. (p. 80)

Para Carter (1996), o significado do casamento está sendo objeto de uma radical redefinição em nossos tempos, e essa redefinição decorre principalmente de três fatores: o desenvolvimento dos métodos anticoncepcionais, que possibilitaram às mulheres controlar suas opções de reprodução, o movimento feminino, que tornou possível e aceitável, psicologicamente, que as mulheres tivessem menos filhos, ou não os tivessem, e, finalmente, o aumento da longevidade, que aumentou em 24 anos a expectativa média de vida na América do Norte. Esse último fator implica uma expectativa média de mais 15 a 20 anos de vida em comum ou separada para os casais, depois que seus filhos deixaram o lar, e isso passa a constituir uma nova etapa do ciclo de vida familiar, que poderá ser problemática. Na medida em que a criação dos filhos ocupa hoje menos da metade da vida de uma pessoa, aumentam as exigências e expectativas com relação à qualidade das relações conjugais.

Bucher (1996) destaca que a relação conjugal se constrói com base em fatores tais como afetividade, sexualidade, respeito e valorização mútuos, sendo importante a demarcação dos espaços intrapessoais de cada membro do casal e o equilíbrio da complementaridade entre ambos. Para essa autora, uma questão intrínseca à interação conjugal é como viver bem a dois sem perder a individualidade. Formula dessa forma o problema: "Como se estrutura o vínculo conjugal e qual é a sua relação com a identidade de cada um dos cônjuges?" (Bucher, 1996, p. 59).

Existe um "nós conjugal", para Bucher, que deve existir concomitantemente a dois "eus", duas individualidades que seguem seu processo de desenvolvimento e maturação pessoal. Muitas vezes, pode acontecer que o binômio vínculo conjugal-individualidade torna-se incompatível, e a busca pela manutenção dessa individualidade e de uma crescente autonomia leva à anulação do

"nós conjugal". Na verdade, as relações podem variar de um extremo de valorização da realização individual e da autonomia a outro extremo, no qual as individualidades encontram-se borradas e a relação é muito fusionada.

A questão de gênero e a forma como se determina a constituição da feminilidade e da masculinidade em cada tempo e lugar, têm uma influência importante na união e na separação conjugal. Carter (1996) lembra que até a geração passada as mulheres eram entregues diretamente por seus pais a seus maridos. Aprenderam desde pequenas que seu modo de existir no mundo estava intrinsecamente ligado ao matrimônio, e que este era a solução para o problema da sua sobrevivência. Não aprendiam a desenvolver sua autonomia nem a reconhecer outras metas pessoais na sua vida, fora do casamento. Ao contrário, eram preparadas para ser dependentes, submissas, esposas dedicadas e mães devotadas. Enquanto isso, escreve Carter, para os homens, as metas profissionais e as familiares eram independentes, paralelas e não antagônicas, o que os inseria na relação conjugal a partir de uma outra perspectiva, com muito mais autonomia e autoridade. Entretanto, a partir do momento em que as mulheres podem regular as circunstâncias de engravidar e ter filhos pela primeira vez na história, e a partir das conquistas do movimento feminista e do seu ingresso no mundo do trabalho remunerado na esfera privada, altera-se uma série de fatores que repercute diretamente na relação conjugal e na opção pelo casamento e/ou pela maternidade.

Mudam então as expectativas e exigências em relação ao casamento, e uma união não satisfatória não necessariamente deverá ser suportada por uma mulher independente financeiramente e/ou mais consciente e esclarecida a respeito de seus direitos e possibilidades de desenvolvimento e participação na sociedade em que vive (vários levantamentos, citados pelos autores consultados, apontam para uma porcentagem maior de mulheres a tomarem a iniciativa da separação ou pedido de divórcio).

Além disso, Bucher (1996) destaca as motivações internas que podem conduzir ao processo de separação. Ela pergunta:

> Como ocorre o processo de separação conjugal? Inicialmente podemos afirmar que, com a união conjugal, inicia-se o ciclo vital do casamento. Muitas são as expectativas dos cônjuges de um em relação ao outro, bem como quanto à vida a dois. Como nem sempre as expectativas são realistas, crises e conflitos vão surgir, decorrentes, muitas das vezes, das frustrações e insatisfações das suas expectativas mútuas. O vínculo conjugal fica abalado, ou porque não se tornou suficientemente estruturado, ou porque foi sendo corroído ao longo do tempo, no qual os desgastes foram aumentando sem nenhum cuidado ou atenção para preservá-lo. (p. 62)

As soluções para os conflitos de um casamento só podem ser encontradas no interior do mesmo, mas se as frustrações e insatisfações forem muito intensas, passam a se refletir, para Bucher, nas áreas da sexualidade, da afetividade e do crescimento interacional, e os vínculos emocionais mais profundos começam a ser quebrados. Entre os motivos que levam à ruptura do laço conjugal,

Bucher (1996) destaca que alguns são mais perceptíveis e conscientes, e que outros podem estar em níveis intrapessoais mais profundos. Para compreendê-los, aponta as contribuições da psicanálise e dos estudos que demonstram a dimensão intergeracional na origem dos conflitos conjugais.

Essa autora destaca o conceito de apego como um elemento importante na estrutura do vínculo conjugal. A partir de uma relação de total dependência com a mãe ou figura substituta, as figuras de apego irão se transformando ao longo da vida, assim como o grau de separação-individuação alcançado, o que permitirá ou não aos cônjuges a constituição de uma identidade própria, e uma relação mais ou menos carregada de projeções e necessidades imaturas a serem suportadas e atendidas pelo(a) parceiro(a).

O conceito de identificação projetiva também é citado e, para muitos autores da vertente psicanalítica (Kernberg, 1995; Costa e Katz, 1992, entre outros), nele estaria instalada a passagem do processo intrapsíquico para o processo interativo. A utilização da identificação projetiva no vínculo conjugal permitiria a homeostase intrapsíquica, a partir da projeção dos conteúdos mentais no parceiro(a) e da identificação com ele(a). Costa e Katz (1992) constatam, a partir da sua experiência, que quando "a identificação projetiva é maciça, o grau de indiferenciação e dependência dos cônjuges inviabiliza qualquer projeto de separação, apesar do permanente, intenso e progressivo desajuste do casal" (p. 163). Para que seja possível tolerar o sofrimento psíquico decorrente da perda que uma separação impõe ao indivíduo, é necessário um certo nível de integração e independência. Observa-se, portanto, que para que se viva uma relação conjugal "até que a morte os separe", isso não dependerá apenas do grau de harmonia e satisfação na relação.

Ainda na vertente psicanalítica, Puget e Berenstein (1994) procuram estabelecer uma diferença entre relação objetal, "como formação intra-subjetiva" e vínculo, que implicaria uma relação extraterritorial, entre um ego e outro ego, ou seja, uma relação intersubjetiva. Estes autores consideram também a relação que é estabelecida entre um ego e o macrocontexto social, a qual chamam de relação trans-subjetiva. A estrutura vincular complexa seria o espaço que contém essas relações incluídas em uma estrutura emocional-relacional. Para a definição e compreensão da estrutura vincular são necessários dois modelos teóricos: "um proveniente da antropologia estrutural e da psico-sociologia, aponta para o componente sociocultural. O outro provém da psicanálise e, em especial, da teoria do aparelho psíquico" (Puget e Berenstein, 1994, p. 19).

A partir da concepção de representações vinculares, considera Puget que isto "(...) nos obriga a pensar no aparelho psíquico como indissoluvelmente ligado a outros, e a abandonar a idéia de poder imaginar um aparelho psíquico exclusivamente singular, individual" (1997, p. 284).

Para Puget e Berenstein (1994), o vínculo conjugal pressupõe acordos e pactos inconscientes, e pode ser concebido como "a colocação em funcionamento da relação pensada em ausência do outro" (p. 25). Seus componentes

seriam um componente narcisista, um componente fantasmático e um terceiro, ideativo ou lingüístico. Cada reencontro impõe, de certa forma, o abandono do objeto pensado e sua substituição pela presença do outro. Porém, durante o encontro, pode haver algo que continua sendo incomunicável, além do diálogo que constituirá o discurso manifesto.

Bucher (1996) também destaca um constructo que surgiu mais recentemente, acerca da dimensão intergeracional na constituição do casal, e que descreve a família como uma rede de interações recíprocas e repetitivas, onde é necessário verificar quais foram as delegações transmitidas e as lealdades estruturadas através de três gerações, no mínimo. Esses fatores também se refletem na manutenção ou não do casamento.

Ao discutir o divórcio nas mudanças do ciclo de vida familiar, Peck e Manocherian (1995) o descrevem como o maior rompimento no processo desse ciclo, o que faz com que as tarefas desenvolvimentais que a família vivencia na ocasião se tornem mais complexas. Segundo essas autoras, poucos homens e mulheres estão preparados para o impacto emocional e físico do divórcio, e ele afeta os membros da família em todos os níveis geracionais, e toda a família nuclear e ampliada. Citam pesquisas que indicam que o sistema familiar requer de 1 a 3 anos para lidar com o processo do divórcio, restabilizar-se e continuar seu processo desenvolvimental. Citam também uma escala de eventos estressantes de vida, de acordo com a qual o divórcio vem em segundo lugar, depois da morte de um dos cônjuges. Por outro lado, questionam a pesquisa que focava, no passado, a relação entre divórcio e psicopatologia, entendendo que essa perspectiva apresenta tanto falhas metodológicas como conceituais.

O processo de separação conjugal tem sido descrito em fases por vários autores. Bucher (1996) cita o estudo de Bohannon (realizado em 1970) que subdivide o processo do divórcio em seis etapas: o divórcio emocional na primeira etapa, o divórcio legal, o divórcio econômico, a custódia dos filhos co-parental ou individual, o divórcio da comunidade e os problemas de solidão e o divórcio psíquico. Peck e Manocherian (1995) citam o trabalho de Ahrons, que postula cinco estágios que se sobrepõem: o da cognição individual, o da metacognição familiar, o da separação do sistema, o da reorganização do sistema, até chegar à redefinição do sistema.

Analisando a descrição dessas etapas ou estágios, constata-se que abordam de forma bastante semelhante os mesmos fenômenos. Numa primeira etapa, que geralmente é vivida por um dos cônjuges, inicia-se um processo de separação emocional, caracterizado por descontentamento, brigas, acusações, estresse aumentado, desvalorização do parceiro, depressão, ansiedade e ambivalência. A partir daí a situação será revelada, o que vai gerar uma fase de muito sofrimento e desequilíbrio. Acontece então a separação concreta, as mudanças e re-arranjos que ela implica, do ponto de vista legal, material, e das decisões e composições com relação aos filhos. Finalmente, a etapa do divórcio

psíquico será elaborada, com todas as reorganizações e redefinições do sistema que lhe corresponde. Pode ser uma etapa de crescimento e amadurecimento, com uma superação positiva da crise vivenciada.

Evidentemente, essa exposição esquemática é útil, do ponto de vista teórico e também clínico, para se compreenderem os vários momentos do processo da separação e para se realizarem intervenções neles. Porém, na prática, as experiências e suas diversas fases não são tão estanques, muitas vezes mesclando-se e mostrando-se sobrepostas.

Pode acontecer que a separação emocional e a psíquica se condensem e se superem concomitantemente, enquanto, outras vezes, observaremos que, mesmo após um recasamento, a separação emocional ainda não foi bem resolvida.

Carter (1966) descreve o divórcio do homem e o da mulher, as consequências do processo para cada um dos gêneros. Para essa autora, o divórcio afeta a vida da mulher mais drasticamente que a do homem, na medida em que 92% dos filhos ficam sob a guarda das mães, 75% das pensões alimentícias não são integralmente pagas e 50% não são pagas. Assim, a mulher que não trabalhava fora de casa antes do divórcio receberá geralmente um terço dos rendimentos do casal para ela e seus filhos, enquanto o marido seguirá com dois terços desses rendimentos somente para ele.

Carter (1996) ressalta a ironia do pressuposto de igualdade entre os sexos da lei do divórcio consensual, pois se os homens e as mulheres ainda não estão em igualdade de condições na sociedade antes e durante o casamento, como poderão estar por ocasião do seu término? Quando uma esposa não tem rendimentos, e carece da capacitação necessária para obtê-los, e se encarrega da responsabilidade pela criação e cuidado dos filhos do casal, qualquer acordo ou decisão judicial que não leve em conta esses dados jamais poderá ser, nem de longe, justo ou equilibrado.

Desta forma, para Carter, nos Estados Unidos, as mulheres de todas as classes se converteram nos novos pobres da nação, e ela estima que, em 2000, virtualmente, todos os pobres da América do Norte serão mulheres com filhos dependentes. Por isso, as mulheres com menores ganhos são as primeiras a se casar novamente, pois o casamento continua sendo a principal solução ante a insegurança econômica e social que elas vivem.

Carter constata também que o índice de divórcio no segundo casamento é maior. Na década de 80, nos Estados Unidos, 47,5% dos primeiros casamentos terminavam em divórcio, contra 49% dos segundos casamentos, estimando-se que, em 1990, este número estaria aumentado para 60%.

O processo emocional do divórcio, com a necessidade que traz de reinvestir esperanças e expectativas que haviam sido colocadas no casamento e/ou no cônjuge no próprio ego, de acordo com Carter, torna-se particularmente difícil para as mulheres, pois isso vai contra tudo que aprenderam durante suas vidas. Aprenderam a depositar toda sua identidade no matrimônio, e aprenderam a

pensar sempre nos demais e não nelas mesmas. Quando é o homem que pede o divórcio, e a mulher não está preparada nem econômica, nem emocional, nem profissionalmente, e, além disso, se essa mulher é pobre, seu problema é primordialmente social e político, antes de ser emocional. Atualmente, é mais freqüente que a mulher tome a iniciativa de divorciar-se e, em geral, trata-se de mulheres profissionais, de classe média e média-alta. Às vezes, o pedido de divórcio não é exatamente o desejo de se separar, mas uma estratégia utilizada pela mulher para enfrentar ou negociar mudanças com o marido.

O homem, segundo Carter (1996), também enfrenta problemas e dificuldades pós-divórcio. Ele corre o risco de perder seus filhos, a menos que tome medidas concretas para manter-se próximo e vinculado. As forças em jogo durante o divórcio, e um segundo casamento, podem aumentar a distância emocional entre o pai e seus filhos. Além disso, muitas vezes, o homem que se divorcia necessita de ajuda para reconhecer e enfrentar todos os sentimentos despertados pelo divórcio – a perda do lar, da família, seus sentimentos de culpa por abandonar os filhos e a necessidade de compreender sua parcela de responsabilidade pela separação. Muitas vezes, os homens apresentam a tendência de tratar o divórcio como um acontecimento legal, logístico e econômico, e não como um processo emocional, o que inviabiliza que possa dispor do tempo e espaço internos necessários para experimentar plenamente suas perdas, elaborar seu luto e refletir sobre o casamento, o que lhe permitirá mudar e redefinir-se. O que acontece com freqüência é que os homens precipitam-se numa nova relação, buscando refúgio e esquecimento do que se passou.

Carter conclui que esse processo emocional doloroso do divórcio tem um lado esperançoso, no sentido de que, a partir dele, as mulheres podem desenvolver uma identidade mais autônoma, e os homens, a aquisição de atitudes mais afetivas e interpessoais.

A separação e o divórcio podem, quem sabe, ser concebidos como uma crise no processo de desenvolvimento do ciclo de vida familiar, assim como outras crises inerentes ao desenvolvimento das pessoas ao longo de sua vida. Essa concepção, desvinculada de um caráter negativo ou patológico inerente e inevitável, necessita ser desenvolvida e expandida, pois parece que ainda prevalece em nosso meio social uma representação negativa dessas situações, e associadas a fracasso e tragédia no ciclo da vida familiar.

A experiência dos casais entrevistados

Os casais pesquisados situam-se numa realidade peculiar, correspondente àquela abarcada pela Assistência Judiciária Gratuíta da Unisinos: trata-se, na grande maioria, de famílias pobres.

Uma primeira dificuldade constatada, portanto, diz respeito à precariedade da situação socioeconômica dessas famílias, e que em muitos casos será agra-

vada após o rompimento do vínculo conjugal. Esse problema parece afetar mais drasticamente as mulheres que os homens, uma vez que na maioria dos casos foram elas que ficaram com a guarda dos filhos após a separação e costumam obter rendimentos inferiores aos dos seus ex-cônjuges, ou nenhum rendimento em alguns casos.

Foi freqüente entre os entrevistados e entrevistadas o relato de casamentos quando muito jovens, principalmente por parte das mulheres (entre 16 e 18 anos de idade em geral), e de casamentos que aconteceram com o propósito de fugir das famílias de origem, às vezes com história de maus tratos ou de pais alcoolistas, ou muito rígidos.

Os dados levantados apontaram para algumas categorias que foram estabelecidas na tentativa de compreendê-los. São elas: vínculo indiscriminado, violência (física e psicológica), ausência de opção/escolha e divisão tradicional dos papéis de gênero.

Com relação ao vínculo dos casais sabe-se, de acordo com Puget e Berenstein (1994), que este pode variar de um contato que pode ser definido basicamente em termos corporais, até um intercâmbio mais rico de linguagem e significados. Neste caso, observa-se maior diferenciação e discriminação, maior complexidade na relação e também mais autonomia, enquanto nos primeiros predominam elementos de fusão, indiferenciação e indiscriminação. A bidirecionalidade é limitada, assim como a alternância dos papéis de fonte de desejo e objeto desejado.

A fala de Tereza, 55 anos, ilustra essa indiscriminação:

> E uma coisa que eu tô assim é que eu não sei viver socialmente, não sei viver socialmente, porque eu tinha 6 filhos sempre comigo, cozinhava pra 8 pessoas, né, então não sei sabe, dormi sozinha, ficar no apartamento sozinha, eu não sei guria do céu, sabe, eu tô confusa mesmo, né, tô bem confusa.

Outro exemplo é a fala de Eliziane, 29 anos:

> Ele não me deixava sair com as minhas amigas, que eu tinha a minha vida também, tinha as minhas amigas. Foi aí que nós brigamos... ele é muito ciumento, eu não posso conversar muito tempo com uma amiga que ele já acha que a gente tá conversando sobre homem. Lugar onde tem homem eu não posso trabalhar... eu gosto dele, não é aquele amor, amor, assim, só que ele não deixava eu raciocinar, ele desconfiava de qualquer coisa... depois do casamento ele se sentiu meu dono...

Observa-se claramente a restrição da alternância dos papéis de sujeito do desejo e de objeto desejado, com uma rígida divisão por gêneros desses papéis.

Parece também que uma das características dos vínculos desses casais diz respeito a um certo empobrecimento da relação, no seguinte sentido: a comunicação é limitada, restringindo-se a mensagens indispensáveis do cotidiano (com caráter basicamente "administrativo" ou "logístico"). Ocorrem poucas trocas

no sentido mais afetivo e vivencial, o que estreita as possibilidades de um maior conhecimento mútuo e reconhecimento do outro em suas características e necessidades. Como resultado, há um campo fértil para o desenvolvimento de fantasias e projeções no parceiro ou parceira. Além disso, a história de vários desses casamentos, que aconteceram muitas vezes numa tentativa de fuga das famílias de origem, com o relato de convivência com pais muito rígidos ou alcoolistas, ou maltratantes, parece contribuir para dificultar o estabelecimento de limites ou fronteiras definidas em relação a essas famílias, propiciando um padrão dependente e/ou repetitivo de atuação da nova família que se constituiu, e favorecendo também aspectos de indiscriminação.

Esses aspectos estão relacionados às categorias que chamamos de "ausência de opção/escolha" e "divisão tradicional dos papéis de gênero". Em geral, trata-se de relacionamentos que iniciaram quando o casal era muito jovem, sendo o marido, para muitas das mulheres, o primeiro namorado. A relação vai acontecendo, sem um planejamento, sem fazer parte de um projeto de vida. Em muitos casos, o tempo de namoro foi em torno de 6 meses, havendo a ocorrência de gravidez nesse período. Não há uma escolha explícita, clara, nem uma direcionamento da própria vida, como indicam as seguintes falas:

> A gente já se conhecia desde a época da catequese, crisma, essas coisas assim, e então a gente começou a namorar, daí namoremo 9 meses, daí eu engravidei, daí eu casei, foi por isso o casamento. (Cíntia, 23 anos)

> É, não tava planejado. A gente tava vivendo junto, e recém começando a construir a casa, nós morava junto com o meu pai, daí aconteceu, ficou grávida, daí nós começamo a construir lá nos fundos, lá no meu pai, começamo a comprar as coisas dentro de casa, não era grande coisa mas era limpinho. Quando eu conheci ela, ela trabalhava, daí ela ficou grávida, e saiu da firma, ficou só eu trabalhando, depois de 10, 11 anos ela resolveu se separar. (Jair, 37 anos)

Observou-se também, entre todos os participantes, uma divisão tradicional dos papéis de gênero. Predomina a relação entre o homem-provedor e a mulher-dona-de-casa, os homens são autoritários, independentes profissional e financeiramente, e, muitas vezes, ciumentos, e as mulheres submissas, passivas, e dependentes financeira e emocionalmente dos maridos. O sentido da sua vida está ligado ao marido e aos filhos, e a dedicação a eles é a função única ou principal na qual se reconhecem. Mesmo após a separação, seu discurso centra-se no ex-marido, havendo muita dificuldade para falarem de si mesmas, para resgatarem a auto-estima e sentimentos de culpa e de atrapalhação em relação aos filhos.

A presença de violência no vínculo desses casais também foi um aspecto bastante significativo. Ela se explicita principalmente tendo como objeto as mulheres, partindo dos homens. Pode se manifestar através de agressões físicas, e/ou psicológicas, incluindo a desvalorização da parceira.

... ele me faz muito medo, ele me bota muito medo... ele era um bicho dentro de casa, ele era horrível, ele me batia... antes quebrava qualquer coisa, quebrava fogão, atirava panela pra rua... de noite ele me batia na cara com o travesseiro, me acordava e eu levava um susto né, eu dizia não faz assim, eu levei um susto, ele dizia eu vou ter que te bater porque tu tá roncando... (Tereza, 55 anos)

Ah, o lance de bater, tu acha que eu gostaria de fazer isso, só que chega uma reta que a raiva é tanta, chega uma reta que conversa tu não consegue mais, que tu tenta contornar a coisa e a outra parte não te dá retorno como a gente gostaria ou que de repente fosse uma coisa mais maleável, aí chega uma reta que tu perde a paciência, que tu não consegue nem contar até 10 pra não brigar, eu não aguento mais. (Vanderlei, 32 anos)

Dia 29 do mês passado ele me bateu bastante e daí eu tive que dar parte dele na polícia, foi muito humilhante até eu chegar lá, né... (Eliziane, 29 anos)

A complexidade da questão da violência extrapola os limites deste estudo. O que pôde ser observado junto aos participantes foi que, no casos dos homens, a violência que praticam contra suas parceiras parece decorrer não apenas dos aspectos psicológicos constituintes do vínculo do casal, mas também de fatores relacionados à esfera pública, à sua experiência no mundo do trabalho. Nesse âmbito, enfrentam inúmeras dificuldades e frustrações, que geram sentimentos de impotência, fracasso, exploração, desesperança. Sofrem, de alguma forma, os reflexos de uma organização social na qual também são vítimas de violência e injustiça, falta de oportunidades, de condições de desenvolvimento e crescimento. O único espaço que lhes resta, onde ainda podem experimentar algum sentimento de poder e de autoridade, ainda que através da força, é nessa esfera privada. Somam-se a isso as frustrações relacionadas às demandas e atitudes de suas parceiras, que por vezes os obrigam a reconhecer nelas um outro com características e necessidades e desejos próprios, que escapam ao seu controle ou às suas projeções, o que também pode gerar alguma forma de violência.

Por parte das mulheres, como já foi dito, é comum observar que não se percebem como seres autônomos e com possibilidade de se posicionarem. Experimentam-se muitas vezes como extensão ou propriedade dos maridos, dependem deles emocional e financeiramente, o que as deixa sem alternativa com relação à violência sofrida. Poucas são as que nessas circunstâncias conseguem romper com os relacionamentos insatisfatórios com eles. Muitas vezes, os motivos das separações foram desencadeados pelos próprios maridos, através de traições, desejo de viver com outra mulher ou alcoolismo, por exemplo.

Entre os participantes do estudo havia vários casos que envolviam alguma espécie de litígio através de ações judiciais, seja em relação à própria separação, seja em relação ao pagamento de pensão ou partilha de bens. Desta forma, os conflitos presentes no vínculo do casal durante o casamento se

mantinham de alguma forma durante o processo de separação e mesmo após, o que acarretava estresse e sofrimento não somente para a dupla que se separava, mas também para os filhos envolvidos.

Uma alternativa de intervenção

O estudo realizado, além do objetivo de analisar e compreender a estrutura e características dos vínculos dos casais, também visava propor e fundamentar meios de mediação desses conflitos.

Revendo-se a literatura disponível, verifica-se que muitas das tentativas de mediação abordam o casal que atravessa o conflito tendo em vista a formulação de um acordo. Questionamos a eficácia dessa alternativa, refletindo sobre até que ponto um casal que não conseguiu por si só decidir acerca de questões fundamentais da sua vida e da de seus filhos, tendo que fazê-lo a partir da interferência de terceiros, terá condições, posteriormente, de efetivamente cumprir o acordo formulado.

Nesse sentido, pareceu-nos bastante interessante a experiência de trabalho relatada por Souza (1993, 1995), na qual reuniu homens e mulheres, separados ou em processo de separação, para discutir sobre sua experiência. O trabalho com esse grupo, realizado em São Paulo, revelou-se fecundo, na medida em que esses homens e mulheres ouviam de outros homens e mulheres, que não eram os seus ex-cônjuges, as dificuldades que enfrentavam, o que facilitava a mudança de posições. Essa troca demonstrou ser bastante fértil, na medida em que não estava comprometida por toda uma carga de afetos, ressentimentos e mágoas, que muitas vezes acompanham os casais em todo processo de separação.

Optamos por utilizar essa técnica, visando contribuir para a busca de soluções de conflitos pendentes durante anos em alguns casos, de clientes dos programas de extensão universitária já citados e participantes desse estudo. Nossa metodologia de trabalho foi interdisciplinar, envolvendo professores das áreas do direito e da psicologia. Não buscava diretamente, ao final da intervenção, a redação de um acordo, como na maioria dos modelos de mediação conhecidos. Mas esperava, sem dúvida, que se promovessem mudanças de atitudes, que conduzissem à superação dos conflitos e eventual realização de acordos. Tinha como objetivo maior a promoção da saúde e do bem-estar das famílias envolvidas, e a prevenção de novos conflitos e seqüelas que deles poderiam advir.

Sendo assim, durante o estudo foram realizados cinco encontros com um grupo composto por homens e mulheres separados ou em processo de separação. Os grupos foram semidirigidos, com a proposição de temas para discus-

são: motivos da separação e sentimentos pós-separação, guarda dos filhos, pensão alimentícia e visitação, divisão de bens – partilha, recasamento e novos filhos com novos parceiros.

Essa experiência demonstrou o aspecto de continência das ansiedades e sofrimento de cada integrante que o grupo pode oferecer, que as mulheres falaram com mais facilidade sobre suas vivências, e que o fato de narrar e de ouvir experiências e diferentes pontos de vista são fatores que facilitam a flexibilização ou mudança de algumas posições. A escuta de experiências similares desmanchou preconceitos, transformando-os em respeito mútuo e aceitação do novo *status*.

Observou-se que, em alguns casos, foi possível o resgate da própria individualidade e autonomia pelas mulheres, sozinhas ou numa nova relação. Em outras, parecia ainda estar difícil vislumbrar a perspectiva de uma outra vida, mantendo-se presas a sentimentos e posições presentes no vínculo conjugal rompido.

Concluiu-se que essa foi uma alternativa válida de intervenção nesses casos, revelando-se propícia ao desenvolvimento dessa prática interdisciplinar que envolve as áreas da psicologia e do direito, e com possibilidades de responder à demanda de solução para os conflitos em questão.

Referências bibliográficas

BEHMAN, R. e QUINN, L. (1998). Children and divorce: overview and analysis. *Future of Children*, v. 4, pp. 4-14.

BENJAMIN, M. e IRWING, H. (1995). Research in family mediation: review and implications. *Mediation Quaterly*, v. 13, pp. 53-82.

BRAY, J. e JOURILES, E. (1995). Treatment of marital conflict and preventin of divorce. *Journal of Marital and Familiy Therapy*, v. 21, pp. 461-473.

BRONSTEIN, P. e STOLL, M. F. (1994). Fathering after separation or divorce: factors predicting childrens adjustment. *Family Relations Journal of Aplied Family and Child Studies*, v. 43, pp. 469-479.

BUCHER, J. S. N. F. (1996). Vínculo conjugal: da união à separação e o controle mútuo do destino. *Coletâneas da ANPEPP*, v. 1, n. 1, pp. 59-70.

CARTER, B. (1996). Divórcio: o dele e o dela. In: CARTER, B.; PAPP, P.; SILVERSTEIN, O. e WALTERS, M. (orgs.). *La red invisible. Pautas vinculadas al gênero en las relaciones familiares*. Barcelona, Paidós Ibérica.

COSTA, G. P. e KATZ, G. (orgs.) (1992). *Dinâmica das relações conjugais*. Porto Alegre, Artes Médicas.

COSTA, L. F. (1991). A família descasada: uma nova perspectiva. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 7, n. 3, pp. 229-246.

DOLAN, M. e HOFFMANN, C. (1998). The differential effects of marital and custodial status on perceptions of mothers and fathers. *Journal of Divorce and Remarriage,* v. 29, pp. 55-64.

FÉRES-CARNEIRO, T. (1996). Escolha amorosa e relação conjugal na homossexualidade e na heterossexualidade: um estudo sobre namoro, casamento, separação e recasamento. *Coletâneas da ANPEPP*, v. 1, n. 1, pp. 71-100.

KATZ, R. e PERES, Y. (1995). Marital crisis and therapy in their social context. *Contemporary Family Therapy. An International Journal*, v. 17, pp. 395-412.

KERNBERG, O. F. (1995) *Psicopatologia das relações amorosas*. Porto Alegre, Artes Médicas.

MATHIS, R. (1998). Couples from hell: undifferentiated spouses in divorce mediation. *Mediation Quaterly*, v. 16, pp. 37-49.

NEUMANN, D. (1992). How mediation can effectively address the male and female power imbalance in divorce. *Mediation Quaterly*, v. 9, n. 3, pp. 227-239.

NOYUE, T. (1995). Post divorce therapy for a man whose marriage failed. The meaning of the therapeutic approach to divorce in the early years of marriage. *Japanese Journal of Family Psychology*, v. 9, pp. 35-50.

PECK, J. S. e MANOCHERIAN, J. R. (1995). O divórcio nas mudanças do ciclo de vida familiar. In: CARTER, B.; McGOLDRICK, M. e col. *As mudanças no ciclo de vida familiar*. Porto Alegre, Artes Médicas.

PINSOF, W. e WYNNE, L. (1995). The efficacy of marital and family therapy. A empirical overview, conclusions and recommendation. *Journal of Marital and Family Therapy*, v. 21, pp. 585-613.

PUGET, J. e BERENSTEIN, I. (1994). *Psicanálise do casal*. Porto Alegre, Artes Médicas.

PUGET, J. (1997). O casal: uma entidade psicanalítica. In: ZIMERMAN, D.; OSÓRIO, C. e col. *Como trabalhamos com grupos*. Porto Alegre, Artes Médicas.

Revista *VEJA* (1994). Mulher: a grande mudança. Edição especial.

SILVERSTEIN, O. e WALTERS, M. *La red invisible. Pautas vinculadas al gênero en las relaciones familiares*. Barcelona, Paidós Ibérica.

SOUZA, R. M. (1993). Single parents growing groups – Workshop V World Family Therapy Congress – Amsterdam, 1993. *Book of abstracts*, p. 115.

_____ (1995). Single parents growing groups – II World Congress of The World Federation for Mental Health, Ireland. *Book of Abstracts*, p. 113.

Formas de participación social en el siglo XXI: nuevos retos para la psicología social

José Joel Vázquez Ortega*

RESUMEN. En este trabajo se analiza el siglo XX como um período de desencanto y desesperanza, que al llegar a su fin, profundiza los procesos de descomposición social a consecuencia de la exclusión que ha producido la globalización, o mejor dicho, el globalismo económico que se ha venido imponiendo a los países de América Latina, Africa y Asia. Las concepciones acerca de cuestiones fundamentales como la libertad, la democracia o la justicia que se desprenden del proyecto de la globalización, se presentan como el resultado posible aunque en ocasiones no deseado, de intereses particulares. Ante este panorama, el trabajo plantea la necesidad de que la psicología social contribuya en la construcción de una sociedad digna, en el desarrollo de aproximaciones e intervenciones psicosociales que promuevan la participación social comprometida con valores objetivos con un carácter colectivo o popular. Se concluye afirmando la importancia que tiene el romper con los obstáculos que impiden el desarollo de uma psicología social *liberadora, crítica y comprometida,* una *utopía renovada, universalizable históricamente.* Los nuevos retos para la psicología social se sitúan junto a la *revolución cultural* que ha generado movimientos sociales, como, a manera de ejemplo, el de los indígenas chiapanecos en países como México.

Palabras claves: globalización, movimientos sociales, psicología social.

RESUMO. Neste trabalho se analisa o século XX como um século de desencanto e desespero que, ao chegar a seu fim, aprofunda os processos de decomposição social, conseqüência da exclusão produzida pela globalização ou, melhor, o globalismo econômico que vem se impondo aos países da América Latina, Africa e Ásia. As concepções acerca de questões fundamentais como a liberdade, a democracia ou a justiça que se depreendem do projeto de globalização se apresentam como o resultado possível, ainda que em ocasiões não desejadas, de interesses particulares. Ante esse panorama, o artigo coloca a necessidade de que a psicologia social contribua na construção de uma sociedade digna, no desenvolvimento de aproximações e intervenções psicossociais que promovam a participação social comprometida com valores objetivos com um caráter coletivo ou popular. Conclui-se ressaltando a importância de romper com os obstáculos que impedem o desenvolvimento de uma psicologia social libertadora, crítica e comprometida, uma utopia renovadora universalizável historicamente. Os novos desafios da psicologia social se relacionam com a revolução cultural que vem gerando movimentos sociais como, por exemplo, o dos indígenas chiapanecos no México.

Palavras-chave: globalização, movimentos sociais, psicologia social.

ABSTRACT: This study analyzes the 20th century as a century marked by disenchantment and hopelessness. When it came to an end, it deepened the processes of social decomposition, a consequence of the exclusion produced by globalization, or, better still, the economic globalism that has been imposed to the Latin American, African and Asian countries. The conceptions about fundamental issues such as freedom, democracy or justice, which can be inferred from the globalization project, are presented as the possible result, although sometimes it is not desired, of private interests. In the light of this panorama, the article shows that social psychology must contribute to the construction of a dignified society, in the development of psychosocial interventions that promote a kind of social participation that is committed

* Professor da Universidad Autónoma Metropolitana – Unidad Iztapalapa (México).

to objective values with a collective or popular character. The conclusion of the article emphasizes the importance of breaking the obstacles that hinder the development of a social psychology that is liberating, critical and committed, a renovating utopia that can be made historically universal. The new challenges to Social Psychology relate to the cultural revolution that has generated social movements, such as that of the Indians from the province of Chiapas in Mexico.

Key-words: globalization, social movements, social psychology.

Nosotros nos encontramos aquí no por ser malos ni delincuentes, estamos aquí por luchar por nuestros pueblos, estamos aquí por nuestro país, estamos aquí porque queremos construir un mundo donde podamos caber todos sin distinguir razas ni colores, no nos callaremos aunque el mal gobierno nos quiere callar con la cárcel o nos mata, porque muertos seguiremos hablando y nuestra sangre correrá por todos los rincones de nuestro planeta. Nosotros no tenemos porqué pedirle perdón al mal gobierno, al contrario, nos debe a nosotros nuestra libertad y la sangre de nuestros hermanos.

Abelardo Méndez Arcos, Representante Externo de la *Voz de Cerro Hueco* "Wejlel", Septiembre de 1999.

El zapatismo es un movimiento de la antigüedad remota que es también modernísimo y que sabe expresar las necesidades de la gente de hoy, no sólo de los campesinos e indígenas de Chiapas, sino que transmite un mensaje que va más allá de las fronteras, pues tiene que ver con ideales que el poder desprecia pero que se mantiene vivo y coleando: es un mensaje de solidaridad, de fraternidad, de libertad, de exigencia de democratización, de protagonismo de la gente.

Eduardo Galeano, Febrero de 2000

Siglo XX: desesperanzas y fracasos

El siglo XX ha sido el siglo del fracaso y de la desesperanza. El predominio de la ciencia y la tecnología, el poderío que han alcanzado los medios de comunicación, junto con el capital financiero y el nuevo dios en que se ha convertido el "mercado mundial", han recrudecido la lucha de los seres humanos entre sí y de éstos contra todo lo vivo, las otras especies y el propio planeta.

De manera que el siglo XX ha producido sus monstruos: no ha sido suficiente la miseria colectiva que padecemos en todos los planos, educativo, informativo, cultural, físico, afectivo, sexual, espiritual, junto al económico, resultante de la libertad preconizada por el capitalismo de antes y el de hoy; ni los campos de concentración y exterminio diseñados por totalitarismos que se proponían alcanzar la tierra prometida; ni las guerras que ahora se nos presentan bajo el ropaje de humanitarias que al final terminan sirviendo a los intereses del ahora sí "único imperio": el norteamericano; ni las soluciones finales que se aplicaron y siguen aplicándose en toda nuestra América Latina en contra de miles – o quizá millones – de desaparecidos y perseguidos por ejercer sus derechos políticos; ni las masacres de indígenas como las de Acteal

y Aguas Blancas, o las campañas de limpieza étnica y xenofóbica o, en general, las masacres a escala planetaria que se cometen en este mismo instante para supuestamente defender la libertad y la democracia.

Con el capitalismo, la sociedad se concibe como el resultado de una "mano invisible" que actúa a través del mercado y de los intereses que compiten en él, como lo son hoy los intereses del capital financiero y las empresas trasnacionales, las cuales sin ningún tipo de restricciones actúan libremente, poniendo en jaque a las economías nacionales en nombre de un supuesto mercado mundial definido en abstracto, pero inexistente en lo concreto.

En este contexto histórico, económico, político y social, las concepciones tecnocráticas sobre la sociedad globalizada se corresponden con el proyecto de la razón, pero sobre todo con un tipo de racionalidad: la instrumental, del cálculo de medio a fin, al grado que el orden social y político se concibe como un sistema autorregulado, en equilibrio funcional, donde no tiene lugar la difusión de valores prioritarios, más humanos, que realizar, sino el mantener el funcionamiento de la máquina social de la manera más eficaz.

Incluso, esto ha motivado que se desarrollen concepciones que presentan y explican la libertad, la justicia o la democracia como el resultado posible de la competencia y negociación que se realiza en el mercado, en donde cada agente busca su beneficio personal, de forma que la matriz social es el resultado efectivo, no querido, de intereses particulares.

Tales posturas son responsables, en buena parte, por el desencanto ante el aparente fracaso de la razón para construir una sociedad digna de los seres humanos, de las demás especies y del planeta.

Sin embargo, si el orden político y social hasta ahora se ha justificado en la medida que se presenta como un sistema que está beneficiando sólo a unos cuantos, es necesario desarrollar aproximaciones e intervenciones psicosociales que impliquen tanto la participación social como la necesidad de cumplir valores objetivos contrapuestos al poder económico, político y social, no sólo para un sujeto particular. A la justificación de un sistema de poder o de la globalización de las sociedades, a la realidad social existente, se le ha de oponer otra, aún no realizada, pero posible. De esta manera, toda participación social para la vida democrática requiere de la necesaria justificación ética; sin ésta, todo orden social proyectado resultaría igualmente válido y no podría distinguirse entre los fines que cada uno elige, de los que son valiosos para todos. Esto significa que aún ante los fracasos y desesperanzas que nos ha dejado el siglo anterior, la participación social tiene que darle lugar a una *utopía renovada* (Vázquez, 1998a) y ser generadora de procesos contraculturales que incidan en los problemas urgentes, no resueltos por el capitalismo a escala mundial, como son la pobreza, las guerras, las masacres, el hambre, los abusos al planeta y el pleno respeto a los derechos humanos, entre tantos otros.

Siglo XXI: participación social y liberación

Si pretendes estar en todas partes, no estarás en ninguna. Si aspiras a poseerlo todo, no poseerás nada, serás siempre esclavo de lo que todavía no posees.
Séneca

No obstante lo anterior, debemos reconocer que en el umbral del siglo XXI, vivimos acelerados, sometidos a presiones increíbles, desconcentrados, insatisfechos. En un estado de ánimo sólo comparable, como lo decía Séneca con insistencia, a la locura. O de acuerdo con Gergen (1992), *nuestro yo está saturado*: atiborrado de conocimientos de todo orden, de posibilidades que ni siquiera habían sido vislumbradas en épocas anteriores, pero carentes, en cambio, de la más mínima sabiduría y humildad. Siguiendo de nuevo a Séneca, con la fuerza contagiosa de su lenguaje, esto nos debería obligar a detenernos, a respirar con más calma, a reflexionar antes de actuar. Como lo señala Ovejero (1998), Séneca resulta un pensador muy moderno, o al menos muy acorde con los tiempos actuales, tal vez porque su época era parecida a la actual en muchos aspectos, ambas de una regresión histórica y repliegue cultural impresionante, así como de profunda desconfianza frente a las ideologías y las plataformas políticas.

En este contexto, una de las funciones centrales de las ciencias sociales y humanas, y de forma particular de la psicología social, debe consistir *en ayudar a la gente* a salir de la confusión, al menos desenmascarando lo que se esconde tras las apariencias y haciendo evidentes los intereses ocultos que se esconden detrás de muchos programas de investigación científica y detrás de la aplicación de la tecnología. Sobre todo, porque a la crisis del capitalismo y de la reciente inestabilidad de la cultura neoliberal hegemónica, se le agrega la creación de métodos ideológicos de negación de las contradicciones sociales, lo cual, como lo señala Wexler (1983), impide deliberadamente el desarrollo de *una psicología social crítica y comprometida*, al contrario, más bien termina apuntalando la maquinaria social en decadencia, justificando y racionalizando su contenido ideológico.

De esta manera, las ciencias humanas y sociales, particularmente la psicología social, en lugar de aumentar nuestro conocimiento sobre el funcionamiento de la sociedad y sobre la funcionalidad para el sistema de muchos de sus "errores" (por ejemplo, la pobreza y marginalidad extrema, la violencia social de toda índole, el rezago educativo, la deserción escolar, etc.) están sirviendo para aumentar y fomentar lo que Wexler (1983) denomina como "ignorancia social sistémica". En lugar de servir al cambio social tendiente a mejorar la sociedad, termina sirviendo al control y la inmovilidad social (Ibañez, 1987). En este sentido, una de las funciones de la psicología social debería ser no el ocultamiento, como ha ocurrido, sino el descubrimiento de lo oculto, la

Para hacer una *psicología social liberadora y emancipatoria*, nuestra disciplina debería cambiar de rumbo, y dejando atrás tanto los reduccionismos individualistas con los que ha ido modificándose a lo largo del siglo XX, como su interés casi exclusivo por la predicción y el control de la conducta de los individuos, tendría que incorporarse definitivamente al campo de las ciencias sociales de donde no debió separarse nunca, pues como lo señala Bergere (1996, p. 270):

> (...) el afán que manifiestan bastantes científicos sociales, entre ellos los psicólogos sociales, por clasificar, etiquetar y, en definitiva, trazar las fronteras de sus territorios de conocimiento, con sus respectivos objetivos y teorías, contrasta con la ambigüedad definicional de las disciplinas, en particular de la psicología social. *En este último caso, la ambigüedad no atañe solamente al contenido temático que varía en función del tiempo, el espacio, el enfoque y el autor, sino que es a menudo fruto de un posicionamiento aparentemente neutral que hace suponer que la psicología social y los psicólogos sociales están libres de la influencia de los valores del contexto cultural, social e histórico en el que se encuentran, neutralidad que lleva consigo, la mayoría de las veces, una toma de postura implícita que ha sido y sigue siendo todavía una despreocupación o un desinterés por las dimensiones macrosociales y culturales.*

La psicología social más que un territorio es un enfoque, un punto de vista desde el cual confrontamos, analizamos e intervenimos en diversas realidades sociales. Sin embargo, como lo señalara Ignacio Martín-Baró (1986a), también importa el *desde dónde* y *desde quién* como el *para qué* y el *cómo* del quehacer psicosocial (Vázquez, 2000).

Recuperar estos aspectos teórico-metodológicos, junto con el interés por las dimensiones macrosociales y socioculturales, supone una auténtica liberación de quien no tiene inconveniente en ir a buscar la información y las ideas allí donde se generen, corresponda o no con la delimitación disciplinaria y académica en la que éstas se encuentren adscritas. Sólo de esta manera la investigación e intervención psicosocial se convierte en una *acción liberadora* de las prácticas represivas que en muchas ocasiones nosotros mismos le imponemos a nuestra disciplina (Martín-Baró, 1986a).

Psicología social y revolución cultural

> *La batalla cultural es importantísima, porque implica ofrecer una alternativa a lo que se ha presentado como pensamiento y discurso únicos. Es salir de la fatalidad de que frente al pensamiento único sólo se te ocurre el pensamiento de denunciar a ese pensamiento único. En cambio, es preciso ver las posibilidades de plurifocalizar la cultura, defender el derecho a la diferencia, considerar las ideas de cómo relacionarse con la naturaleza por parte de culturas que han de ser respetadas. Todo eso da un carácter cultural a la propuesta de los zapatistas.*
>
> Manuel Vázquez Montalbán, Febrero del 2000.

Aunque la tesis de una utopía renovada es pertinente, no está exenta de grandes dificultades, sobre todo, por el carácter autoritario de los gobiernos que

con frecuencia surge y se prolonga largo tiempo en un país porque, además de la imposición, es de algún modo aceptado y tolerado por los ciudadanos. En Latinoamérica estámos viviendo ese momento: la imposibilidad del juego normal de las instituciones democráticas, que representa, por contraste, el atropello incesante de los derechos humanos, la brutalidad y, en consecuencia, la degradación de todos los estamentos de la sociedad.

La época actual es un tiempo de muchos riesgos. Todo puede suceder. En México, por ejemplo, habita en el ambiente la amenaza de precedentes graves, como la matanza de Acteal, de Aguas Blancas, la violación de la autonomía universitaria y el encarcelamiento de decenas de estudiantes. Exclusión, descalificación y violencia son las constantes que se han dado tanto en Chiapas como en el movimiento universitario. Hoy, como ayer, a los indígenas y a los estudiantes se os ha calificado como transgresores de la ley, ignorantes, extranjeros, delincuentes de alta "peligrosidad social", terroristas; todo por exigir respeto a sus derechos y cultura y por defender la educación superior pública y gratuita.

Sin embargo, esto no significa que dejemos de ser optimistas, por el contrario, no debemos olvidar que con la participación social y colectiva ayer se construyeron los acuerdos de San Andrés en donde se reconocen los derechos de los pueblos indígenas, que el gobierno mexicano sigue manipulando para que se olviden; en el caso universitario, para que se olviden también las causas por las cuales surgió el movimiento, que hoy, desfiguradas, lo han convertido en asunto de violencia y de delincuencia común.

La estrategia de dividir y enfrentar es la misma. La estrategia del gobierno en Chiapas y en la Unam ha sido a largo plazo: dividir la sociedad y convertirla en irreconciliable, fabricando vencedores y vencidos; instalando la represión y creando, a mediano y largo plazo, el miedo como conciencia pública tanto individual como colectivamente. ¿Qué otra cosa significan los asesinados, los desaparecidos, la represión paramilitar, los encarcelados, y el riesgo de que el ensayo represivo en la Unam no se lleve a cabo en Chiapas de una manera más feroz?

Lo que estamos viviendo refleja palpablemente el autoritarismo con su fachada institucional. Todo puede suceder. Sin embargo, marchas multitudinarias, como la del pasado 9 de febrero, son una expresión de pluralidad, un signo alentador en la búsqueda urgente de una fuerza social que revierta el autoritarismo y la impunidad gubernamental.

La imposición del terror a los defensores de la cultura milenaria maya y a los estudiantes y maestros de la cultura universitaria, debe obligarnos a fortalecer la unidad entre los mexicanos en forma entrañable. Los momentos de campañas políticas han sido rebasados por los acontecimientos. Hoy es tiempo

de búsqueda y articulación de la ciudadanía, de sus organizaciones y movimientos sociales. No debe de haber un sólo estudiante encarcelado. No debe permitirse ninguna salida violenta en Chiapas.

El siglo XXI requiere una liberación histórica de los pueblos que les permita a éstos construir una sociedad más justa, una sociedad humanizadora, según la cual, el bienestar de unos no se asiente en el malestar de los más.

La realidad globalizadora requiere de una *utopía universalizable históricamente*, esto es, en cuanto utopía un nuevo inicio, en cuanto universalizable que no excluya a nadie y en cuanto histórica debe ser constatable. De manera que una psicología social liberadora y emancipatoria *debe buscar como objetivo el posibilitar la libertad social e individual.*

Los esfuerzos por establecer una ética de la liberación, como la propuesta por Dussel (1998), son significativos, porque reconocen que la tolerancia y el respeto hacia los otros, el espíritu de cooperación y la solidaridad con la comunidad, son motivaciones morales que pueden y de hecho son tan reales como la búsqueda de la utilidad personal. Las acciones que no son excluyentes del interés de los otros responden a una actitud ética y moral. Más aún si intentamos derivar las relaciones políticas de los intereses individuales, y entre ellos, no pueden ignorarse actitudes dirigidas al bien común, siendo estas acciones objeto de la ética.

Ante el siglo XXI, proyectos de este tipo sí incluyen los procesos rebeldes, reformistas o revolucionarios, los cuales, aunque no siempre surgen de la comprobación de la injusticia real, por lo general proponen la proyección de valores que se realizarían en un orden social distinto: ante la exclusión, un mundo en el que quepan muchos mundos. Se requiere que contribuyamos en una acción de transformación social dirigida a la realización de un bien compartible por todos, junto con un interés por los valores comunes.

Sin lugar a dudas, se trataría de una *psicología social de la* liberación, como la propuesta por Ignacio Martín-Baró (1986a), que contribuya en la construcción de un nuevo poder social e histórico como requisito para una nueva identidad psicosocial de las mayorías, hoy sin poder y víctimas del poder político y social (Martín-Baró 1991, 1995).

Si bien muchas acciones que responden a las características liberadoras formuladas por esta nueva psicología social, así como por la tradición de las ciencias sociales *comprometidas*, se han intentado realizar en varios países, e incluso existen algunas instituciones que incorporan a su nombre la palabra liberación, como es el caso de Brasil, lo que falta por hacer es mucho. Pero, al mismo tiempo, es poco lo que se ha publicado sobre este tema en muchos países latinoamericanos.

Sigue siendo una tarea impostergable, que hemos soslayado o de plano omitido, el establecer las condiciones y los canales para el irrenunciable diálogo

e intercambio del quehacer psicosocial, sobre todo el que se realiza en los ámbitos académicos, universitarios, con los sectores populares, claro que reconociendo las posibles y reales manipulaciones.

Se requiere convertir el saber psicológico en un *conocimiento crítico social* de la situación de los pueblos; esto pasa por el abandono de las posturas acomodaticias que han prevalecido en el ejercicio de la psicología y la necesidad de convertirla en un instrumento para humanizar las estructuras y las relaciones sociales. En unas sociedades que parecen estar más preocupadas por la satisfacción personal y la indiferencia hacia los demás que en la solidaridad y el compromiso social, tales cuestiones siguen siendo urgentes y necesarias en el umbral del siglo XXI.

En México, afortunadamente, han ocurrido varios acontecimientos que se inscriben en la perspectiva inagurada por Ignacio Martín-Baró, son signos alentadores para recuperar como parte de la psicología social latinoamericana tales iniciativas. Uno fue la realización del Congreso Internacional Psicología y Movimientos de Liberación, celebrado en 1997, en Homenaje a Paulo Freire pocos meses después de su fallecimiento; el otro, la realización de los Primeros Congresos Internacionales Psicología Social de la Liberación, realizados en la Universidad Autónoma Metropolitana-Iztapalapa (México, Noviembre de 1998) y en la Universidad Centroamericana José Simeón Cañas, en San Salvador (El Salvador, Noviembre de 1999), respectivamente, así como la realización del Tercer Congreso el próximo mes de Noviembre de este año 2000, de nueva cuenta en México sólo que ahora en la Universidad Autónoma del Estado de Morelos.

Referencias bibliográficas

BERGERE, J. (1996). "Psicología social de los procesos migratorios y relaciones intergrupales". In: GARRIDO, A. y TORREGROSA. *Psicología Social Aplicada.* Madrid, McGraw-Hill, pp. 269-293.

GERGEN, K. J. (1992). *El yo saturado. Dilemas de identidad en el mundo contemporáneo.* Barcelona, Paidós.

IBÁÑEZ, T. (1987). *Poder, conversión y cambio social.* Material traducido y mecanografiado.

MARTÍN-BARÓ, I. (1986a). Hacia una psicología de la liberación. *Boletín de Psicología de El Salvador,* v. 5, n. 22, pp. 219-231.

____(1986b). Entrevista. Realizada por Ignacio Dobles, Psicología social desde Centroamerica. *Entrevista con el Dr. Ignacio Martín-Baró. Revista Costarricense de Psicología,* n. 8-9, pp. 71-76.

____(1991). "Métodos en Psicología Política". In: MONTERO, M. (*ed.*). *Acción y discurso: problemas de psicología política en América Latina,* Caracas, Editorial Eduven, pp. 39-58.

____(1995). "Procesos psiquícos y poder". In: MONTERO, M. (ed.), *Psicología de la acción política,* Barcelona, Paidós.

OVEJERO, A. (1998). *Las relaciones humanas. Psicología Social: Teórica y Aplicada.* Madrid, Editorial Biblioteca Nueva.

VÁZQUEZ, J. J. (1998a). Sobre la utopía. *Revista Topodrilo,* v. 51, mayo-junio, pp. 81-88.

_____ (1998b). *La comprensión en la construcción de la psicología social. Una perspectiva sociohistórica. POLIS 98.* Departamento de Sociología, Universidad Autónoma Metropolitana-Iztapalapa.

_____ (2000). Compromiso social y político en la psicología social de la liberación *de Ignacio Martín-Baró (1942-1989). Memorias* del *XIV Congreso Interamericano de Filosofía.* Puebla, México.

WEXLER, P. (1983). *Critical social psychology.* Londres, Rotuledge and Kegan Paul.

Gravidez em adolescentes: o papel da escola pública

Miriam Santoro de Souza Lima*

RESUMO. A erotização social tem levado nossos jovens a se lançarem cada vez mais precocemente na vida sexual. Resultante desta prática computamos o aumento de gestações em adolescentes. Foram sujeitos neste trabalho 362 gestantes e/ou puérperas menores de 18 anos, internadas entre novembro de 1996 e novembro de 1997, em hospital público de São Paulo. Todas responderam a questionário que abrangia: dados pessoais, gestacionais e projetos de vida. A maioria possuía escolaridade até 5ª série do Ensino Fundamental, renda familiar de 3 a 5 salários mínimos, encontrando-se fora da escola e do mercado de trabalho e não tendo recebido orientação sexual. A análise da pesquisa possibilita a conclusão de que a escola pública não vem desempenhando o seu papel social, no que diz respeito à orientação sexual dos jovens. As raras escolas que trabalham com orientação sexual geralmente a realizam tardiamente e com estratégias que não favorecem a transformação das mesmas em ações preventivas. Para se garantir que um número maior de adolescentes recebessem alguma orientação sobre sexualidade, as escolas deveriam fazê-la de maneira contínua e antes da 4ª série do Ensino Fundamental

Palavras-chave: gravidez em adolescentes, sexualidade, orientação sexual, saúde pública, educação sexual.

ABSTRACT. Social eroticism has led teenagers to an earlier beginning of their sexual activity. As a result, there has been a great increase in teenage pregnancy. The subjects of this study were 362 underage pregnant and puerperal girls, admitted between November/1996 and November/ 1997 to a public hospital in the city of São Paulo, Brazil. All the teenagers answered a questionnaire containing personal data, pregnancy data and life projects. Most of them had studied until the fifth grade of elementary school and their family income ranged from three to five minimum salaries. They were out of school and out of work, and they had not received any sexual education. Our analysis led to the conclusion that the public school has not been efficient as far as teenager's sexual education is concerned. The small number of schools that have sexual education programs usually begin them late, using strategies that do not focus on preventive actions. We suggest that schools begin sexual education before the fourth grade of elementary school as an attempt to include a larger number of teenage students.

Key-words: teenage pregnancy, sexuality, sexual education, public health.

Prefácio / Introdução

A erotização social tem levado nossos jovens a se lançarem cada vez mais precocemente na vida sexual. Verifica-se que tal erotização, infelizmente, não ocorre com a diminuição de preconceitos relacionados à sexualidade! Ainda que o tema continue sendo tabu para a maioria de pais e escolas, ocorre a veicula-

* Psicóloga, psicoterapeuta, pedagoga – CRP/06/18065-8. Hosp. Mun. Ver. José Storópolli – Unifesp. Tel.: 201-45-43 ou 9628-12-12. Email: Solisa@zaz.com.br

ção frenética do sexo pela mídia. Vende-se e mostra-se sexo para todos e de diversas maneiras, sem se garantir, no entanto, a abertura de espaços reflexivos sobre o mesmo.

Esses fatores, associados às mudanças existentes na própria adolescência (físicas e emocionais), têm contribuído para o aumento da vulnerabilidade dos adolescentes para o sexo impulsivo e sem responsabilidade.

Ao mesmo tempo que se estimulam os jovens à precocidade sexual, detecta-se expectativa social por atitudes responsáveis (adultas) ante a sexualidade. É como se a maturidade fosse condição intrínseca à precocidade sexual! Socialmente, exige-se uma correspondência que parece não existir dessa maneira, nem na prática sexual adulta! Cobra-se algo de pessoas em formação, que não pode ser ensinado por referênciais confiáveis, nem treinado e compreendido em espaços seguros.

Estudos sobre a sexualidade mostram que os poucos trabalhos realizados em escolas sob o título de orientação sexual baseiam-se na simples oferta de informações sobre reprodução e contracepção. Tais informações, geralmente, são apresentadas de maneira desconectada das vivências dos adolescentes, dificilmente permitindo sua transformação em ações ou incorporação pelos mesmos. Além das informações, a orientação sexual parece exigir abordagem de aspectos emocionais desta fase, assim como acolhimento de alguns conflitos, para o que muitos pais e professores parecem estar despreparados.

Entre outras conseqüências, a precocidade na prática sexual tem resultado em aumento preocupante de gestação entre crianças e adolescentes. A dimensão deste problema pode ser constatada em afirmação como as que seguem:

> (...) *de acordo com dados oficiais, havia em 1997 quase 1 milhão de adolescentes grávidas;*
>
> *(...) do total de partos realizados nos hospitais ligados ao SUS, quase 26% foram feitos por adolescentes entre 10 e 19 anos.*

Diante da necessidade de mais dados para melhor compreensão da problemática social apresentada e considerando que o processo educacional deve desempenhar papel importante no esclarecimento desta questão, este trabalho propõe-se a estudar a relação entre gravidez em adolescentes e o papel da escola pública.

Método

Foram incluídas, em estudo prospectivo, gestantes e puérperas menores de idade, internadas de novembro de 1996 a novembro de 1997 no Hospital Municipal Dr. Alípio Corrêa Neto – Ermelino Matarazzo – São Paulo. Durante o perío-

do de internação foram realizados no mínimo dois contatos com cada adolescente, aplicando-se questionário padronizado enfocando conflitos diante da maternidade, contracepção e DST/Aids.

De maneira global o questionário compreendeu:

1. Dados pessoais: idade, naturalidade, renda familiar, estado civil, grau de escolaridade, situação de estudo;
2. Dados gestacionais: número de gestações, conhecimento e utilização de métodos contraceptivos, planejamento da gestação, recebimento de orientação sexual e local onde havia sido ministrada, idade da primeira relação sexual, motivos de não ter evitado a gravidez;
3. Dados sobre projetos futuros: projetos de vida e profissionais.

Casuística

Foram estudadas 362 adolescentes gestantes e puérperas. A distribuição das adolescentes por idade é apresentada na Tabela 1.

Tabela 1 – Distribuição das adolescentes por idade

Idade (anos)	Total	%
13	4	1,10
14	32	8,84
15	64	17,68
16	109	30,11
17	153	42,27
Total	362	100,00

Estas adolescentes, em sua maioria, eram procedentes da região Sudeste do país (Tabela 2), ainda não inseridas no mercado de trabalho (Tabela 3), com escolaridade entre 5ª e 8ª séries do Ensino Fundamental (Tabela 4)

Tabela 2 – Distribuição das adolescentes por região de procedência

Região	N	%
Norte	3	0,83
Nordeste	81	22,38
Centro-Oeste	5	1,38
Sudeste	267	73,76
Sul	6	1,66
Total	362	100,00

Tabela 3 – Inserção no mercado de trabalho

Trabalha	N	%
Sim	*24*	6,63
Não	*297*	82,04
S / ref.	*41*	11,33
Total	*362*	100,00

Tabela 4 – Escolaridade

Grau de Escolaridade	N	%
Analfabeta	3	0,83
< 4ª Série	22	6,08
4ª Série	34	9,39
5ª Série	67	18,51
6ª Série	64	17,68
7ª Série	61	16,85
8ª Série	48	13,26
1º Colegial	33	9,12
2º Colegial	24	6,63
3º Colegial	6	1,66
Total	362	100,00

66,27 %

Independentemente de terem ou não recebido orientação sexual, 80% das adolescentes não utilizavam métodos contraceptivos (Tabela 5).

Tabela 5 – Distribuição das adolescentes segundo a utilização de métodos contraceptivos

Utilização de métodos contraceptivos	N	%
Sim	73	20,17
Não	289	79,83
Total	362	100,00

A maioria das adolescentes incluídas no estudo eram primigestas (Tabela 6) e a gestação não havia sido planejada entre aproximadamente 76% delas (Tabela 7).

Tabela 6 – Número de gestações

Nº de Gestações	N	%
1	305	84,25
2	51	14,09
3	6	1,66
Total	362	100,00

Tabela 7 – Distribuição das adolescentes de acordo com o planejamento da gestação

Planejamento da Gestação	N	%
Sim	87	24,03
Não	275	75,97
Total	362	100,00

Em relação à perspectiva de vida, 64,08% não apresentavam projetos profissionais por ocasião das entrevistas (Tabela 8).

Tabela 8
Distribuição das adolescentes pela presença de projetos profissionais

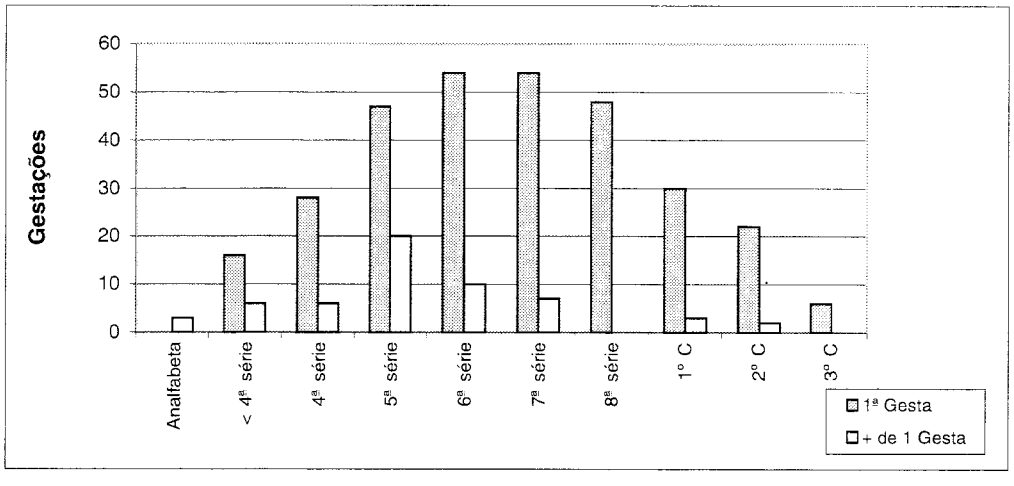
Tem projetos	N	%
Sim	130	35,91
Não	232	64,09
Total	362	100,00

Resultados

Considerando-se as adolescentes primigestas que freqüentavam a escola, a 8ª série foi a que teve maior concentração de gestantes e, para o grupo que se encontrava fora da escola, a 5ª série foi a que demonstrou maior concentração de grávidas, independentemente do número de gestações (Tabela 9).

Tabela 9 – Grau de escolaridade x gestações x condição de estudo

	1ª Gestação		+ de 1 Gestação	
	Estudam	Não estudam	Estudam	Não Estudam
Analfabeta		2		1
< 4ª s		14		6
4ª s	2	26		7
5ª s	3	44		18
6ª s	14	40		10
7ª s	15	39	1	8
8ª s	25	23		-
1º C	19	11		2
2º C	15	7	1	3
3º C	5	1		-
Total	98	207	2	55



A percentagem de sujeitos que utilizavam métodos contraceptivos foi aproximadamente a mesma, tanto para o grupo que havia recebido orientação sexual como para o outro (Tabela 10).

Tabela 10 – Orientação sexual x métodos contraceptivos

Métodos orientação	Sim	Não	Total
SIM	36	133	169
Não	37	156	193
Total	73	289	362

A maioria das adolescentes entrevistadas (53,31%) não havia recebido orientação sexual. Entre as que receberam, a escola foi o local que mais ofereceu esta orientação (46,68%) (Tabela 11).

Tabela 11 – Orientação sexual x local

Orientação Sexual	Local	N		%	
SIM	Escola	74	169	20,44	46,68
	Casa	50		13,80	
	Ambas	34		9,39	
	outros	11		3,03	
Não			193		53,31
Total			362		99,99

O desempenho de atividades produtivas parece correlacionar-se inversamente com o aparecimento de gestação precoce, já que se observa o mesmo percentual (3,3%) de adolescentes grávidas, tanto para aquelas que trabalhavam como para as que estudavam (Tabela 12).

Tabela 12 – Inserção no mercado de trabalho x situação de estudo

Estuda/ Trabalha	Sim	Não	Total
Sim	12	89	101
Não	12	249	261
Total	24	338	362

A paridade parece ser uma das variáveis que interferem no abandono da escola (Tabela 13).

Tabela 13 – Gestação x situação de estudo x trabalho

Estuda / Trabalha	Primigesta		+ de 1 gestação	
	Sim	Não	Sim	Não
Sim	11(91,66%)	8(66,66%)	1(8,33%)	4(33,33%)

Nota-se que, para o grupo que freqüenta a escola, a maior concentração de adolescentes grávidas ocorreu na 8ª série (Tabela 14), enquanto, para o que se encontrava fora do sistema de ensino, a concentração verificou-se em relação à 5ª série (Tabela 15).

Tabela 14 – Grau de escolaridade x faixa etária (estudam)

	13ª	14a	15a	16a	17a	Total
Analfa.						
<4ª s		1		1		2
4ª s				1		1
5ª s		1		1	2	4
6ª s	1	5	4	3		13
7ª s		3	2	6	7	18
8ª s		2	8	3	8	24
1º C		1	2	10	7	20
2º C			2	7	5	14
3ºC					5	5
Total	1	13	18	35	34	101

Tabela 15 – Grau de escolaridade x faixa etária (não estudam)

	13a	14a	15a	16a	17a	Total
Analfa.			3		2	5
< 4ª s		3	5	6	7	21
4ª s		1	9	8	14	32
5ª s	2	9	9	16	24	60
6ª s	1	2	11	16	21	51
7ª s		3	4	17	21	45
8ª s		1	5	8	9	23
1º C			1	2	11	14
2º C				1	8	9
3º C					1	1
Total	3	19	47	74	118	261

Discussão

É conhecido o fato de a adolescência caracterizar-se como o período de "transgressão" na vida dos indivíduos, no qual serão questionados e testados valores familiares e sociais vigentes. Tais questionamentos seriam saudáveis e proporcionariam o amadurecimento dos adolescentes, se não estivessem afetados pela grande confusão de seus referenciais básicos: família e escola. No âmbito familiar, os pais têm demonstrado dificuldades em exercer a função de educadores de seus filhos.

Quando se trata de sexualidade, percebe-se que tanto a família quanto a escola ainda apresentam dificuldades em orientar seus jovens para a prática de sexo seguro (Tabela 11), provavelmente contribuindo para o aumento das gestações precoces e contaminações por DSTS/Aids.

Segundo a ONU, das 30 milhões de pessoas vivas infectadas pelo HIV no mundo, pelo menos um terço tem entre 10 e 14 anos.

São poucas as escolas que se transformam em espaços seguros, onde os adolescentes possam esclarecer suas dúvidas, continuar elaborando questões, o que provavelmente aliviaria as ansiedades que interferem na aprendizagem dos conteúdos programáticos.

Constatação, também, do presente trabalho (Tabela 11).

Será que os alunos de escolas particulares têm vivenciado a questão da precocidade sexual de maneira similar aos da escola pública?

O perfil socioeconômico dos adolescentes interfere nas gestações precoces?

Essas são algumas questões que merecem respostas urgentes!

Sabe-se da dificuldade das crianças na transição da 4ª para a 5ª série do Ensino Fundamental e foi justamente a partir dessa última que se diagnosticaram as maiores concentrações de gestações precoces (Tabela 9).

O número de gestações parece ter influência na escolaridade das adolescentes (Tabela 9), provavelmente levando-as a abandonarem a escola, para se dedicarem aos cuidados do bebê e da casa.

Toda vez que se ultrapassam etapas do desenvolvimento, isso traz algum dano.

A diminuição do período da infância talvez seja uma das causas da precocidade sexual. Que outras seqüelas sociais surgirão dela?

Ao se compararem os grupos de primigestas e multigestas, percebe-se novamente a 5ª série como a que concentra o maior número de grávidas, para o grupo que havia abandonado a escola, sugerindo que a permanência na escola parece atrasar em até três séries o aparecimento de gestações em adolescentes primigestas e que um trabalho preventivo de orientação sexual deveria ser intensificado antes da 5ª série do ensino fundamental, já que estes alunos geralmente apresentam idades superiores às esperadas para as séries que cursam (Tabelas 14 e 15).

A chance de um emprego que ofereça salário digno parece ficar cada vez mais distante desse grupo, no qual a maioria das adolescentes apresentou escolaridade inferior ao 2º Grau (Tabela 9), com filho e sem experiência nesse mercado de trabalho competitivo, que exige cada vez mais qualificações para o preenchimento das vagas existentes (Tabela 12).

A percepção dessa condição talvez tenha influência na ausência de projetos profissionais e a gravidez esteja sendo compreendida como perspectiva de vida, para 24% das jovens que alegaram ter planejado a mesma.

A escola parece continuar sendo o local privilegiado para a oferta da orientação sexual (Tabela 10), embora se perceba que, de fato, são poucas aquelas que trabalham com esse tema (Tabela 11). Quando se percebe, nesta pesquisa, que a porcentagem de adolescentes que fazia uso de métodos contraceptivos é praticamente a mesma (20%), tanto para o grupo que havia sido orientado se-

xualmente na escola como para o outro (Tabela 7), questiona-se a qualidade das informações oferecidas ou das estratégias utilizadas. A simples oferta de informações parece não estar sendo suficiente. Sendo assim, as palestras deverão ser repensadas no trabalho de orientação sexual. Parece haver a necessidade de estarem associadas a outras estratégias que possibilitem o acolhimento dos conflitos, inseguranças e desconhecimento de si, que tanto acompanham os adolescentes, para poderem ser transformadas em ações, atos de real prevenção.

A angústia de se trabalhar com um tema que não apresenta respostas prontas e nem estratégias definidas deve ser superada, dando espaço para novas descobertas pelos métodos de tentativa, acerto e erro, pois trabalhar orientação sexual nos moldes existentes não tem apresentado bons resultados (Tabela 10).

As escolas públicas devem resgatar a sua importância e responsabilidade social, com a formação de cidadãos, pois têm deixado de escutar os apelos e as manifestações de sexualidade de seus alunos, deixando-os à própria sorte em tempos de Aids, não propiciando a prática do sexo seguro.

Conclusão

A exclusão escolar é um dos determinantes para o aparecimento de gestações precoces e o sistema educacional público parece continuar sendo excludente, já que 72,09% das adolescentes entrevistadas encontram-se fora da escola. Acrescenta-se a esse dado o de que 30,66% das jovens acabaram abandonando a escola devido à gestação.

Salvo raras exceções, as escolas públicas não orientam e nem preparam seus alunos para o exercício seguro da sexualidade e, ao fazerem algum trabalho nesse campo, escolhem estratégias que não atendem às necessidades dos jovens, já que os mesmos não utilizam as informações recebidas.

Pelos Parâmetros Curriculares Nacionais, a orientação sexual deve ser trabalhada no nível 2 do Ensino Fundamental, o que parece ser tarde para um trabalho preventivo. Para se conseguir orientar um maior número de adolescentes, o trabalho com orientação sexual deve ser intensificado antes da 5ª série do Ensino Fundamental, já que esta foi a série com maior concentração de grávidas e levando-se em conta, também, o fato de a faixa etária dos alunos de escolas públicas geralmente estar acima das idealizadas para as séries que cursam.

Referências bibliográficas

DIMENSTEIN, G. (1988). Um milhão de jovens engravidam em 97. Editorial – Jornal *Folha de S. Paulo*, 3/5/98, p. 3.

GRUPO de Trabalho e Pesquisa em Orientação Sexual (1996). Projeto Brasil – *Orientação Sexual\Prevenção das Dst\Aids nas escolas das redes municipais de Ensino.* São Paulo, Ed. GTPOS.

PETTER, F. I. (1985). *Sexologia educacional.* Rio de Janeiro, Ed. Cultura Médica.

PROGRAMA Dst/Aids (1996). *Fala Garoto! Garota!* São Paulo, Secretaria Estadual de Saúde.

SAYÃO, R. (1997). *Sexo é sexo.* São Paulo, Companhia das Letras.

SUPLICY, M. (1998). *Sexo para adolescentes.* São Paulo, FDT.

TIBA, I. (1997). *123 respostas sobre drogas.* São Paulo, Scipione.

_____(1994). *Adolescência: o despertar do sexo.* São Paulo, Gente.

_____(1996). *Disciplina: limites na medida certa.* São Paulo, Gente.

Agradecimentos

À minha filha, por me despertar a necessidade de conhecer um pouco mais o maravilhoso universo da adolescência.

Às adolescentes que confiaram e compartilharam comigo alguns de seus sentimentos e pensamentos relacionados a gestações precoces.

Especialmente ao amigo e Prof. Dr. Clóvis M. Kobata, docente da Unifesp, por todo incentivo, dedicação e orientação ministrada favorecendo a realização desta pesquisa.

O grupo como método*

Lazslo Antonio Ávila**

RESUMO. O presente trabalho surgiu da necessidade de prover um instrumento, tanto técnico como metodológico, para o trabalho dos psicólogos que visam auxiliar a população desfavorecida a buscar a melhoria de sua qualidade de vida e de suas condições de saúde mental. Com fundamento nos Grupos Operativos de Pichon Rivière e na Análise Institucional, apresentamos os princípios básicos de uma prática com grupos, seus conteúdos e sua estratégia.

Palavras-chave: grupo, metodologia de grupo, grupos operativos, comunidade.

ABSTRACT. The present paper emerged from the need to provide an instrument, both technical and methodological, for the work of psychologists whose aim is to help the destitute to look for the improvement of their quality of life and of their mental health conditions. Based on Pichon Rivière's Operative Groups and on the Institutional Analysis, we present the main principles of a practice with groups, its contents and strategy.

Key-words: group, group methodology, operative groups, community.

Grupo é uma palavra equívoca. Entendemos por grupo: a) uma reunião de pessoas, ou de objetos; b) um agregado organizado de indivíduos; c) um conjunto sistemático e constante de relações; d) uma comunidade de interesses ou objetivos; e) um aglomerado casual e momentâneo de pessoas, etc.

Por grupo psicológico entendemos: um certo número de indivíduos que mantém contatos pessoais, cara a cara, durante um certo tempo e em função de certos objetivos. Desenvolvem, durante o tempo de sua interação, um certo número de códigos, de referências e de tradições e, principalmente, configuram uma totalidade ou unidade, diferenciada de qualquer outro conjunto, e reconhecida por cada um de seus membros.

Ao observarmos a sociedade ou, melhor, ao observarmos as formações sociais concretas, constatamos que todos os seus movimentos e acontecimentos são reproduzidos a partir de conjuntos de indivíduos, intermediados pelas instituições, que são as formas estruturadas das relações sociais. Nunca é o in-

* Esse texto era a matriz teórica de uma parte dos trabalhos com grupos, em intervenção de Psicologia Social Comunitária, desenvolvidos em Osasco, pela equipe da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, da qual o autor fazia parte, nos anos de 1981 a 1984. Observar-se-á que ele se propõe como um instrumento de trabalho, uma base conceitual para a ação do profissional psicólogo junto às populações desfavorecidas, visando a saúde mental e a melhoria da qualidade de vida.

** Psicólogo, doutor pela Universidade de São Paulo, professor-adjunto da Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto, SP, membro do Nesme – Núcleo de Estudos em Saúde Mental e da ABPAG – Associação Brasileira de Psicoterapia Analítica de Grupos.

divíduo isolado a causa da ação social; é sempre o indivíduo como membro ou agente de um grupo ou instituição que conduz, junto com os outros indivíduos e por causa deles, qualquer acontecimento social.

O indivíduo só existe na sociedade quando se encontra inserido em alguma de suas subestruturas as quais lhe darão todo o referencial e o sentido para seu comportamento. Esta inserção do indivíduo processa-se em duas vias: a) para o interior da personalidade, constituindo de fora para dentro tudo aquilo que o indivíduo é: seus valores, seus sentimentos, seus ideais; e b) para o exterior do indivíduo, em seus relacionamentos e em sua atuação social.

Assim sendo, grupo é uma palavra equívoca, mas uma realidade inequívoca; quer consideremos o indivíduo isolado, em seu momento de maior intimidade ou, ao contrário, o indivíduo em ação e em relação, sempre podemos constatar a presença e o efeito múltiplo das outras pessoas sobre cada indivíduo em particular e em cada um de seus atos[1]. É em grupo que o homem percebe-se como homem e passa a agir de uma forma pautada e reconhecida pelos outros; é em grupos que o homem compartilha da vida de seus semelhantes; e, finalmente, é em grupo que o homem aprende que é igual aos outros, mas é único seu ser-este-homem-em-particular. Sem o grupo, não existiria identidade: é preciso haver outros, com quem se tem algo em comum, para ser-se um. Antes da identidade, vem a "idem-tidade" (Idem = assim como o outro).

Porém, são muitos os grupos na sociedade, diversas são as estruturas coletivas que interligam o homem com o conjunto dos homens. A mera expressão "grupo", embora verdadeira, não é exata: são muitas as configurações que podem tomar os agrupamentos humanos, e é quando observamos que as estruturas, os regulamentos, as ordenações, os lugares, etc. têm mais importância do que os indivíduos e suas subjetividades, que prevalecem as instituições, ao invés dos grupos. As instituições são o reinado dos mortos sobre os vivos (a expressão é de A. Comte), são as ações passadas determinando os acontecimentos do presente. O indivíduo não é só determinado pelos outros; ele é determinado pelas relações passadas e presentes entre instâncias supra-individuais, corporificações de indivíduos, mas já sem feição ou interações humanas. As instituições representam as formas históricas que assumiram as relações entre os homens e, principalmente, a dominação que alguns impuseram aos restantes. Esta dominação, para perpetuar-se, necessita reproduzir-se continuamente e o faz por intermédio das instituições. A sociedade necessita continuamente reinventar-se, trazendo para o interior das relações sociais esclerosadas nas instituições as forças vivas dos grupos instituintes (Lapassade, 1977; Lourau, Gavarini, Savoye e Lapassade, 1977).

1 Vejam-se, a propósito, os extraordinários primeiros parágrafos do trabalho seminal de Freud, *Psicologia de las masas y análisis del yo* (1921).

A base última e a garantia das instituições é dada pelo Estado, instituição-mor que retém para si todo o poder de instituir as regras, regulamentos e agrupamentos e quaisquer outras ações na sociedade. É o Estado que assegura e promove a perpetuação das condições de vida dos diversos grupos e classes sociais, e é, portanto, contra o Estado que acabam por vir dar todos os movimentos sociais que buscam transformar as condições de funcionamento da sociedade. É compreendendo o papel do Estado e seu poder de controle e coerção, disseminado e multiplicado nas instituições, que os grupos adquirem um instrumento de organização e procuram recuperar a sua capacidade instintuinte. Este é o aspecto estratégico do trabalho com grupos.

Analisar grupos é fazer ressaltar as estruturas determinantes dos acontecimentos interindividuais. Estas estruturas são de natureza tanto psíquica quanto social, e é preciso fazer emergir os condicionantes do comportamento, decifrando sua origem e seus efeitos para que nova orientação possa ser assumida pelos grupos. É preciso descobrir aquilo que organiza os grupos para que eles possam se auto-organizar. Para isso se propõem as análises psicológica e institucional de seu funcionamento.

A "técnica" do trabalho com grupos

Todo grupo apresenta:

- uma estrutura,
- uma dinâmica,
- uma meta ou finalidade,
- um sistema de comunicação, interior e exterior,
- uma forma de vinculação com outros grupos.

Todas estas "qualidades" dos grupos emergem e consolidam-se ao longo de sua duração, ou seja, são um produto da história de cada grupo. Consideraremos *Grupo* aquele momento em que um agrupamento de pessoas toma consciência de que, juntas, formam um conjunto e passam a orientar o seu destino comum. *Grupo* é uma referência em comum, uma identidade compartilhada e um projeto coletivo para o futuro[2].

Normalmente, o *Grupo* só emerge quando um grupo já se reúne há muito tempo. Será *Grupo* aquele agrupamento de pessoas que, em dado momento, assumir conjuntamente um significado ou uma tarefa em comum. É só a partir deste momento que podemos verificar sua conformação, estudar suas regulari-

2 A base metodológica que propúnhamos estruturava-se fundamentalmente na concepção dos Grupos Operativos, conforme Pichon Rivière (1976).

dades e ocorrências, observar o comportamento de seus membros e de todo o conjunto e desvendar as redes de determinações que regulam a vida e o funcionamento de cada grupo concreto.

A estrutura dos grupos

Entendemos por estrutura a *totalidade* do grupo e a forma como esta totalidade interfere em cada uma de suas partes. A totalidade do grupo é o número total de *relações* que ocorrem no grupo, relações entre pessoas, entre processos, entre funções, etc. As partes da totalidade grupo são os fatos, causas ou processos tomados isoladamente.

A estrutura do grupo divide-se em duas instâncias: uma de natureza inconsciente e fundante, e outra, que é visível e manifesta – o comportamento do grupo em sua inter-relação de indivíduos ou de processos.

Comecemos pela instância inconsciente, que é a mais importante e de mais difícil tradução. Manejaremos aqui conceitos extraídos da psicanálise freudiana que, aplicados à análise de grupo, mantêm toda sua significação[3]. O primeiro desses conceitos é justamente o de inconsciente. Todo grupo humano apresenta uma matriz inconsciente: os motivos, da ordem do "desejo", que fundam as formações grupais, porque é sempre o desejo que causa a busca do outro, é Eros que, na sua expansão, promove a interligação das pessoas. A força básica que forma os grupos é, assim, erótica – buscamos o grupo para satisfazer nossos desejos.

Uma vez constituído o grupo, a força de coesão que o manterá é o afeto entre os membros e a importância atribuída ao objetivo comum que, por sua vez, também tem uma significação inconsciente.

Todo grupo se organiza fazendo uma distribuição de funções entre seus participantes. Estas funções dizem respeito basicamente a dois aspectos: 1) a finalidade a que o grupo se propõe; 2) a economia afetiva do grupo. Para a realização dessas funções, o grupo cria uma rede de *papéis*. Os principais papéis que observamos nos grupos são: o de líder, o de sabotador, o de bode expiatório, o de porta-voz e o de cooperador. Os mecanismos que atuam na criação e na manutenção dos papéis grupais são a projeção, a introjeção e a identificação.

O comportamento manifesto dos indivíduos e dos subgrupos dentro dos grupos, ou seja, a segunda instância da estrutura grupal, é sempre função da estrutura inconsciente da rede de papéis. É ela que determina, de fato, a forma como se dão os acontecimentos grupais.

3 Há uma extensíssima literatura, em contínuo desenvolvimento desde a década de 50, que organizou, sistematizou e embasou teoricamente as ações de profissionais que investigam psicanaliticamente os grupos. Bion, 1970; Bach, 1958; Foulkes e Anthony, 1967; Pichon Rivière, 1975; Käes, 1976, são alguns desses pioneiros.

A dinâmica dos grupos

A dinâmica dos grupos é a atuação de todos os indivíduos em relação à tarefa do grupo e aos outros participantes. Tal atuação dá-se em função do papel que o indivíduo ocupa e do momento que o grupo atravessa.

A dinâmica é, assim, o resultado de dois eixos: 1) a estrutura do grupo com sua história, e 2) a situação atual vivida. Cada acontecimento no interior do grupo tem potencialmente a capacidade de alterar sua conformação, e por isso são desenvolvidos diversos mecanismos que visam manter a coerência e a homogeneidade do grupo e a repetir ou promover a sua história. Este processo pode ser plástico ou rígido, e observamos diferentes dinâmicas em função do grau de maleabilidade que os grupos apresentam. Um grupo muito rígido cai na estereotipia e na ineficiência, cristalizando sua rede de papéis e impedindo o crescimento de seus membros e a realização de seus propósitos e projetos, conscientes e inconscientes.

O trabalho psicológico atua na dinâmica dos grupos, porém, visando atingir sua estrutura. Para tanto, cria uma situação especial que pretende favorecer as trocas e a comunicação, e tenta romper os obstáculos que mantêm o grupo paralisado na ineficiência ou na patologia.

A meta ou finalidade dos grupos

Um dos fatores principais que levam à organização dos grupos é o estabelecimento de metas ou finalidades. Pela formulação de seus objetivos é que os grupos configuram sua tarefa.

A tarefa subdivide-se em dois planos: um latente e outro manifesto. A tarefa manifesta diz respeito aos procedimentos adotados pelo grupo para alcançar suas metas. Assim, fazem parte da tarefa manifesta: a distribuição de funções, os instrumentos ou técnicas adotados, a cooperação entre os participantes, etc. A tarefa latente refere-se aos objetivos inconscientes do grupo. É a tarefa latente que organiza a rede de papéis e é ela que, em última instância, possibilita ou impede que se concretize a tarefa manifesta.

Os grupos vivem quando têm um projeto e realizam sua existência trabalhando em suas tarefas. A tarefa que mais importa para todos os grupos é vir a constituir o *Grupo* em um instrumento adequado para a realização das necessidades de seus integrantes. Assim, a meta dos grupos é criar *Grupos.*

O sistema de comunicação dos grupos

A comunicação é o elemento essencial para tornar possíveis as relações entre os homens. Relacionar-se é comunicar-se, e vice-versa. Nos grupos, a comunicação é o dado mais imediato para observarmos a dinâmica e a realiza-

ção do projeto grupal. Quem fala, o que fala, para quem fala e como fala são os dados iniciais que permitem fazer uma primeira "leitura" da organização do *Grupo.*

A comunicação estabelece-se sob a forma de uma "rede", ou um "sistema". Os participantes dos grupos dividem-se de uma maneira desigual quanto à emissão de mensagens. De modo geral, quanto maior é a emissão de mensagens, mais central é o lugar que o indivíduo ocupa. Desta forma, o sistema de comunicação do grupo revela-se como expressão da rede de papéis que o grupo configurou. Isto, porém, de uma forma dinâmica e não mecânica, pois as mensagens qualificam-se por sua pertinência em relação ao grupo, e reconheceremos os postos da rede de papéis principalmente pelo conteúdo daquilo que é veiculado.

O sistema de comunicação opera em dois planos: um interno e outro externo ao grupo. Detectamos muitos elementos da estrutura e da dinâmica dos grupos quando estudamos a forma e o sentido daquilo que é comunicado dentro do grupo e do que é comunicado em seu "exterior". Constatamos, então, que todo grupo cria "sua" linguagem, seu próprio código de referência e significações e uma particular visão de mundo.

As formas de vinculação com outros grupos

Nenhum grupo consegue ser totalmente autônomo e desvinculado do contexto social em que está inserido. Devemos, porém, observar diferentes graus de independência no *continuum* que vai da completa subordinação até a quase total autonomia. Os grupos não flutuam no espaço social, eles estão determinados pela malha de relações que os situam em relação à produção, ao consumo e à distribuição, ao sistema jurídico, ao Estado, à família, etc.

As instituições são o substrato dos grupos. Desde antes da formação de um grupo, cada um de seus integrantes já traz dentro de si um conjunto de normas, pautas e valores, que são a interiorização daqueles socialmente dados. Assim, o *Grupo*, de início, deixa-se orientar pelos critérios e normas que regem as instituições, e só gradualmente vai conseguindo configurar uma "cultura" própria: amálgama das vivências anteriores de seus participantes com as novas normas e valores que emergem durante a sua história.

Os grupos caminham de uma condição original de *grupos-objetos* (Guattari, 1976) em que há uma completa identificação com objetos e métodos alheios ao grupo e o centro de decisões fica exterior a seus membros, a uma situação de *grupos-sujeitos,* em que uma identidade grupal se define, e elabora-se um projeto próprio de inserção no mundo.

É somente na condição de *grupo-sujeito* que um grupo pode relacionar-se satisfatoriamente com outros grupos, sem descaracterizar-se e sem submeter-se, e, com isso, participar da luta comum pela transformação das condições vigentes na vida social.

Grupos e vínculos

Passemos agora a uma descrição de algumas das características estruturais que definem os grupos humanos. Qualquer grupo que haja conquistado uma certa permanência no tempo, a ponto de ter podido gerar uma história, apresenta certos traços distintivos: a) a emergência de uma "identidade"; b) o surgimento de uma específica dinâmica grupal, com padrões interativos próprios àquele grupo; c) uma particular forma de redes comunicacionais; d) o aparecimento de uma "ideologia" grupal própria; e) o estabelecimento de normas, regras, modos de operação e de procedimentos que configura, em seu conjunto, uma "cultura grupal" própria; f) uma rede de "papéis", passível de ser descrita tanto em suas propriedades individuais, como na sua articulação em um *script* grupal; g) objetivos, finalidades e projetos grupais modelando uma "locomoção" própria a este grupo específico; e h) conformação de um "destino", com nascimento, vida e morte do grupo.

O dado fenomenológico mais imediato para apreendermos um grupo é verificando com os próprios membros do grupo o "que" ou "quem" eles consideram o grupo. Em todo grupo psicológico há a emergência de um sentimento de identidade, forma-se a figura lingüística de um "nós", que caracteriza para os membros do grupo uma idéia de totalidade, de distintividade entre aqueles membros e quaisquer outras pessoas ou processos. Assim, o grupo gera como uma "membrana" que envolve seus membros e cria para eles um ambiente "intragrupo", que se distingue do ambiente externo "extragrupal". O que dá esta distintividade é um fator puramente psicológico: os membros do grupo se "reconhecem". Uma identidade individual nasce juntamente com a identidade grupal. O grupo dá a seus participantes uma condição de "pertencer". Podemos, então, comparar a identidade grupal com a figura de uma célula, envolta, protegida, delimitada e configurada por sua "membrana".

Definido o "interior" do grupo, passam a se dar acontecimentos interativos, o que pode ocorrer também de forma inversa: as interações é que podem desenhar os limites do grupo. Ambos os processos se complementam. Os diferentes membros buscam-se entre si, e estabelecem um conjunto de trocas significativas. Idéias, sentimentos, projetos, expectativas, sensações, percepções, fantasias e ações são emitidas, recebidas e respondidas em uma sucessão que vai ganhando história. Os padrões bem-sucedidos vão se fixando e correlações exitosas de pensamentos, sentimentos e ações mútuas "desenham" a dinâmica grupal. É como se fossem trilhas em uma floresta, uma vez criadas, por ali cir-

cularão mais e esse processo aprofundará as trilhas. Algumas serão abandonadas, outras consagradas pelo uso. A dinâmica grupal é a resultante observável da história das interações.

A mais importante das interações humanas é a troca de significações através da linguagem. Observamos nos grupos a conformação de redes comunicacionais, que serão aquelas formações de pares, díades, trios, quartetos, etc., que comunicarão entre si os aspectos acima referidos, mas em estrutura comunicacional complexa. Serão linhas, nódulos, figuras geométricas abertas e fechadas, em que os membros do grupo expressarão sua possibilidade de comunicação elegendo seus pares e montando uma estrutura de vinculações. Podemos compará-las a "canais" de comunicação, podendo ser abertos, fechados, múltiplos, etc.

Com as redes comunicacionais e a dinâmica interativa em ação, elaboram-se determinados produtos. Um deles é a ideologia grupal: conjunto das crenças, expectativas e modelos de ação de cada membro, quando atua no grupo. Pichon Rivière (1975) a denomina E.C.R.O, ou seja, Esquema Conceptual, Referencial e Operativo, que cada membro possui, e que emerge da dinâmica grupal. A ideologia é elaborada pela interação grupal e, por sua vez, modela a ação de seus membros.

Mais geral que a ideologia é a "cultura grupal", que a engloba e que representa a totalidade dos "compartilhados" grupais: as experiências trazidas pelos membros e trabalhadas pelo convívio grupal, as seqüências interativas, com todos os fatos, situações e produtos do relacionamento interpessoal, tudo isso sedimentando-se em um fundo comum de experiências, do qual emergirão para serem re-trabalhadas no aqui-e-agora do grupo. Utiliza-se o termo "cultura" no sentido antropológico e etnológico, para significar a totalidade simbólica que organiza a vida mental de um grupo humano em particular, dando-lhe os instrumentos conceituais e atitudinais para a ação em sua realidade social.

No âmbito dos grupos, a cultura grupal costuma estabelecer para cada um de seus participantes um determinado "papel", caracterizado como um conjunto definido de traços e expectativas de comportamentos que confere um perfil próprio para cada membro. Tais papéis dependem de inúmeros fatores, como a história prévia do indivíduo, a história do grupo, a tarefa a que o grupo está voltado, etc. Regulando os papéis grupais, pode-se deduzir um esquema de referências comum, um roteiro que combina as posições individuais e dá um sentido de conjunto para os papéis. Trata-se do *script* grupal, e ele possui tanto uma dimensão consciente, quando outra, estrutural, inconsciente.

As tarefas, objetivos e projetos grupais também se realizam nos planos consciente e inconsciente. Os grupos comportam-se como organismos em relação à temporalidade: nascem no momento em que se delineia a sua identidade, crescem configurando sua rede de papéis, sua circulação comunicacional, desenvolvem sua ideologia e sua cultura, realizam seus projetos e fins e também

morrem, finalizam e se desfazem. Sua existência simbólica perdura como a memória dos membros individuais e nas marcas deixadas no ambiente extragrupal como projetos e ações sociais dos grupos.

Freud e os grupos

Em um texto imprescindível para quem pretenda trabalhar com grupos, *Psicologia das massas e análise do ego*, Freud (1921) lançou a pedra fundamental do trabalho analítico com grupos. Na extraordinária "Introdução", em meros quatro parágrafos, Freud postula a impossibilidade conceitual de descrever fenômenos mentais sem fazer referência direta à existência do "outro". Afirma que:

> O contraste entre a psicologia individual e a psicologia social ou de grupo, que a primeira vista pode parecer pleno de significação, perde grande parte de sua nitidez quando examinado mais de perto. É verdade que a psicologia individual relaciona-se como o homem tomado individualmente e explora os caminhos pelos quais ele busca encontrar satisfação para seus impulsos instintuais; contudo, apenas raramente e sob certas condições excepcionais, a psicologia individual se acha em posição de desprezar as relações desse indivíduo com os outros. Algo mais está invariavelmente envolvido na vida mental do indivíduo, como um modelo, um objeto, um auxiliar, um oponente, de maneira que, desde o começo, a psicologia individual, nesse sentido ampliado mas inteiramente justificável das palavras, é, ao mesmo tempo, também psicologia social. (p. 91)

Observa-se que, para o criador da psicanálise, a psicologia social engloba a psicologia individual, na medida em que o homem é permanentemente um ser de relação e que a distinção entre ambas é, assim, muito mais uma questão semântica do que epistemológica. O homem, como objeto de investigação, é uma individualidade quando se o recorta para análise, mas em seu funcionamento psíquico, atitudinal, em suas ações e reações no ambiente, ele é permanentemente um entre outros, um ser no mundo. A psicologia individual é, ao mesmo tempo, psicologia social – assim nos diz Freud.

Uma observação importante diz respeito ao título desse texto freudiano. O título original em alemão é *Massenpsychologie und Ich-analyse*, o que deixa claro o que Freud pretendia discutir. Existe em alemão um vocábulo equivalente a "grupo", mas o que se evidencia é que Freud pretende lidar com os fenômenos inconscientes que se manifestam em um nível muito primitivo de funcionamento. Tomando por base o importante trabalho de Gustave Le Bon, que descreveu os movimentos da massa revolucionária francesa nos anos tormentosos que se seguiram a 1791, a análise freudiana discute os mecanismos da psique coletiva, e irá propor descrições dos fenômenos identificatórios que dão nascimento aos líderes de massa e, correlativamente, à própria massa. Assim, o título da obra em português, que acompanha a proposta do editor inglês, James Strachey, "Psicologia de Grupo", embora tome um aspecto atrativo, desvia-se do

sentido original proposto por Freud. No entanto, de fato, esse texto apresenta-se como germinal para os trabalhos com grupos, pois destaca os elementos fundamentais a todo trabalho em grupo.

Do mesmo parágrafo citado (Freud, 1921, p. 91), é ainda importante destacar a seguinte idéia: *"Algo mais está invariavelmente envolvido na vida mental do indivíduo, como um modelo, um objeto, um auxiliar, um oponente"*. É interessante que Freud tenha levantado apenas essas quatro possibilidades. O texto em espanhol não diz *Algo más*, mas *Un otro*, o que nos conduz à seguinte formulação: na mente de cada indivíduo está impresso o "outro", não de forma secundária, como um produto do desenvolvimento individual, sendo antes o "um" e depois o "um em relação ao outro". Na visão freudiana, com a única possível exceção dos estados mentais autísticos, há sempre a presença do "outro". Então, por que Freud levanta as opções de "modelo", "objeto", "auxiliar" e "oponente", sem um *et cetera*? Podemos hipotetizar que Freud está aqui introduzindo o complexo de Édipo, em sua dimensão estrutural, como núcleo da personalidade de cada indivíduo. No Édipo, as primeiras vivências na relação com a mãe organizam as relações de objeto, e, assim, o primeiro "objeto" é aquele que possibilita a estruturação inicial do psiquismo. Objeto constituinte, que oferece sua subjetividade como suporte de constituição da subjetividade do bebê. Nas relações familiares, organizam-se os outros papéis: o pai emerge como o "adversário", os irmãos como "auxiliares", e à medida que avança o processo de elaboração, emergem os componentes identificáveis, que permitem que o "outro" se constitua também como "modelo".

É a questão da identificação que Freud privilegiará em sua análise dos grupos. No capítulo 7 da "Psicologia das Massas", Freud afirma que a identificação é a primeira forma das relações de objeto e "desempenha um papel na história primitiva do complexo de Édipo" (idem, p. 133). Ao invés da sugestão, que Le Bon sustentara como a origem do laço social, Freud vai propor a identificação como a origem das vinculações que se estabelecem entre os membros de uma massa. Os diferentes indivíduos se irmanam e se confundem, porque o mecanismo da projeção coletiva de seus ideais de ego em um mesmo objeto faz com que todos estejam de fato compartilhando uma mesma instância psíquica. Assim, a identificação nasce de um processo comum a diferentes indivíduos, a mesma projeção, a mesma eleição de objeto, como matriz identificatória.

Retomando seu texto de 1912, "Totem e tabu", Freud vai lançar no passado mítico da história humana sua conjectura de que "O pai primevo é o ideal do grupo, que dirige o ego no lugar do ideal do ego" (Freud, 1992, p. 191). A massa é a revivescência da horda primitiva. Os mecanismos que possibilitam as identificações são estruturas arcaicas da mente, que, no entanto, atualizam-se pela ontogênese do complexo de Édipo de cada indivíduo. O líder "ressuscita" o pai primevo. Não é sem razão que esse texto de Freud tem servido para as análises do nazismo e do fascismo e, pós-modernamente, nas análises sobre a comunicação de massas.

Em um texto recente sobre grupos, encontramos a caracterização do papel da identificação na sustentação dos mecanismos grupais:

> *El problema de la integración del otro y de los otros en el psiquismo individual, hace indispensable la consideración de la intersubjetividad y de la transubjetividad en la constitución de la subjetividad. (...) La identificación es, pues, un mecanismo, un proceso y un resultado que possibilita y evidencia la interiorización de experiencias vinculares del sujeto.* (Degoviano e Kordon, 1995, p. 127).

O texto de Freud, como dissemos, é a pedra fundamental para uma investigação analítica dos grupos. Com ele podemos passar a considerar o grupo não como um fenômeno secundário da condição humana, um acréscimo a algo que já estaria dado na própria natureza humana, e, sim, como origem, matriz, forma organizadora da experiência mental humana. Calcado em estruturas arcaicas, o psiquismo humano é moldado e modelado em relações vinculares. O Édipo é a forma que tomam estes vínculos no psiquismo de cada um. Seu destino é, como a psicanálise o articula, o trajeto de cada homem em suas relações com os demais.

Trabalhando com a comunidade

Retomemos e sintetizemos o que foi dito até aqui, para tentarmos esboçar um modelo de atuação "de grupo" junto à população desfavorecida.

Os grupos apresentam uma importância muito grande, do ponto de vista psicológico, pois constituem-se em rede de sustentação para as individualidades. Podemos dizer que o *Grupo* é a matriz da identidade e que o verdadeiro *habitat* do indivíduo são os outros indivíduos.

De um lado, os grupos também têm grande importância do ponto de vista sociológico. A inserção do indivíduo na sociedade nunca se dá de forma direta, mas sempre intermediada pelos grupos e pelas instituições. As instituições cumprem um papel de perpetuação das estruturas e relações sociais dominantes, e os grupos são a força viva que pode transformar estas condições. Os *Grupos*, porém, encontram-se dispersos, mal organizados, sem identidade e sem projeto.

A população oprimida, sem trabalho, sem saúde e desagregada, não consegue fazer, com base em suas necessidades comuns, um delineamento político de sua situação e buscar a organização necessária para transformá-la. Não consegue também dar uma contextura adequada às necessidades psicológicas dos indivíduos, e daí derivam, em uma urdidura complexa de fatores históricos-econômicos-políticos-antropológicos, as neuroses, o alcoolismo, a criminalidade e outros "sintomas" que contribuem para desorganização e a falta de projetos coletivos.

Os grupos têm a potencialidade de virem a ser instrumentos para a concretização das necessidades fundamentais de seus membros; para isso, contudo, necessitam superar sua condição de grupos-objetos, submetidos às determinações institucionais, e assumir um papel ativo diante da realidade.

O trabalho com a comunidade parte desses pressupostos. O objetivo principal do trabalho é proporcionar e desenvolver a formação de grupos dentro da comunidade. As finalidades ou objetivos desses grupos serão estabelecidos pelos próprios participantes, que, assim, determinarão qual será a tarefa do grupo. Muitas são as necessidades da população oprimida, e qualquer uma delas pode servir de base para que um grupo se constitua. Delimitado um objetivo, o trabalho do psicólogo concentra-se em mobilizar a estrutura grupal, tornando-a flexível o suficiente para que a dinâmica resultante torne o grupo capaz de pensar e agir.

Costuma-se dizer que o trabalho do psicólogo parte de demandas, entendidas como o conjunto de motivos, conscientes e inconscientes, que levam alguém a buscar auxílio para seus problemas. Isto é verdadeiro. Entretanto, devemos acrescentar que, na população oprimida, a demanda é diretamente a vivência da carência, e que, na maior parte das vezes, esta população não sabe determinar o que é (qual o serviço, qual profissional, etc.) que ela busca. É por isso que o trabalho psicológico deve partir de uma discussão ampla que, mediante a troca de experiências, leve a uma pauta comum de necessidades e expectativas, e só então faça uma oferta de serviços compatíveis com esta demanda já discriminada.

A população carente busca a solução de seus problemas. Formam-se grupos na comunidade com o objetivo de levar cada um deles a reconhecer-se como também responsável pela manutenção de sua condição de oprimido, e capaz de mobilizar recursos e instrumentos para buscar suplantá-la. Evidentemente, isso não quer dizer que a histórica opressão de classe seja superada pelo mero agrupamento. Mas é a partir dela que um dos elementos primários da opressão, o consentimento inconsciente, cai por terra. Nos grupos que pensam a si mesmos, os problemas recebem uma nova problematização, e dela emerge o grupo como sujeito que busca suas próprias soluções.

As questões principais vividas pela população oprimida costumam estar envoltas por uma bruma de interpretações ideológicas e de racionalizações psicológicas, que impedem estes indivíduos de formular conjuntamente seus problemas e descobrir na sua auto-organização o meio para determinar o seu lugar na sociedade.

O trabalho psicológico pode auxiliar este processo da seguinte forma:

- Em primeiro lugar, é preciso constituir o *Grupo*. Se, na comunidade, já existir alguma forma organizada de agrupamento, deve-se partir daí. No caso de comunidades sem esse recurso, é preciso instituir um local e um tempo para as primeiras aproximações. O trabalho psicológico não se oferece de imediato; antes, é preciso que a comunidade veja nele um

instrumento para a realização de alguma de suas necessidades. Os grupos constituem-se à medida que um certo número de indivíduos reconhece-se em alguma temática. Então, é preciso favorecer uma troca de experiências que permita estabelecer um "mínimo denominador comum" de aspirações passíveis de serem supridas por meio de um trabalho grupal.

- Em segundo lugar, é preciso estabelecer um enquadramento para o grupo. Tendo elegido um tema de interesse geral, o coordenador propõe um tempo e um local para discutir tal assunto. A duração pode ou não ser estabelecida *a priori*. Da mesma forma, pode-se convencionar um pagamento ao coordenador por seu trabalho. Os participantes comprometem-se com sua presença ativa.
- Qualquer que tenha sido o tema escolhido, sempre existe uma temática subjacente: as necessidades psicológicas e sociais dos participantes. O coordenador deve, desde o início do trabalho, ir desvendando a "tarefa latente" do grupo. Seu trabalho é o de explicitação dos conteúdos, encobertos ou deformados, que vão surgindo na dinâmica grupal. Estes conteúdos tanto dizem respeito aos conflitos psicológicos e interpessoais quanto às representações ideológicas que a contextura institucional reproduz nos grupos.
- Atua-se na dinâmica do grupo para ir desvendando a estrutura inconsciente com sua rede de papéis. Explicita-se e demonstra-se o sistema de comunicação adotado pelo grupo. Apontam-se os obstáculos que impedem a participação e a tomada conjunta de decisões. Rompem-se os estereótipos que impedem a percepção e a aprendizagem. Procura-se favorecer a flexibilidade, a iniciativa e a mudança de atitudes. Desenvolve-se uma estrutura grupal maleável, aberta à participação de todos os integrantes e passível de transformações. O processo grupal deve desenvolver-se integrando progressivamente todos os membros do grupo a um projeto comum de auxílio recíproco na solução dos problemas da existência concreta.
- Ao final do processo, ajuda-se o grupo a tornar-se independente de nós, da coordenação do trabalho. O grupo deve torna-se capaz de autogerir-se e decidir autonomamente seu destino, suas lutas, suas tarefas e seus projetos.

Referências bibliográficas

BACH, G. R. (1958). *Psicoterapia intensiva de grupo.* Buenos Aires, Hormé.

BERNARD, M. et alii (1995). *Desarrollos sobre grupalidad.* Buenos Aires, Lugar.

BION, W. R. (1970). *Experiências com Grupos: os fundamentos da psicoterapia de grupo.* Rio de Janeiro, Imago.

FOULKES, S. H. e ANTHONY, E. J. (1967). *Psicoterapia de grupo: a abordagem psicanalítica.* Rio de Janeiro, BUP.

FREUD, S. (1921). "Psicologia de las masas y análisis del yo". In: FREUD, S. (1973). *Obras Completas.* Trad. D. Luis Lopez-Ballesteros y de Torres. Tres Tomos, Madrid, Biblioteca Nueva.

_____ (1992a). *Psicologia de grupo e análise do ego.* Edição Standard das Obras Psicológicas Completas, vol. XVIII. Rio de Janeiro, Imago.

_____ (1992b). *Totem e tabu.* Edição Standard das Obras Psicológicas Completas, vol. XVIII. Rio de Janeiro, Imago.

GUATTARI, F. (1976). Psicoanálisis y transversalidad. Trad. F. H. Azgurra. Buenos Aires, Siglo XXI.

KÄES, R. (1976). *El aparato psíquico grupal.* Barcelona, Granica.

LAPASSADE, G. (1977). *Grupos, organizações e instituições.* Trad. H. A. Mesquita. Rio de Janeiro, Francisco Alves.

LOURAU, R. et alii (1977). *Análisis institucional y sócioanalisis.* Trad. V. Goldstein. México, Nueva Imagen.

LOURAU, L. (1976). *A análise institucional.* Trad. M. Ferreira. Rio de Janeiro, Vozes.

PICHON-RIVIÈRE, E. (1975). *El processo grupal.* Buenos Aires, Paidós.

SEGOVIANO, M. e KORDON, D. (1995). "Identificación, identidad y grupo". In: BERNARD, M. et alii. *Desarrollos sobre grupalidad.* Buenos Aires, Lugar.

Entre o discurso e a imagem corporal: um estudo sobre o imaginário da hanseníase*

Kátia Rubio**

RESUMO. Durante dois anos, tempo de execução dessa pesquisa, foi possível perceber, influenciada por cursos, leituras e pela observação da sala de espera do Ambulatório de Dermatologia Sanitária do Centro de Saúde Escola da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo e do Ambulatório de Dermatologia do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, o quanto questões relacionadas com a representação social da hanseníase e a percepção da imagem corporal, por parte do paciente, interferiam, e por vezes determinavam a adesão ao tratamento, bem como a evolução da doença. Mas ainda que considerássemos as produções coletivas sobre um fato social não pudemos desconsiderar as questões de ordem subjetiva, que aqui abordaremos sob a perspectiva da construção da imagem corporal, considerando todas as implicações que a apercepção corporal tem para o indivíduo, tanto no que se refere ao processo de adesão ao tratamento quanto ao relacionamento social, no tocante ao desenvolvimento da hanseníase.

Palavras-chave: imagem corporal, imaginário social, modos de enfrentamento e inconsciente coletivo.

ABSTRACT. This article proposes that issues relating to the patients' social representation of leprosy and their perception of their corporal image interfere and sometimes determine the willingness to be treated, as well as the evolution of the disease. This was noticed after the author attended courses and observed the waiting rooms of the Sanitary Dermatology Service of the Health Center of the School of Public Health of the University of São Paulo and of the Dermatology Service of the Hospital of the Medical School of the University of São Paulo, in a process that lasted two years. However, even if the collective productions about a social fact are considered, it would not be possible to disregard the subjective issues, which will be approached here under the perspective of the construction of the corporal image, considering all the implications that the corporal perception has for the person, and its relation both to the process of accepting the treatment and to the development of leprosy.

Key-words: corporal image, mental imagery, modes of coping and collective unconscious.

Introdução

O problema da hanseníase, expresso quantitativamente, não parece, em geral, muito impressionante quando comparado com outros problemas de saúde. Estima-se que, atualmente, haja meio milhão de casos de lepra na região das

* Esse artigo é parte de uma pesquisa desenvolvida com apoio da Fundação Aniela e Tadeusz Ginsberg e financiada pelo Programa de Pequeñas Becas para Investigaciones en Aspectos Sociales e Económicos de las Enfermedades Tropicales/TDR/UNDP/World Bank/WHO.

** Psicóloga, Professora Assistente da Escola de Educação Física e Esporte da Universidade de São Paulo, mestre em Educação Física, doutoranda da Faculdade de Educação da USP.
Meu agradecimento à atenção cuidadosa da Profa. Sandra Bettoi, que me acompanhou ao longo do projeto, lendo e criticando os relatórios.

Américas (Ministério da Saúde, 1992). Esta cifra talvez pareça baixa do ponto de vista estatístico, porém, devido a vários outros fatores, a magnitude do problema da hanseníase vai além do que os números indicam.

Doença crônica, com formas graves, que, com o tempo, tendem a piorar e podem ser contagiosas durante toda a vida, a hanseníase carrega consigo um estigma secular, que as campanhas educativas têm encontrado grande dificuldade em transformar. Além disso, produz incapacidades físicas progressivas que, por vezes, desfiguram, mutilam e motivam a rejeição social do paciente, incapacitando-o para a atividade produtiva e levando-o ao ostracismo ou à morte social.

Lidar com a doença, aderir ao tratamento e retornar ao convívio social têm sido os grandes desafios para os portadores dessa enfermidade.

Da representação ao inconsciente coletivo

A história das representações de saúde e doença foi sempre pautada pela relação entre o corpo dos seres humanos, as coisas e os demais seres que os cercam. Elementos naturais e sobrenaturais habitam estas representações desde tempos imemoriais, provocando os sentidos e impregnando a cultura e os espíritos, os valores e as crenças dos povos.

Com base nisso, Sevalho (1993) afirma que não há como transitar pela história das representações de saúde e doença através da história tradicional, que tem o seu fundamento nos acontecimentos como motores da humanidade. Portanto, entender a doença é conhecer o universo de representações que a cerca, e não apenas sua etiologia ou formas de manifestação e contágio.

No caso específico da hanseníase, Sournia e Ruffie (1984) afirmam, em seu ensaio de antropologia médica, a contribuição da doença para a formação biológica da humanidade atual, juntamente com a tuberculose, tendo um lugar considerável no clima social e cultural dos países ocidentais.

Os leprosos foram tolerados até o século XI. Acredita-se que, a partir de então, a doença tenha tomado um caráter epidêmico e que os doentes tenham sido isolados para evitar o contágio daqueles que os cercavam ou ainda pela aparência do portador, que causava repulsa e horror.

Na verdade, a hanseníase é uma doença cujos mecanismos de transmissão permanecem desconhecidos, bem como o tempo de contato para a manifestação da doença.

Na sua forma lepromatosa, a hanseníase provoca um grande nariz, lábios grossos e o rosto adquire um aspecto denominado "leonino". Quando mutilante, pode amputar o nariz, as orelhas, as extremidades dos dedos ou dos membros.

Durante a Idade Média não havia a preocupação em submeter o doente a um tratamento rigoroso, uma vez que a noção que se tinha da hanseníase era a de uma doença incurável.

Quem notasse um doença de pele deveria denunciar o portador, que era então submetido a um tribunal. Se julgado culpado, o doente estava sujeito a sanções que variavam da internação à castração.

De acordo com Jopling (1983), a hanseníase é uma doença microbacteriana crônica, infecciosa em alguns casos, primariamente acometendo o sistema nervoso periférico e secundariamente afetando a pele e alguns outros tecidos. Seu grau de disseminação em determinada comunidade depende da proporção de pessoas suscetíveis na população e de sua oportunidade de contato com o *Mycobacterium leprae*. O contágio é, habitualmente, direto e feito através da convivência do indivíduo suscetível com a fonte de infecção, que é o doente contagiante. Por outro lado, é uma doença com certas peculiaridades, uma vez que muitos indivíduos, mesmo convivendo íntima e prolongadamente com doentes contagiantes (um cônjuge, por exemplo) nunca adoecem. O período de incubação da bactéria é o mais longo que se conhece na patologia humana: de 3 a 5 anos, havendo referência de períodos mais curtos (7 meses) e mais longos (10 anos).

No estudo feito por Rojas, Alvisa, Hernandez, Bravo e Garcia (1993), na cidade de Havana, concluiu-se que, apesar da informação científica disponível, a hanseníase é associada à idéia de culpa, desprezo e isolamento, influenciando a significação pessoal que a hanseníase tem para o paciente e para a população e, conseqüentemente, as respostas emocionais à doença.

Ao lidar com uma doença que tem milênios de existência e uma trajetória marcada pelos fatos já descritos acima, observa-se que não basta apenas informação e conhecimento para poder combatê-la e erradicá-la, uma vez que várias questões que a cercam encontram-se numa instância coletiva das representações que, na psicologia analítica, é chamada de inconsciente coletivo.

Jung (1987) afirmou que o inconsciente contém, além do material reprimido, todos aqueles componentes psíquicos subliminais, inclusive as percepções subliminais dos sentidos. Nele estão contidos também componentes que ainda não alcançaram o limiar da consciência. Para o autor, há dois planos distintos do inconsciente. Um de natureza pessoal, quando podemos reconhecer em nosso passado seus efeitos, sua manifestação parcial ou ainda sua origem específica. Por outro lado, o inconsciente contém também um lado impessoal, que corresponde às camadas mais profundas do inconsciente e aos fundamentos estruturais da psique comum a todos os homens sob forma de *categorias herdadas* ou arquétipos, chamado de inconsciente coletivo.

O conceito de inconsciente coletivo e as representações que se tem da hanseníase poderão nos auxiliar na compreensão daquilo que os pacientes mantêm para si das inúmeras explicações que lhes são dadas por toda a equipe médica. Enquanto a representação social se apresenta como uma modalidade de conhecimento prático, compartilhado socialmente, o conceito de incons-

ciente coletivo vem possibilitar a compreensão de conteúdos coletivos, impessoais, comuns a todos os homens e que não passam, necessariamente, pela consciência, daí a dificuldade de formatá-los num nível verbal.

O desenvolvimento da imagem corporal

O conceito de imagem corporal foi desenvolvido por Paul Schilder na década de 40. Autor de orientação psicanalítica, Schilder investigou detidamente o processo de formação e desenvolvimento da imagem corporal, coletando dados a partir de diferentes perspectivas, observando tanto o processo evolutivo normal quanto os efeitos de certos traumatismos físicos, amputações e/ou condições neuropatológicas sobre o desenvolvimento da imagem corporal. Schilder (1994) entende por imagem corporal a "figuração de nosso corpo, formada em nossa mente, ou seja, o modo pelo qual o corpo se apresenta para nós" (p. 54).

O autor afirma que a imagem corporal não se refere apenas a uma sensação ou imaginação. Existe, sim, uma apercepção do corpo, indicando também que embora nos tenham chegado através dos sentidos, as figurações e representações envolvidas nessa construção são fruto de experiências presentes e também das passadas. Assim como a elaboração da imagem corporal sofre modificações ao longo da história de vida da pessoa, o mesmo ocorre com suas várias representações, dependendo das várias experiências que a pessoa vive e pelas quais passa.

Nessa perspectiva, a imagem corporal é uma unidade adquirida e não dada, e pode ser destruída, implicando um esforço contínuo para dar uma estrutura a algo dinâmico. Sendo produto de um organismo vivo, uma alteração em uma de suas partes, por uma doença ou mal físico, por exemplo, não introduzirá modificações na imagem corporal apenas referente a essa parte; a mudança será geral, pois resultará de novas relações consigo mesmo e com os outros, implicando uma interpretação.

Faz parte desta gama de diferenças interpretativas aquilo que Alves (1993) chamou de aspectos subjetivos, ou seja, as sensações corporais vistas e percebidas pelo doente. Pensamos que se isso fosse considerado pela equipe terapêutica, tornar-se-ia mais fácil explicar a um paciente que um quadro de erupções cutâneas é positivo, dentro do processo de recuperação, ainda que seja doloroso e constrangedor. Acontecimentos como esses são guardados pelo paciente de forma a compor um registro de seu histórico, que ganha forma, então, quando solicitado a expressar – de forma gráfica e/ou verbal – sua experiência.

Método

Essa pesquisa foi realizada durante o segundo semestre de 1996, no Serviço de Dermatologia do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. Foram entrevistados 16 sujeitos portadores de hanseniáse, de ambos os sexos, com idade entre 20 e 60 anos, sem restrição à forma clínica (Virchoviana, Dimorfa, Tuberculóide e Indeterminada) ou tempo de manifestação da doença.

Utilizaram-se como parâmetros para designar "fase do tratamento" as seguintes condições:

- *início de tratamento:* pacientes que tivessem recebido o diagnóstico no prazo de 1 a 6 meses e que já vinham fazendo o tratamento;
- *meio de tratamento*: pacientes que já vinham se tratando há mais de 6 meses e que ainda não tinham perspectiva de alta;
- *final de tratamento*: pacientes que já tinham recebido alta medicamentosa mas que continuavam freqüentando o serviço médico para controle até a alta definitiva.

Foram utilizados como instrumentos da pesquisa uma entrevista aberta, feita antes do paciente entrar em consulta com o médico, durante a qual buscou-se destacar questões pertinentes ao descobrimento, desenvolvimento e enfrentamento da doença e seus desdobramentos no âmbito das relações sociais do paciente; e o desenho da figura humana que ofereceu subsídio para uma análise da representação e percepção da imagem corporal.

Análise e discussão dos dados

Foi possível perceber ao longo da coleta de dados que o material fornecido pelos entrevistados deveria ser analisado em dois momentos distintos: a entrevista e os desenhos. Isso porque a reação dos participantes foi bastante distinta diante das duas situações, além de utilizarmos referenciais específicos para a análise de cada um dos instrumentos.

Discussão das entrevistas

Representação da doença e da cura

A representação que os pacientes têm da doença está relacionada diretamente ao modo de enfrentamento desenvolvido para lidar com ela. Entende-se por modos de enfrentamento os esforços de natureza cognitiva e comportamental para lidar com exigências específicas internas ou externas (e conflitos entre estas) que são avaliadas pelas pessoas como sobrecarregando ou excedendo seus recursos adaptativos (Folkman e Lazarus, 1980).

A interpretação que tem do distanciamento é o modo de enfrentamento desenvolvido por alguns pacientes para suportar ou superar o momento da doença. Esse enfrentamento sugere um distanciamento da doença como forma de se proteger de todo o processo doloroso porque eles passam ou passaram. Há um grupo de pacientes que apresenta um tipo de resposta que indica que eles pouco sabem sobre a doença, porém buscam explicações ou parâmetros para sua atual condição. Quase sempre a resposta para suas dúvidas vem dos outros, bem ou mal informados. Esse grupo de pacientes também passou pelo departamento de Serviço Social e, assim como os demais pacientes da amostra, recebeu todas as informações sobre a doença, desde o contágio, transmissão e cuidados médicos. Porém, em ambos os casos, tem-se a impressão de que a informação não foi decodificada, esbarrando em questões mais emocionais do que racionais.

Aponta-se, então, para a diferença entre aquilo que se denomina distanciamento e desinformação. É como se a desinformação estivesse focalizada no problema e o distanciamento na emoção. Nesse sentido, Queiroz (1992) aponta para a diferença básica entre dois tipos de modos de enfrentamento:

- focalizado no problema: refere-se a estratégias usadas para resolver um problema, reconceituá-lo (cognitivamente) ou minimizar seus efeitos;
- focalizado na emoção: refere-se a estratégias que regulam as conseqüências emocionais do evento estressante.

Em geral, modos de enfrentamento focalizados na emoção são mais prováveis de ocorrer quando existe uma avaliação de que nada pode ser feito para modificar as condições ambientais, enquanto os modos de enfrentamento focalizado no problema são mais prováveis de acontecer quando tais condições são avaliadas como passíveis de mudança.

Um outro grupo de pacientes estabelece uma associação entre hanseníase e lepra e apresenta todo o estigma que a doença carrega ao longo dos anos, como o isolamento e a deformação de partes do corpo, demonstrando muita dificuldade em aceitar a condição de portador da enfermidade. Apesar da mudança de nome de lepra para hanseníase, a representação social permanece a mesma.

Por fim, foi possível diferenciar um último grupo de pacientes que, independentemente de fazer uma associação com a lepra, não acredita na cura da doença. A aids e o câncer, tidas como doenças incuráveis, são parâmetros de comparação de malignidade, e ainda que o discurso médico comprove com dados a possibilidade da cura da hanseníase, a partir de um tratamento rigoroso e prolongado, alguns pacientes permanecem incrédulos.

A representação da cura está diretamente associada à confiança que o paciente deposita na equipe médica que o atende, muito mais, inclusive, do que o conhecimento que ele pode ter adquirido ao longo do tratamento.

A doença, assim como a cura, é mais do que uma situação emotiva decorrente de uma reação corporal. Ela estende-se para além dos limites do mundo

sensível. Segundo Alves (1993), se a enfermidade se inicia com a experiência, isso não prova que toda ela derive da experiência. O corpo humano, durante um processo patológico, pode fornecer uma soma de informações que, vistas isoladamente, perdem seu sentido. Por outro lado, somente a percepção de sensações não garante a validade da apreensão da enfermidade. Nesse ponto, o processo da doença também ajuda o paciente a construir a representação da cura. Era visível que os pacientes que já se encontravam na fase final de tratamento conseguiam distinguir que antes da melhora houve pioras, o que vem lhes causar grande alívio a todo o sofrimento que ele é capaz de descrever. Porém, aqueles que se encontravam no meio desse processo não viam muita saída. Sendo assim, o olhar do outro é sempre uma forma de certificação do andamento da doença, e esse outro pode ser o médico, alguém da família ou até mesmo a entrevistadora.

Mudança de hábitos e capacidade para o trabalho

A maneira como o indivíduo lida com a situação é determinada, em parte, por seus recursos pessoais, que incluem sua saúde/energia, crenças, habilidade na resolução dos problemas, apoio social/emocional e recursos materiais. Dessa forma, modo de enfrentamento, entendido como processo, implica a consideração não só da complexidade do comportamento humano, como também da sua flexibilidade e a relação entre os esforços feitos pelo indivíduo e os resultados obtidos, seja em termos da resolução do problema, seja da regulação da emoção. Foi a partir desse referencial que pudemos explicar a variabilidade de estratégias utilizadas pelos indivíduos para lidarem com eventos associados ao diagnóstico da hanseníase.

Ainda que a doença tivesse alterado o ritmo e forma de vida, algumas pessoas preferiram afirmar que tudo continuava da mesma forma. Observamos então que o "padrão de normalidade" que esses indivíduos utilizavam não está associado diretamente ao bem-estar físico ou mental, nem tampouco à aparência estética, mas à capacidade para o trabalho.

Para a grande maioria dos entrevistados, estar doente não significava apenas submeter-se a cuidados médicos regulares, não sendo, portanto, apenas um evento biológico. Para esse grupo, o grande desafio era superar a incapacidade para o desempenho regular do trabalho que a doença impunha. Apenas 2 entre os 16 entrevistados disseram manter a disposição para atividades produtivas e a normalidade da vida. Vale ressaltar que muitos dos entrevistados foram afastados de suas atividades produtivas, mesmo tendo condições para seu desempenho, fosse por receio de um possível contágio, fosse pela aparência comprometida para um contato com o púbico. Em todos esses casos, a incapacidade para o trabalho representava uma ameaça à subsistência, uma vez que estar de licença médica significava uma perda substancial do salário.

Pudemos constatar que se um indivíduo mostra disposição e capacidade para o trabalho ele se considera saudável e assim é considerado. Só num segundo plano a boa aparência e a disposição para sair e passear aparecem como definidores adequados de saúde para indivíduos adultos.

Nesse mesmo sentido, Boltanski (1989) interpreta esse fenômeno demonstrando que, entre as classes sociais mais baixas, a doença tenderia a ser percebida somente quando houvesse uma incapacitação do desempenho social, representada principalmente pelo trabalho.

Sintomas, indefinição médica, erro de diagnóstico e variações de estado

Um fator que tem marcado o diagnóstico da hanseníase é a variação enorme das maneiras com que a moléstia pode acometer diferentes pessoas. Para alguns, a doença somente compromete um nervo periférico ou produz uma única mancha, que persiste indefinidamente e depois desaparece, enquanto em outros provoca inúmeros nódulos e outros tipos de lesões cutâneas, associadas com polineurite e danos a órgãos vitais como os olhos, laringe, testículos e ossos. Essa variedade de manifestações leva, em muitos casos, a uma dificuldade no diagnóstico, o que pode gerar atraso no tratamento ou, numa circunstância pior, resistência à medicação baseada na poliquimioterapia.

Encontramos alguns casos em que a doença foi diagnosticada com exatidão nos seus primeiros sinais. Isso implicou, de um lado, uma maior disposição do paciente para seguir o tratamento com todas as etapas indicadas pelo médico, e, do outro lado, no caso do não cumprimento das recomendações médicas, complicações e indeterminação do prazo de alta. O acerto imediato do diagnóstico foi apontado como um elemento reforçador para a participação do paciente no processo de tratamento.

O mais dramático para o paciente portador de hanseníase é o erro ou demora na conclusão do diagnóstico, implicando um desgaste físico e emocional, comprometendo, inclusive, sua capacidade de aderir ao tratamento e acreditar na cura, minando sua qualidade de vida global, incluindo seu estado emocional e suas relações sociais.

Outro fato apontado pelos entrevistados foi uma piora no início do tratamento, decorrente do processo da doença e das reações à medicação ministrada. Este dado tem relação com a compreensão que o paciente tem de sua enfermidade, visto que ela está fundamentada na própria experiência e convívio com a doença. Segundo Alves (1993), é a experiência de sentir-se mal que, por um lado, origina por si mesma as representações da doença e, por outro, põe em movimento a nossa capacidade de transformar esta experiência em um conhecimento. É através das impressões sensíveis produzidas pelo mal-estar físico e/ou psíquico que os indivíduos se consideram doentes.

Nesse sentido, muitos dos pacientes que reclamavam da piora tinham como referência sua condição de normalidade anterior, tendo dificuldade de admitir que o processo de cura passava pela superação do momento presente que ele vivia. Isso talvez pudesse ser explicado pelo fato de, acostumado que estava à medicina alopática, na qual o procedimento médico está centrado no sintoma e na sua superação, o paciente de hanseníase seguia esse modelo e tinha a expectativa de melhora rápida, ou seja, o desaparecimento dos sintomas. Isso acarretava alguns problemas tanto para o paciente quanto para a equipe médica, uma vez que a expectativa do paciente não podia ser satisfeita, gerando desconfiança no que se referia ao prazo dado para que a melhora surgisse.

Apoio familiar e receio social

Ainda que, na atualidade, boa parte da população possa contar com informações, facilidade de diagnóstico, uso de medicação adequada e a possibilidade de cura, ainda é grande o número de pessoas que contrai hanseníase e passa a carregar consigo a enfermidade, seu estigma e suas implicações. Daí o apoio familiar ser apontado como a base de sustentação da pessoa enferma, como uma proteção contra o preconceito que envolve a doença, visto que sua divulgação no meio social pode gerar maior isolamento e discriminação.

Lazarus e Folkman (1980) afirmam que a forma de lidar com problemas em geral e saúde em particular tem sido influenciada pelo apoio familiar e pelas relações familiares como um todo. Por relações familiares entendem o papel social que a pessoa desempenha em seu núcleo familiar como pai, mãe, cônjuge ou filho e o apoio que recebe e é capaz de dar na família.

Outro fator importante, e que sem dúvida é influenciado pelos já descritos acima, refere-se ao bem-estar psicológico que pode ser influenciado pelas relações familiares e pela crença e apoio social – colegas e vizinhos – possibilitando a capacidade de aceitar como ele é, discutindo seu problema, dando apoio concreto no sentido de facilitar as tarefas domésticas.

A interferência social variou em duas direções: uma relacionada com o apoio, num sentido irrestrito, em que não importava a possibilidade do contágio ou o medo; a outra, no sentido oposto, foi a discriminação e o distanciamento, que fizeram aumentar o sentimento de abandono e solidão. Porém, o fato de a notícia ser dada à família e daí advir o apoio desejado não significou que a doença pudesse ser divulgada no meio social mais amplo, visto que o medo da discriminação ainda era grande. Vale lembrar que o apoio era visto não somente como expressão literal, mas também através de pequenos gestos como a ausência do medo de compartilhar objetos da pessoa doente ou dividir o mesmo espaço dentro da casa.

Cuidados com o corpo

Perguntados sobre como eram os cuidados com o corpo antes e depois da doença, nenhum dos entrevistados conseguiu responder à pergunta no primeiro momento. Parte do grupo utilizou-se de evasivas ou se esquivou, falando de reação ao remédio ou então devolveu a pergunta com outra pergunta, alegando incompreensão. Nesse momento tentou-se usar a palavra *vaidade*.

Interessante observar que a utilização da palavra vaidade sugeriu, entre outras coisas, o uso do corpo na relação com o outro, mas não numa relação social e sim sexual, dando a entender que vaidade significava promiscuidade. O cuidado com o corpo sugeriu apenas o externo, aquilo que faz o contato com o meio. As sensações e percepções internas não foram citadas.

Houve ainda uma referência quanto à higiene e ao asseio, explicitando o quanto a sujeira é vista como a causa do contágio ou como possível agente transmissor. Quando se fala da necessidade da limpeza e higiene como uma forma de prevenção, isso pode vir a se transformar numa obsessão para o doente que restringiu muitas das formas de contato, físico ou através de utensílios, consigo próprio.

Desenhos

Antes de iniciarmos a análise e discussão dos desenhos, no que se refere a seus componentes expressivos – tamanho, pressão, traçado, detalhes, simetria, localização e movimento – deve ser analisado o fato de que *50% da amostra recusou-se a executá-lo*.

Ao buscarmos na literatura dados que pudessem ajudar na reflexão sobre essa questão, o que encontramos foram trabalhos realizados a partir de desenhos da figura humana em que os autores não se referiram à questão da recusa. Todos os trabalhos partem dos desenhos já realizados, sugerindo duas possibilidades: a primeira, de que o próprio fazer do desenho já é o critério para sua análise; a segunda, que a omissão desse dado, ou seja, as recusas vão sendo eliminadas da pesquisa como se isso não fosse relevante. Para nós, no entanto, esse é um dado que merece atenção tanto pela recusa em si como pelo número de pessoas a se recusarem.

A fala tem sido o canal de expressão mais utilizado e explorado na vida cotidiana. Essa forma de expressão permite a apresentação de si e de suas questões, e a apreensão do conteúdo fica a critério do interlocutor. Essa também é a forma de comunicação mais usual nas relações interpessoais e com a equipe médica, especificamente, no que se refere à queixa de um paciente. O médico tem por hábito ouvir aquilo que traz o paciente até o consultório. No momento em que sugerimos a execução de um desenho, o paciente é surpre-

endido por dois motivos: o primeiro porque se defronta com uma situação inédita e não condicionada; o segundo é a utilização de uma forma de representação simbólica verbal paragráfica.

De acordo com Hammer (1991), no momento em que o paciente é convidado a executar o desenho ele tem acionados em sua estrutura inconsciente dados ou símbolos impessoais, comuns a todos os homens, reforçados ao longo da história da humanidade, que nem sempre a expressão verbal é capaz de apresentar, uma vez que sabemos que a dinâmica da fala é cercada pelas instâncias da vida consciente.

A solicitação do desenho foi feita da seguinte forma: terminada a entrevista, a pesquisadora interveio solicitando: "Para encerrar eu gostaria de pedir que você me fizesse um desenho, um desenho de uma pessoa. Nesse desenho não tem certo, nem errado. Nem feio, nem bonito".

As respostas dos pacientes que se recusaram a fazê-lo foram de dois tipos. Um grupo se recusou sem nem mesmo tentar fazer o desenho, e as alegações variaram da incapacidade para desenhar ou mesmo da indisposição para a atividade. Um outro grupo até esboçou uma tentativa mas, num momento posterior, recusou-se alegando incapacidade para executar a tarefa.

Por outro lado, no grupo que se dispôs a desenhar, alguns demonstraram uma resistência inicial, mas depois aceitaram a proposta, fazendo, inclusive, mais que um desenho. Outros aceitaram de imediato o convite e preocuparam-se com contornos e detalhes, levando vários minutos até darem por encerrada a sua produção. Alguns não falaram nada, apenas se concentraram na tarefa e executaram-na, outros foram conversando com o desenho como se a figura fosse um interlocutor.

Análise dos desenhos

A análise dos desenhos foi feita por categorias e não por indivíduos, visto que nosso objetivo foi buscar aspectos gerais e não fazer um psicodiagnóstico dos pacientes. Para tanto utilizamos categorias como componentes expressivos, que buscaram nos transmitir diferentes nuances de significado e os componentes de conteúdo que consideraram o tônus postural das figuras, a expressão facial, a ênfase sobre vários aspectos individuais.

Para fim de interpretação, dividimos esse grupo em dois subgrupos, uma vez que das oito pessoas que fizeram o desenho quatro fizeram a representação do corpo todo e os outros quatro fizeram desenhos de figuras humanas parciais.

Desenhos completos

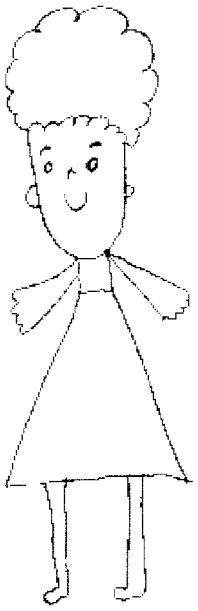
Um dado que chamou a atenção foi que os 4 pacientes que representaram o corpo humano inteiro foram considerados, para efeito dessa pesquisa, como em meio do tratamento, ou seja, já estavam em tratamento há mais de 6 meses, mas ainda não tinham previsão de alta medicamentosa. Esse dado chamou a atenção, uma vez que nas entrevistas eles demonstraram diferenças com relação às representações de doença e cura, de apoio familiar, mas a integralidade individual diante dos fatos do presente parecia preservada, bem como da necessidade de serem agentes no processo de tratamento e não apenas pacientes.

Todos esses desenhos foram iniciados pela cabeça, num deles, inclusive, a pessoa iria iniciar no canto esquerdo superior (o que acarretaria um desequilíbrio proporcional desenho-folha), desistindo daquela forma e reiniciando do meio da folha. As seqüências foram obedecidas – pescoço, tronco, membros. Isso vem reforçar a afirmação acima, de que essas pessoas seriam agentes de seu processo de reabilitação e cura, e, mesmo diante das evidências de um tratamento rigoroso e prolongado, que o caminho para a superação da doença não está apenas nas mãos de quem cuida.

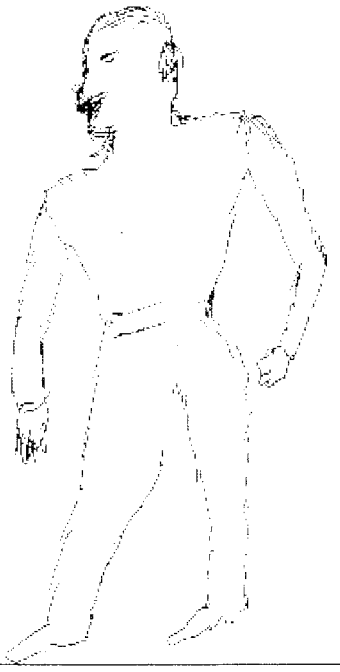
O tamanho do conceito desenhado, a pressão e o traço indicam que a auto-estima desses pacientes parecia preservada, não havendo nenhum desenho excessivamente grande ou demasiado pequeno, confirmando a hipótese anterior de adequação. O traço dos desenhos apresenta variação tanto no que se refere ao contorno do corpo como com relação ao contorno das roupas, sugerindo, de acordo com Hammer (1991, indivíduos mais flexíveis e adaptados.

Esses elementos formais nada sugerem a respeito da doença que acomete essas pessoas. Em nenhum momento, em qualquer dos desenhos há referências sobre a manifestação da hanseníase em alguma área do corpo. Todos eles se desenharam saudáveis, dando a sugestão de um prognóstico favorável.

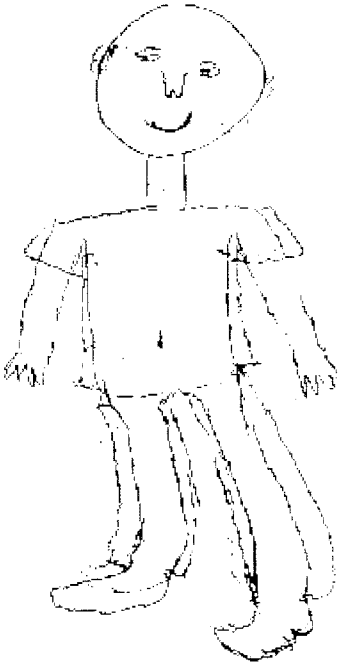
Talvez o que mais chamasse a atenção foi o desenho de *De*, que convive com a hanseníase desde os 13 anos, com um histórico de abandono do tratamento e um reconhecimento da necessidade de maior rigor em seu comportamento a partir da piora que sofreu. O desenho é bastante infantil, porém retrata alguém de corpo inteiro sugerindo essa proximidade com seu corpo que, parece, vem se desenvolvendo à medida que ela reconhece a necessidade de sua participação responsável no processo de tratamento.



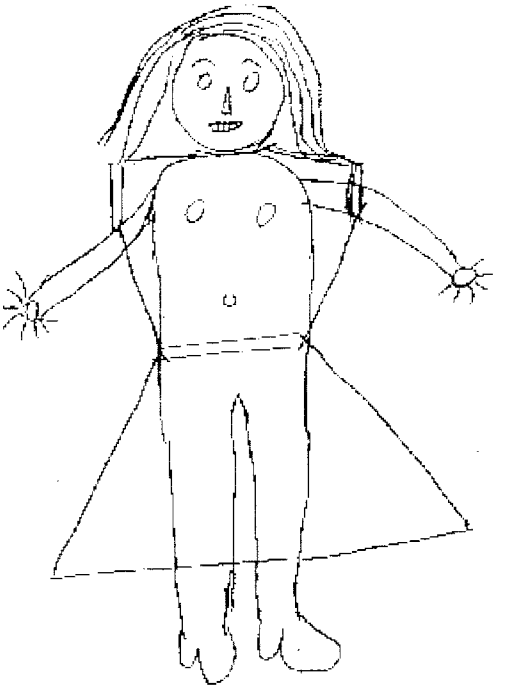
De-meio de tratamento-22 anos



Ru-meio de tratamento-62 anos



Go-meio de tratamento-25 anos



TG-meio de tratamento-49 anos

Desenhos incompletos

Essa categoria exigirá uma análise mais individualizada em virtude da especificidade de cada um dos desenhos.

A característica principal desse grupo foi a representação de fragmentos do corpo ou esboços de figuras que não se aproximavam de seus executantes. Diferentemente do outro subgrupo, neste encontramos pessoas nas 3 fases de tratamento, ou seja, início, meio e fim.

R. Estava iniciando o tratamento. Apresentava um discurso de reconhecimento da importância do tratamento, mas, no momento em que lhe era perguntado sobre como cuidava de seu corpo, este confundia cuidados com uso. "Eu sempre fui cauteloso... eu dou valor à minha vida... se eu fosse uma pessoa disponível eu acho que correria o risco mais fácil". Seu desenho representou uma figura com sexo indefinido, o rosto não tem caracteres faciais. Segundo Van Kolck (1984), o rosto significa a parte mais expressiva do corpo, o centro mais importante de comunicação, o contato sensorial com a realidade, o traço social do indivíduo. Logo, a ausência desses caracteres – rosto – mais a indefinição de dados que identifiquem o sexo, pode representar um indivíduo evasivo com referência à relação interpessoal, apresentando superficialidade ou cautela, ou até mesmo a dificuldade de se recusar a fazer o desenho. Diante da incapacidade da recusa, fez um desenho no qual não haveria comprometimento de qualquer ordem.

An. Encontrava-se no meio do tratamento e percebemos que, apesar do traçado firme, seu desenho é pequeno e fundido. Os membros não se destacam do tronco e a cabeça não se separa pelo pescoço. Para Van Kolck (1984), o pescoço é tido como de posição estratégica no corpo, pois controla a organização corporal, servindo como ligação entre os impulsos instintivos vindos do corpo e o controle exercido pelo cérebro, por vezes confundido com consciência. Essas indicações sugerem uma inadequação da paciente e uma reação às exigências do ambiente com sentimentos de inferioridade. Fazendo uso da entrevista percebemos que o enfrentamento dessa paciente estava muito sustentado no olhar e apoio do outro – equipe médica, família e até mesmo da entrevistadora – para a construção de sua certeza. "Doutora, quer dizer então que a senhora me garante que se eu tomar esse remédio direitinho, mais dois anos e eu saro?" Essa fragilidade e dependência ficaram expressas na impossibilidade de fazer uso dos braços, que são os membros de contato com o mundo e execução de tarefas e movimentos.

O caso de *Glo.* Talvez seja, entre todos os que fizeram os desenhos, o mais delicado, não apenas pela representação gráfica, como pela trajetória que ela descreveu de sua doença. Solicitada a fazer o desenho, ela produziu apenas uma cabeça, ainda que feita com muito empenho, mas que, se somarmos ao conteúdo de sua entrevista e histórico, talvez seja possível dimensionar toda a sua aflição. Ela já sofreu várias intervenções cirúrgicas na cabeça para recu-

peração de seu couro cabeludo. Ela era quase careca, andava com lenço e quase toda a sua entrevista girou em torno disso, já que ela afirmava que essa sua condição não tinha relação com a hanseníase. Porém, até os pêlos das sobrancelhas caíram. Ao que tudo indica, ela vinha se empenhando na procura de uma solução para seu problema, já havia consultado vários médicos e confiava plenamente na equipe que a atendia no HC. Mas o desenho dá a indicação de que ela concentrava todos os seus esforços apenas na parte que ela acreditava estar doente, desligando-se do resto de seu corpo, como se ele não existisse. Isso parece preocupante, na medida em que era uma pessoa com idade avançada (67 anos) e esse distanciamento poderia desligá-la de sinais que seu corpo, como um todo, poderia estar lhe mandando.

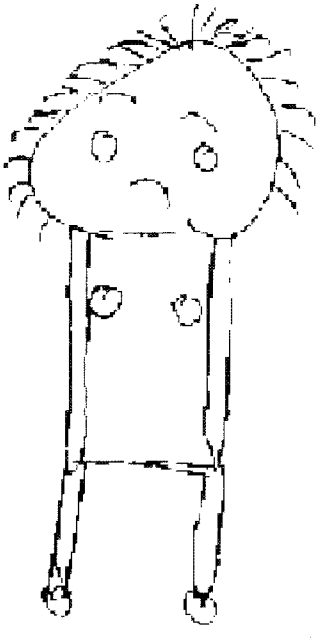
Jo. Estava em final de tratamento. Durante toda a entrevista ele não falou textualmente o nome da doença que já tinha deixado seqüelas em seu corpo: seus pés ficaram dormentes e ele se sentia incapaz de permanecer em pé por muito tempo. Daí, talvez, seu desenho retratar apenas a parte que ele julgasse "saudável", ou seja, os membros superiores. Seu parâmetro de normalidade e saúde era a capacidade para o trabalho e foi esse homem que ele representou no desenho: cabeça erguida e mãos disponíveis para tocar e trocar.

Conclusões

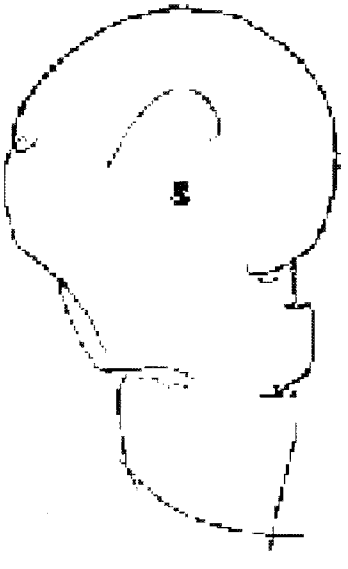
O que pudemos constatar ao longo desse trabalho foi que não é apenas a ausência de informação sobre a doença o único fator para explicar a conduta do paciente em aderir ou não ao tratamento. Sua ação pode estar condicionada ou afetada por fatores sociais e econômicos, que contribuem efetivamente no processo saúde/doença, bem como por fatores que fogem ao seu controle racional e que têm sua origem num plano inconsciente, podendo ele ser pessoal ou coletivo.

Nesse sentido, reforçamos a afirmação de Alves (1993), de que a enfermidade é subjetivamente dotada de sentido, uma vez que é afirmada como real para os membros ordinários da sociedade; assim, para sua compreensão adequada, deve-se levar em conta tanto seus aspectos subjetivos, o que determina um mundo de diferenças interpretativas, como seus aspectos intersubjetivos, o que a torna "objetiva" para os outros.

Ao trabalhar sobre o discurso de pacientes com hanseníase, pudemos confirmar que apesar da mudança de nome, a doença ainda é alvo de discriminação e estigmatização do doente, que vem a interferir em sua vida pessoal, profissional, social e familiar. Essa reação independe, de acordo com a nossa amostra, de idade ou nível escolar. O fato é que a história da doença e seus mitos persistem no inconsciente coletivo, interferindo nas representações e comportamentos.



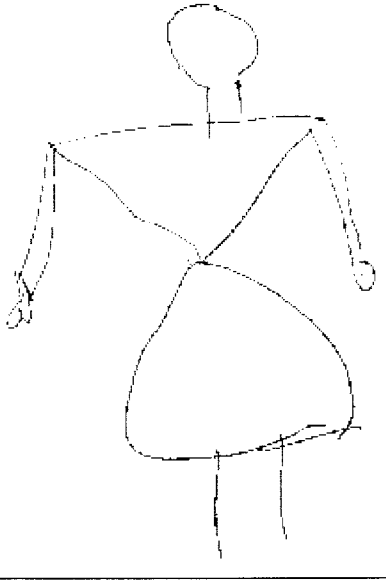
An-meio de tratamento-43 anos



Gio-meio de tratamento-61 anos



Jo-final de tratamento-64 anos



R-início de tratamento-28 anos

Embora no momento da comunicação do diagnóstico sejam dadas todas as informações possíveis sobre a doença, isso ainda não é suficiente para que o doente se organize, em um nível psicológico, para reagir e aderir ao tratamento. Isso nos faz aceitar a hipótese da existência de uma instância inconsciente que age no processo de reconhecimento, contato e enfrentamento da doença. O desenho da figura humana nos proporcionou condições de entrar nesse universo e conhecer um pouco da estrutura psicodinâmica dos pacientes, obtendo indícios de como ele se via e se organizava diante de uma situação tida como reversível, porém sem previsão de um fim.

Entretanto, diante da recusa de parte de nossa amostra em executar o desenho pudemos confirmar aquilo que Alves chamou de aspectos subjetivos, determinantes de diferenças interpretativas. Pudemos compreender com essa atitude que, embora o paciente apresente um discurso engajado, confiante e vitorioso, ele teme confrontar-se com uma imagem que pode efetivamente espelhar seu mundo interno.

A transformação pela qual passam esses pacientes foi mais um indicador de que a hanseníase não é apenas mais uma doença, ela é um fato que pode determinar alterações radicais na vida de uma única pessoa ou de toda uma família. E isso não apenas por conviver com um hanseniano, mas também porque envolve procedimentos médicos, como visita regular ao hospital e o espectro de uma mal rondando as pessoas próximas. Vista desse modo, é natural que hoje a hanseníase seja uma doença que só perde em malignidade para a aids. Até o câncer já foi desbancado dessa condição, o que nos faz pensar em quantas outras doenças ainda terão que surgir para disputar o primeiro lugar em estigma de doença incurável com a hanseníase.

Outro fato que pudemos constatar foi que, mesmo com todo o avanço ocorrido na medicina, tanto em termos clínicos como tecnológicos ainda é difícil o diagnóstico da hanseníase, feito ainda por uma parcela de médicos especialistas no assunto. Como, porém, os pacientes passam por vários serviços de saúde até chegar a um local onde essa especialidade é desempenhada com rigor, muitos sofrem pelo retardamento do diagnóstico e tratamento, gerando maior desconforto e angústia ao paciente. Não sem surpresa, temos acompanhado pela imprensa um volume de notícias sobre o aumento de casos de hanseníase no Brasil como não víamos em outros anos. Também de acordo com o relato de alguns pacientes, a discriminação com relação ao hanseniano passa também pela classe médica, que reluta em tratar de um paciente com essa enfermidade. Desconhecimento ou preconceito? Não podemos afirmar, mas, infelizmente, quem sofre em meio a esse mar de representações milenares ainda é o paciente.

Com relação à imagem corporal, cuja importância para um prognóstico favorável conhecemos, seja qual for a enfermidade do paciente, ela continua relegada a um plano secundário. Ao desenvolvermos o tema, no início deste trabalho, falamos de todo o processo envolvido na sua construção, tanto no que

se refere à elaboração de questões inconscientes como também e, principalmente nesse caso, à apercepção corporal, que pode servir de indicador da evolução do tratamento a que o paciente está submetido. É provado que aquelas pessoas que conseguem estar atentas aos sinais enviados por seu corpo, seja em situação de saúde, seja de doença, são capazes de reagir mais prontamente a qualquer desequilíbrio nesse sistema dinâmico e delicado que é nosso corpo.

No caso específico de pacientes com hanseníase, tomando como base os entrevistados neste trabalho, os limites e limitações do corpo não estão próximos de serem aceitos como naturais e necessários para uma vida saudável. O corpo é ainda uma máquina a serviço da produção, e, então, qualquer impossibilidade de seu pleno funcionamento retira do ser que o habita a condição de ser efetivamente humano para se tornar um objeto sucateado e desprezado. Essa distorção leva a atitudes como o retorno prematuro às atividades produtivas, gerando maiores problemas na recuperação do paciente. É claro que esse retorno também garante uma condição melhor de vida para sua família que, juntamente com ele, sofre com o afastamento da vida produtiva.

Falar sobre corpo ainda parece ser um tabu. O espaço reservado para essa discussão restringe-se ao corpo enfermo, sujeito da hanseníase e de suas conseqüências. Quando queremos saber sobre o significado desse corpo, suas possibilidades e necessidades, adentramos em um terreno que, de acordo com o que percebemos das entrevistas, talvez possa vir a ser explorado depois de um processo terapêutico no qual o vínculo permite a confiança para a revelação desses conteúdos.

Considerações sobre método e resultado

No início desta pesquisa não tínhamos muita certeza de que os dois procedimentos de investigação (entrevista e desenho) pudessem oferecer resultados. No entanto, o que pudemos perceber é que obtivemos um material valioso e complementar. Ficou claro, para aqueles que se dispuseram a fazer o desenho, que o discurso – canalizado por um dispositivo consciente – era capaz de reproduzir uma fala que, em alguns casos, tinha a intenção de agradar a entrevistadora, mas o desenho dificilmente conseguiria burlar este dispositivo.

Como esse estudo teve um caráter imediato e presente, muitas nuances desses pacientes e de seus discursos e desenhos foram perdidos. Ainda que breve, pudemos perceber que aquele momento da entrevista serviu não apenas para que o paciente falasse de sua vida e doença, mas também para uma reflexão sobre sua conduta diante do tratamento, da relação com a equipe médica e também das relações sociais. Talvez esteja aí uma possibilidade de alargamento de horizontes para aqueles que sofrem com a doença, ou seja, a transformação de seu papel de paciente resignado diante de uma situação ameaçadora para o de agente consciente do processo do qual ele deve partici-

par, proprietário do corpo que o identifica. Essa talvez tenha sido a maior contribuição dos desenhos. Na medida em que buscávamos referências do contato dessas pessoas com seus corpos percebemos o quanto se pode estar distante dessa referência, transformando o corpo num depositário de órgãos ou no parâmetro de uma existência digna. A proximidade dessas pessoas com seus corpos não garante, mas facilita, a adesão ao tratamento, visto que muitos desconhecem essa outra via para se aproximar da saúde.

Referências bibliográficas

ALVES, P. C. (1993). A experiência da enfermidade. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 9, n. 3, pp. 263-271.

BOLTANSKI, L. (1989) *As classes sociais e o corpo.* Rio de Janeiro, Graal.

FOLKMAN, S. e LAZARUS, R. S. (1980). An analysis of coping in a midle-aged community sample. *Journal of Health and Social Behavior,* v. 21.

HAMMER, E. F. (1991). *Aplicações clínicas dos desenhos projetivos.* São Paulo, Casa do Psicólogo.

JOPLING, W. H. (1983). *Manual de lepra.* Rio de Janeiro, Livraria Atheneu.

JUNG, C. G. (1987). *O eu e o inconsciente.* Petrópolis, Vozes.

LAZARUS, R. S. e FOLKMAN, S. (1980). *The concept of coping.* New York, Spring Publishing Company.

MINISTÉRIO DA SAÚDE (1992). Dermatologia sanitária. Relatório de Atividades.

QUEIROZ, E. (1992). *Bem-estar psicológico e enfrentamento após mastectomia.* Dissertação de Mestrado, Brasília, Universidade de Brasília.

ROJAS, V. et alii (1993). "La lepra en ciudad de La Habana, Cuba". In: BRICEÑO-LEÓN, R. e DIAS, J. C. P. (orgs). *Las enfermedades tropicales em la sociedade contemporanea.* Caracas, Fondo Editorial Acta Científica Venezoelana y Consorcio de Ediciones Capriles C. A.

SCHILDER, P. (1994). *A imagem do corpo. As energias constitutivas da psique.* São Paulo, Martins Fontes.

SEVALHO, G. (1993). Uma abordagem histórica das representações sociais de saúde e doença. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 9, n. 3, pp. 349-363.

SOURNIA, J. C. e RUFFIE, J. (1984). *As epidemias na história do homem.* Lisboa, Perspectivas do Homem – Edições 70.

Van KOLCK, O. L. (1984). *Testes projetivos gráficos no diagnóstico psicológico.* São Paulo, EPU.

Velhas bruxas, jovens bruxas: transformações no arquétipo da bruxa

Gisele Falanga Capela*

RESUMO. O objetivo deste texto é questionar e traçar um pequeno histórico das mudanças que se observam nesta antiga figura feminina: a bruxa. A bruxa é colocada aqui, segundo uma leitura junguiana, como figura representante do arquétipo materno, contendo em si todas as potencialidades do feminino. Para melhor ilustrar estes caminhos percorridos, fez-se uso do filme "Jovens bruxas", no qual pode-se observar de forma clara muito de um processo dito de individuação através de suas personagens.

Palavras-chave: bruxa, feminino, individuação, sombra.

ABSTRACT. This text intends to question and to make a brief outline of the changes concerning this ancient feminine figure: the witch. Following a Jungian view, the witch is seen here as representing the Great Mother archetype, which contains all the possibilities of the feminine character. In order to better illustrate this process, a film was used: *The Craft*, which clearly shows a process of individuation through the story of four witches.

Key-words: witch, feminine character, individuation, shadow.

Bruxa. sf. 1. Mulher que faz bruxarias; feiticeira, mágica. 2. Mulher feia e/ou rabugenta; coruja (Ferreira, 1977, p. 74). Esta é a definição de bruxa que podemos encontrar em um dos mais populares dicionários escolares usados. É esta a definição que encontramos e que nos habilita a distinguir uma bruxa dos demais seres humanos: uma mulher, sendo esta feia e rabugenta ou dotada de poderes mágicos maléficos. Em que podemos pensar senão nas horríveis figuras apresentadas ao longo dos anos pelas histórias infantis? A devoradora de criancinhas de "João e Maria", a cruel madrasta de "Branca de Neve", a invejosa e magoada feiticeira de "A Bela Adormecida", entre outras. A questão é: seriam estas bruxas ainda o modelo de bruxa de hoje?

Pensemos nas bruxas que nos são apresentadas em uma das novas e mais populares formas de expressão das fantasias e dos mitos de hoje: o cinema. As grandes telas de todo o mundo trazem velhas e novas bruxas, embora as jovens bruxas estejam hoje em evidência. Parece brincadeira, mas as velhas e rabugentas senhoras são hoje desbancadas por lindas e sedutoras mulheres que praticam também a feitiçaria. Deixariam elas de ser bruxas, então? De acordo com a primeira definição de bruxa, talvez, já que, como nos coloca Frazão (1996), cabe a estas mulheres a escolha de seguir ou não os regimentos da natureza, leis que garantem a harmonia da mulher com todas as demais formas de vida, bem como estipulam o preço a se pagar pelo desrespeito a estas leis maiores; mas, quanto à caracterização física, a história muda...

* Psicóloga. Aluna do curso de especialização em abordagem yunguiana da PUC-SP.

Lindas e jovens mulheres... Robin Tuney, Nicole Kidman, Sandra Bullock, Michelle Pfeifer, Cher... Todas interpretando bruxas. E estão aí, à disposição de qualquer um que se interesse em vê-las em alguns dos muitos filmes lançados no mercado. Penso ser hora de perguntar se seriam as bruxas ainda estas velhas senhoras feias e rabugentas ou, melhor, o que está havendo com a imagem da bruxa?

Este questionamento se fez presente e se fez motor para dúvida. Deparei-me com todo o simbolismo que gira em torno desta imagem e da magnânima história que a cerca. E, mais do que isso, acabei por me deparar com a nova definição de bruxa que surge, como a oferecida por Frazão (1996) e Cabot (1994): é a representante da mulher em sua verdadeira essência; uma mulher que compreende as verdades profundas da natureza, em conexão com tudo que está vivo. Considerando estes pontos, pude, em uma sala de cinema, entrar em contato com a rica trajetória de quatro jovens bruxas, que descobrem os poderes da natureza no ápice de sua juventude, o que as leva por caminhos distintos mas igualmente perigosos. *Jovens Bruxas* era o nome da história que, em muito, ilustraria minhas questões. O olhar para as quatro jovens levou-me a pensar nestas bruxas de hoje, se não seriam estas um resgate da verdadeira essência da mulher há tanto desaparecida, perdida em meio a uma cultura de valores masculinos e regida por princípios patriarcais. Surge a possibilidade de se mudar a imagem distorcida desta figura presente ainda hoje em nossa cultura. A bruxa atual está se permitindo e podendo, de alguma forma, emergir e mostrar sua verdadeira face, sem deixar de perceber o choque que ainda causa ao redor.

A bruxa sempre foi temida pelo patriarcado, uma vez que representa todos os valores a serem suprimidos (Frazão, 1996). Com seu ápice na Idade Média, a caça às bruxas foi uma conseqüência da busca pela purificação pregada na época, quando o homem deveria romper com o que havia de mais impuro em si mesmo: sua natureza animal, instintiva. Assim, a mulher era a pecadora maior, já que fora o descontrole sobre seus próprios impulsos e desejos o responsável pela expulsão da humanidade do Paraíso. Esta mesma mulher era a criatura impura que Deus condenou a sangrar todos os meses para que jamais pudesse esquecer-se de seus pecados e sua "baixeza" animal. A mulher era a representante suprema da natureza animal do homem, incapaz de livrar-se das funções que a natureza lhe impunha. E foi tentando livrar-se da vergonha e do peso de ser mulher que muitas mulheres vestiram-se de delatoras e mandaram muitas outras mulheres para a tortura e a fogueira. Incorporaram Maria, mãe de Deus, pura e perfeita, sem desejos, e também sem humanidade. A mulher-bruxa, sem vergonha de ser e conhecer sua real essência foi condenada à escuridão, às sombras, e passou a povoar o imaginário comum como figura temível e venenosa. Como tudo relegado à sombra e negado por princípio, parece que a bruxa criou vida própria e virou monstro: tornou-se sinônimo de Lilith (Sicuteri, 1990), porção negada do feminino, complementar oposta da virtude de Maria,

concentrando em si todo o pecado, toda a luxúria, todo o poder da natureza. O que antes era visto como natural, humano e divino deu espaço à proibição, à vergonha e à culpa. O feminino foi cindido, e uma de suas polaridades passou a ser expurgada da sociedade. A mulher passa a se conhecer cada vez menos, escondida atrás da máscara do aceitável; a *persona* passa a ser poderoso "tampão" da verdadeira feminilidade. Concentrou-se em Lilith toda a voracidade, a fúria, a inveja, o poder e todas as demais características "condenáveis" do feminino. Em busca da pureza as mulheres tentaram livrar-se de si mesmas condenando-se à mediocridade e despertando a ira do que suprimiram. Foram muitas as mulheres que, no decorrer da história, ousaram quebrar padrões e desafiar normas sociais, enfrentando preconceito e desprezo por tentarem se manter fiéis a si mesmas. Estas raramente receberam apoio, sendo sempre relegadas à solidão, quando tinham sorte, já que o lugar comum eram os castigos e a morte. Eram mulheres temidas pelas próprias mulheres, que nelas podiam ver o que mais veementemente tentavam suprimir: a feminilidade. Poderia citar inúmeras estórias a este respeito, mas julgo desnecessário, quando podemos olhar ao redor onde quer que seja, e ainda vermos mulheres difamarem suas iguais, julgando-as e enfurecendo-se contra aquelas que não se deixaram sufocar por valores arraigados do patriarcado.

As mulheres mesmas ficam exasperadas diante delas mesmas. Amedrontadas pela sombra, põem-se a matar suas próprias bruxas. Constroem muralhas entre Morgana e Maria, polaridades condenadas ao extremo e ou ao abandono.

O que foi esquecido por todos foi a existência inerente das polaridades, da oposição psíquica. Como afirma Cavalcanti (1993), não existe a homogeneidade psíquica. As polaridades estão sempre presentes em qualquer recanto da vida humana, em especial em seu psiquismo. A totalidade é permeada por conflitos e tensões, uma luta contínua entre forças opostas pela expressão. Para que possa existir harmonia neste sistema, é preciso permitir expressão adequada de cada um destes pontos, caso contrário a unilateralidade se estabelece e o movimento cessa.

É possível, porém, que a repressão não vença e a porção desprezada se faça ouvir de alguma forma e, quando isto acontece, se dá de forma brutal: segundo Lago (1997), é necessário que se olhe para estes pontos sombrios, desconhecidos em nós mesmos, caso contrário estes se farão presentes de forma imperiosa. Quando não há conhecimento, não há possibilidade de uso construtivo da força represada, e ela explode de forma desordenada. No caso, acontece o "embruxamento", ou seja, constela-se o arquétipo da bruxa em seu aspecto mais destrutivo.

> O que pode acontecer, quando banimos de nossa vida o feminino demoníaco, não é seu desaparecimento, mas a possessão desta energia de uma forma totalmente inconsciente, o que, tecnicamente falando, é chamado de estado da bruxa... Sente-se solitária, ressentida com o mundo, profundamente carente em todos os sentidos, porque ela mesma não se dá os bens que poderia se dar. (Cavalcanti, 1998, pp. 83-84)

Não são poucas as "embruxadas" com quem podemos nos encontrar no convívio diário: mulheres exiladas delas mesmas, perdidas dentro de uma máscara de falsa virtude, mantidas a um alto custo para seu sistema psíquico. São mulheres pobres de espírito, amarguradas com sua própria impossibilidade de vida, presas dentro da jaula que elas mesmas criaram. Pode-se mesmo dizer que boa parte das lendárias figuras das bruxas das histórias infantis vestem a carapuça das embruxadas. Atentamente observando ao redor, é delas que falam as definições dos dicionários.

Existem ainda aquelas embruxadas que são produto da fascinação que o poder da magia exerce sobre a personalidade frágil, construída às custas de repressões severas de aspectos do si mesmo. Como já dito anteriormente, estes poderosos recursos negados, cuja força represada precisa de expressão e a procura, pode atualizar-se na vida destas mulheres de forma muito destrutiva e fantástica, o que pode acontecer em incríveis fenômenos sincrônicos que, por sua magia do inexplicável, exerce um fascínio incomparável sobre estas almas, oferecendo-se como saída para a vida, para o poder. O que se segue, na realidade, é um sucumbir a estes poderes do complexo que tomam o indivíduo, mas a sensação que a pessoa tem é de um poder gigantesco, como se nada no mundo fosse capaz de enfrentá-la e aos seus magnânimos poderes. A inflação que se observa é cega e severa. A pessoa é totalmente dominada pelo complexo; a bruxa é constelada e Lilith volta à vida, com toda sua revolta e destrutividade, que direciona aos responsáveis pelo seu aprisionamento de tanto tempo, o que inclui a própria psique que ela agora toma. O desconhecido concretiza sua vingança.

A bruxa do dicionário, dos contos de fadas, do imaginário comum é um retrato do que fazemos diariamente com esta figura, relegando-a ao exílio de nós mesmas e a atacando, já que o negado, o diferente, é visto como ameaçador e, portanto, deve ser colocado longe de oferecer riscos. Aquela que encarna a bruxa e a escancara diante de todos, ocupa uma posição bastante desconfortável neste mundo onde a bruxa não tem espaço na luz. Em sua concretude de ser humano ela passa a ser uma alusão a Lilith. Quando uma mulher passa a fazer parte do mundo da bruxaria e percebe que, finalmente, pode vingar-se de todos que a fizeram sofrer, acaba não tendo forças para integrar esta força poderosa e é engolida por ela, sucumbindo ao poder. Seu ego corre sério risco de se perder em meio ao poderio do complexo obscuro. Constela-se apenas uma polaridade, fechando-se as demais portas para a completude. A pobreza de sua vida torna-se evidente, precisando destruir o outro para que possa sentir-se melhor. Todo o poder que a cerca não lhe vale para nada, já que não se sente segura e muito menos satisfeita.

Em contraponto, o reconhecimento de suas potencialidades traz a riqueza, a realização. A bruxa integrada é aquela que pode reconhecer-se em si mesma como verdadeiro ser humano que é: total, repleto de polaridades conflitantes e

que pode fazer destes duelos internos trampolim para o crescimento pessoal. A individuação caminha neste sentido; é na exploração da autenticidade que se apresenta a riqueza, a totalidade.

A bruxa integrada é aquela que aparece nos filmes de hoje, que, conhecendo-se e às suas potencialidades, faz uso real e seguro de suas forças internas. Bela, desenvolta, sofrida, incompreendida mas realizadora dentro de seu potencial.

Interessante, porém, é também poder observar o processo de evolução destas mulheres que optam por trilhar este caminho. Muitas são as voltas e as opções que se abrem como leques diante daquelas que se aventuram por suas trilhas. O primeiro passo que se pode ver é o da projeção que, como afirma Von Franz (1998), é um mecanismo inerente a toda humanidade, em que o sujeito atribui ao outro uma característica sua, geralmente sendo este conteúdo de algum peso para o ego, já que não corresponde fielmente aos valores e ideais que orientam esta pessoa, ficando este conteúdo na sombra. Ao nos projetarmos no outro temos a possibilidade de um primeiro contato com estes conteúdos que nos pertencem, que fazem parte de nós mesmos por mais que tentemos negar. Cabe dizer, também, que a projeção traz um grande risco que é o apego a este mecanismo, o que ocore quando não conseguimos perceber nossa parcela neste valor e acabamos por colocar no outro o que nos toca como forma de defesa, ficando cegos e cada vez mais defendidos destes conteúdos. Por ser um processo trabalhoso, e porque não dizer doloroso, muitos preferem entregar-se à mediocridade do desconhecimento de si mesmos a enfrentarem a responsabilidade da escolha do caminho a seguir, o que talvez não seja tão menos doloroso.

Podemos observar este processo em tantas pessoas que nos rodeiam diariamente, que colocam no exterior, seja no ambiente ou nos outros, a responsabilidade por uma vida difícil, abstendo-se de perceber sua parcela de responsabilidade sobre tudo isso. Entregando-se ao poder do complexo, através da prática da bruxaria, encontram a força da bruxa, mas sem conhecê-la são tomadas por ela e perdem-se delas mesmas. Vivenciam um estado de extrema inflação, em que pensam ser seu um poder que pertence na realidade ao complexo que as domina, o que lhes proporciona uma incrível sensação de invencibilidade.

O que hoje acontece é uma grande busca por estes poderes, o que parece bastante simples, mas não o é. Ninguém compra ou ganha um Livro das Sombras que contém todas as respostas para suas dúvidas. Raramente ou nunca se fala do longo processo que se dá para que se atinja determinado ponto, que a mulher-bruxa constrói seu próprio Livro no dia-a-dia das suas descobertas, registradas vividas e significadas. O poder se conquista, e é um longo e árduo caminho que nos leva até ele. Os ensinamentos antigos podem, sim, vir em auxílio daquelas que hoje iniciam seu caminho, mas jamais contêm todas as respostas, uma vez que os desafios que se apresentam a cada uma

são parte de seu processo de individuação, ou seja, de um processo particular singular, que, como nos diz Aufranc, possibilitaria ao indivíduo tornar-se cada vez mais um in-divíduo, ou seja, uma unidade indivisível, um todo. " É tornar-se único através da diferenciação das características universais" (1991, p. 79). Muito pouco também se fala do guia, geralmente uma outra mulher, mais velha, iniciada nos mistérios da arte, que é quem guarda as chaves para o mundo do desconhecido, das possibilidades do sublime e do nefasto, oferecendo-se como guia desta jornada. O preparo de cada uma vai dizer o que ouvir, o que olhar. Ela traz a sabedoria dos antigos e a passa, para que possam as jovens bruxas traçar seu próprios caminhos. Ela, mais que ensinar feitiços, ensina a filosofia de ser, da natureza, para que cada uma delas possa optar. Com isso, podem contatar suas origens, seus caminhos. Constroem seus próprios Livros das Sombras ao longo do processo, feitos de antigos e novos feitiços, de leis e sabedoria da natureza.

A mulher de hoje está encantada com o mundo da bruxaria, o que se observa tranqüilamente através da forma com que proliferam as pequenas lojas místicas que vendem fórmulas para "embruxar". A mulher perdida da própria feminilidade acaba buscando seu retorno a si através de meios tortuosos e nem sempre efetivos de contatar a essência perdida. Vendem-se Livros das Sombras repletos de rituais mágicos e poções miraculosas, mas que pouco falam da transformação da alma, no sentido de voltar-se para aceitação do que se é, mas, ao contrário, estabelecendo um novo padrão de comportamento estereotipado a ser seguido como ideal. A mulher que busca desvencilhar-se do padrão de feminino imposto pelo patriarcado lança-se nessas experiências com a mesma ferocidade com que as mulheres se lançaram ao extremado feminismo ou ao modelo de Maria. O que acaba deixando de existir é a preocupação com a essência da bruxa: a mulher plena e, acima de tudo, diferenciada, cônscia de si mesma, capaz de assumir-se como ser completo e em permanente processo. Acaba-se caindo no risco de comprar a passagem para a bruxolândia, o que, infelizmente, verifica-se hoje nos arredores de Salem, cidade americana que fez de seu histórico com a bruxaria chamariz para milhares de fanáticos e curiosos.

Quantas não são as "bruxas" que compram hoje, em qualquer loja, Livros das Sombras, rituais mágicos e que com isso acreditam estar comprando o mapa para a individuação? Em alguns casos, felizmente, esta é apenas a primeira parte desta busca por si mesma, que pode culminar no verdadeiro e árduo processo de autoconhecimento. Em outros inúmeros casos, porém, é aí mesmo que pára o processo: nas poções mágicas vendidas em lojinhas esotéricas, que nada trazem senão a pobreza psíquica, na qual só o que se busca é a inflação que o poder pode trazer. Aquelas que vão mais além podem cair na perigosa estrada da sombra, se não preparadas, sendo seduzidas por um poder que não lhes pertence, mas que as possui.

Os filmes ilustram ricamente inúmeros processos de mulheres que travam suas batalhas ante as câmeras para que possam ser o que realmente devem

ser. Mas só o que os espectadores compram, em sua maioria, são as poções e os fenômenos mágicos. É isso que querem. Poucos são os que percebem o caminho por detrás da montanha. Será que estamos matando as bruxas novamente?

Referências bibliográficas

AUFRANC, A. L. B. (1991). *O inconsciente. Várias leituras.* São Paulo, Escuta.

CABOT, L. (1994). *O poder da bruxa – A Terra, a Lua e o Caminho Mágico Feminino.* 6 ed., Rio de Janeiro, Campus.

CAVALCANTI, R. (1993). *O casamento do Sol com a Lua – Uma visão simbólica do masculino e do feminino.* São Paulo, Cultrix.

FERREIRA, A. B. H. (1977). *Minidicionário da Língua Portuguesa.* 1 ed., Rio de Janeiro, Nova Fronteira.

FRAZÃO, M. (1996). *O gozo das feiticeiras.* 2 ed., Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.

LAGO, J. B. S. F. (1997). *O embruxamento da psique masculina.* Dissertação de mestrado, PUC-SP.

SICUTERI, R. (1990). *Lilith, a Lua negra.* 5 ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra.

Von FRANZ, M. L. (1998). *Reflexos da alma.* São Paulo, Cultrix-Pensamento.

As crianças e suas idéias sobre o divórcio

Rosane Mantilla de Souza*

RESUMO. Este artigo relata a parte final de uma investigação sobre as concepções infantis relativas às transformações das configurações familiares, descrevendo as noções de separação e divórcio, seus antecedentes e conseqüências previstas, bem como os sentimentos infantis e parentais associados. Tratou-se de uma investigação qualitativa envolvendo 61 crianças de 5 a 10 anos, de ambos os sexos e provenientes de famílias casadas e divorciadas. O procedimento era complexo, envolvendo desenhos e gravuras que permitiam que a criança organizasse a situação. Os resultados evidenciaram que todas as crianças compreendem a separação mas têm dificuldade com os aspectos legais envolvidos no divórcio. O contexto da separação envolve grande sofrimento, embora os sentimentos se modifiquem com o tempo. A despeito de seus desejos, as crianças reconhecem e valorizam a necessidade dos pais reorganizarem sua vida afetiva através do relacionamento com novos parceiros.

Palavras-chave: crianças, divórcio, concepção de relacionamento, transformações familiares.

ABSTRACT. This article reports the final segment of an investigation about children's conceptions of family and changes in family patterns, describing the notion of separation and divorce, their antecedents and forecasted consequences, as well as the feelings about the process. It was a qualitative research involving 61 boys and girls between 5 and 10 years old, belonging to married and divorced families. The procedure was complex, involving drawings and pictures which allowed the child to organize the situation. The results pointed out that all children understand the conjugal separation but they have difficulty with the legal aspects involved in the divorce process. The context of the separation involves great suffering, although the feelings change with time. In spite of their desires, the children recognize and value the parents' need to reorganize their affective life through the relationship with new partners.

Key-words: children, divorce, relationship conceptions, family changes.

O divórcio é um evento cada vez mais freqüente em todo o mundo, tendo alterado significativamente a configuração dos relacionamentos familiares, a ponto de autores que trabalham na perspectiva do ciclo vital da família considerarem-no uma transição familiar previsível (Carter e McGoldrick, 1995).

O Brasil não foge à regra da escalada do divórcio. Segundo dados do IBGE[1], em 1984 registraram-se 30.847 sentenças de divórcio em primeira instância, 56% das quais envolvendo filhos menores. Em 1994, este número saltara para 98.766, 65% envolvendo menores. A sentença de divórcio, no entanto, é apenas parte menor de um número impreciso de separações, quando se consideram tanto aquelas que chegam às Varas de Família quanto as informais, impossíveis de serem identificadas.

* Professora Associada do Departamento de Psicologia do Desenvolvimento da PUC-SP e docente do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Clínica da PUC-SP. E-mail: rosane@pucsp.br

1 Dados obtidos em www.ibge.org

O divórcio e a separação conjugal estabelecem uma situação familiar cheia de nuances e mudanças ao longo do tempo, principalmente quando envolvem crianças e adolescentes. À medida que os vínculos parentais continuam existindo, o relacionamento com os filhos pode permanecer como palco privilegiado de antigos e novos conflitos, relativos a pensão, condução da educação, acordos de guarda e regulamentação de visitas. Assim, as crianças têm que dar conta de alterações na rotina de vida e nas relações com os pais, família extensa, situação econômica e outros temas associados, mas nem sempre acompanhados pela redução dos conflitos parentais. Além disso, a separação conjugal conduz à reorganização da vida afetiva, social, profissional e sexual dos pais, modificando, às vezes dramaticamente, a rede de convivência e apoio das crianças e introduzindo, ao longo do tempo, os temas de relacionamento (e rompimento) com os novos parceiros dos pais, seus possíveis filhos e familiares, bem como a possibilidade de novas uniões conjugais e/ou nascimento de irmãos. "Quem faz parte desta família?" ou "O que ele é de mim?" não tem uma resposta simples e única para um número enorme de crianças.

A revisão da literatura (Souza, 1994, 1997; Filipini, 1999) permitiu identificar que o divórcio e seus correlatos não podem ser entendidos como um problema em si mesmo. De fato, as várias mudanças concretas na vida da criança (de residência, menor acesso a avós, menor contato com um dos pais, etc.), a instabilidade produzida, e o possível prolongamento do conflito parental através das disputas de guarda e pensão são os principais problemas com os quais elas se deparam. Às dificuldades infantis devem ser acrescidas, no caso do Brasil, o conjunto de crenças e mitos relativos à função da família como um núcleo de proteção, e do divórcio, a despeito de sua legalidade, ser concebido pelos pais como uma experiência de transgressão. Estes processos acabam por gerar a expectativa de que as crianças envolvidas, independentemente de outras variáveis, tornar-se-ão frágeis e viverão dificuldades psicológicas, necessitando de superproteção (Souza, 1995). Tais premissas, construtoras da realidade social do país, emergem, no pensamento da população em geral, na mídia e mesmo entre muitos dos profissionais envolvidos diretamente com a situação, podendo ser identificados nos livros escolares, nas novelas, nos programas televisivos e artigos de revistas populares para orientação de pais, em que se destaca a representação dos filhos de divorciados como revoltados, delinqüentes problemáticos, e o divórcio como um mal em si mesmo.

Este imaginário, que prevalece em várias das organizações sociais, confunde o sofrimento esperado, envolvido no luto emocional e nas complexas adaptações às demandas do novo cotidiano, com patologia. Atuar com os "filhos do divórcio" transcende a identificação de psicodinâmicas específicas. Exige a produção de informações que permitam ações na rede social mais ampla, nos múltiplos contextos com os quais as crianças se relacionam: família, escola, mídia, varas.

Nesta perspectiva, os estudos que têm buscado produzir ações em grupos de apoio para crianças envolvidas em separações (Gardner, 1980; Issacs, Montalvo e Abelson, 1987; Schwartz, 1992; Farmer e Galaris, 1993, Crosbie-Burnet e NewComer, 1990) também têm apontado o papel da vida social, das redes de apoio e da competência cognitiva infantil. Nas palavras de Schwartz:

> A maneira como a criança percebe e responde ao divórcio dos pais varia em função da idade, gênero, nível de conflito parental, arranjo de cuidados alternativos, personalidade e competência individual, redes de apoio disponíveis e seu nível de desenvolvimento cognitivo. (p. 324)

Outros autores ressaltam ainda a capacidade para perceber e compreender o conflito parental (Grych, Seid e Finchan, 1992; Paterson, Field e Pryor, 1994) bem como decodificar e diferenciar padrões de emoção (Cummings, Ballard, El-Sheikh e Lake, 1991; Dunn, Brown e Beardsall, 1991) e, assim, enfrentar o *stress* associado aos antecedentes da separação.

Especificamente quanto ao conceito de divórcio, parece que as crianças pré-escolares ou são incapazes de defini-lo ou focalizam a separação física dos cônjuges. Durante o período operatório concreto, referem-se à distância psicológica ou emocional entre os mesmos e, posteriormente, à dissolução do casamento (McCollun, 1981; Lowry, 1980; Marzur, 1993).

No Brasil, são quase inexistentes as pesquisas lidando com o tema, cabendo destacar a de Ribeiro (1989), que investigou como 23 adolescentes sentiam-se na época da separação dos pais. Seu estudo destaca o papel do conflito conjugal, verificando que quando este é muito intenso e extenso, os jovens preferem a separação, concebendo-a como um alívio.

Trabalhar com as crianças e os adolescentes envolvidos nestes processos de transformação familiar traz, portanto, a necessidade de se identificarem fatores de risco e favorecer uma transição saudável. Envolvendo grande carga emocional e pouca ritualização ou validação social construtiva, essas situações desafiam a capacidade infantil para dar coerência às várias interações e mudanças em pauta, geralmente em um momento em que pouco ou nenhum apoio conseguem dos pais e família extensa, afetivamente superenvolvidos. Tornam-se importantes as investigações sobre como as crianças vivem estes processos e, independentemente de os vivenciarem ou não, é lícito perguntar até que ponto são sensíveis e/ou capazes de compreender as questões associadas às transformações da experiência familiar com que se confrontarão no seu cotidiano, quer queiram, quer não.

As crianças vivem imersas numa realidade familiar e social, ao mesmo tempo que estão em contínua relação com seus iguais. Os limites do processo de desenvolvimento (afetivo e cognitivo) colocam-nas numa situação ao mesmo tempo mais lábil e menos determinada pelo mundo mais amplo. A noção de "mapa da realidade", ou seja, o conjunto de idéias, conceitos, crenças, metáforas, através do qual se organiza o que é chamado de "realidade", aparece en-

tão como um instrumento relevante na compreensão da experiência e dos recursos infantis para enfrentar a crise da separação, divórcio e reorganização familiar, com vistas à produção de informações que possam traduzir suas demandas específicas à vida social em geral, favorecendo a proposição de ações e de programas de promoção de saúde.

Tendo esta perspectiva como pano de fundo, buscou-se o acesso aos aspectos diferenciais do "mapa" da experiência familiar de crianças de 5 a 10 anos. Foi escolhido este grupo etário por ser o mais envolvido nas separações e, ao mesmo tempo, o que experimenta o mundo de um ponto de vista bastante diverso do adulto. Anteriormente, já foi publicada, neste mesmo periódico, uma discussão sobre o contexto e a literatura sobre as crianças e as transformações familiares (Souza, 1997) e parte do estudo empírico sobre a concepção infantil de família e relacionamentos familiares (Souza, 1998). O relato que se segue descreve os dados relativos à concepção infantil de separação e divórcio, seus antecedentes e conseqüentes.

Participantes

Os dados foram coletados entre os alunos de uma escola particular de um bairro de classe média da cidade de São Paulo, compondo um grupo de 61 de crianças distribuídas entre o pré-primário, segunda e quarta séries. A idade variava de 5 anos e 1 mês a 10 anos e 7 meses. Dos sujeitos, 24 eram do sexo feminino e 37 do sexo masculino. Quanto à constelação familiar, 41 crianças pertenciam a famílias no primeiro casamento, 1 vivia numa família monoparental feminina ("produção independente"); 19 pertenciam a famílias divorciadas, 9 das quais moravam com a mãe (5) ou a mãe e avós (4) enquanto as outras 10 viviam em famílias de segunda união (3 eram filhas do segundo casamento do pai; 4 viviam com a mãe, seu segundo cônjuge e tinham novos irmãos por parte de pai e mãe; 2 viviam com a mãe e seu segundo cônjuge e tinham novos irmãos por parte de mãe e 1 vivia com a mãe e seu segundo cônjuge e tinha novos irmãos por parte do pai).

Procedimento

O procedimento[2] (em maiores detalhes em Souza, 1998 – Anexo 1) consistiu essencialmente em um processo de entrevista individual estimulada pela própria produção gráfica da criança, por gravuras e desenhos de outras crianças. O objetivo era o de ter acesso ao seu processo de organização da situação, sendo portanto flexível, ajustado à linguagem e características pessoais de cada S.

2 A coleta de dados contou com a colaboração de Daniela Pinoti, Ana Letícia C. V. Araújo e Rosamery Naomi Setogushi, estudantes da Faculdade de Psicologia da PUC-SP e bolsistas de Iniciação Científica do CNPq.

O primeiro momento do procedimento investigava a produção e os vínculos utilizados espontaneamente como definidores de uma família, sendo-lhe solicitado que desenhasse uma família enquanto intermediário da conversa. A segunda etapa buscava o acesso aos atributos levados em consideração para definir família e as funções familiares, bem como quais os limites dos respectivos conceitos.

A terceira etapa pesquisava os conceitos de separação, divórcio, famílias monoparentais, as transformações e sentimentos associados. A criança devia comparar seu desenho (1ª etapa) com outros dois (realizados por crianças), ilustrando famílias em que só estavam representados um homem e duas crianças e uma mulher e duas crianças; estabelecia-se um inquérito sobre os motivos da "ausência" dos genitores e sobre a concepção de separação, divórcio e seus desdobramentos.

A última fase buscava entender o modo como os Ss lidavam com as transformações da estrutura familiar. Uma seqüência de gravuras era apresentada sucessivamente, representando fases de um relacionamento conjugal e familiar. Investigava-se como as ações se estabeleciam, que funções os personagens exerciam, que tipos de sentimentos permeavam as três histórias. Os temas abordados compreendiam: divórcio, viuvez, namoro e novos casamentos dos pais, as funções, os sentimentos e os rótulos verbais utilizados para definir as relações com os novos indivíduos envolvidos.

Resultados

Tratou-se de uma pesquisa cujo interesse concentrou-se na descrição das respostas e sua dispersão e não na significância de relações específicas. Os conjuntos de informações (conceito de separação e divórcio, antecedentes e conseqüências) foram obtidos de uma análise de cada protocolo individual, numa estrutura semelhante a estudos de caso, apoiado no procedimento complexo que oferecia às crianças perguntas diretas e histórias sobre as quais poderiam expressar motivos e sentimentos envolvidos na separação, divórcio e novos relacionamentos amorosos dos pais. O uso das histórias favoreceu a expressão e um acesso mais fidedigno ao potencial infantil de organização das situações em pauta.

Os dados foram categorizados em função da semelhança de conteúdo e identificação de descritores. Preferiu-se usar o grau de escolaridade como critério de capacidade de compreensão em vez da diferenciação etária (mesmo que durante o texto use-se o termo idade pela maior facilidade de comunicação). A experiência concreta com a situação específica de divórcio e/ou de novos relacionamentos parentais também foi identificada para favorecer outras possibilidades de interpretação ao leitor. Usaram-se frases dos próprios sujeitos, apresentadas em padrão itálico, para ilustrar a organização e o conteúdo do pensamento das crianças.

Conceito de separação e divórcio

Apenas três dos Ss (61 ao todo), afirmaram não conhecer alguém cujos pais se separaram, sendo estas crianças do pré-primário e as mais novas do grupo estudado. Solicitadas a explicar o que é a separação, outras três também não souberam fazê-lo.

A Tabela 1 mostra a distribuição de freqüência de respostas identificadas. Como pode ser observado, todas as categorias descreveram aspectos observáveis e se apresentaram em todas as idades e tipos de experiência, apontando para uma compreensão adequada do processo envolvido e consistente com o que já fora observado sobre o conceito de família e suas transformações (Souza, 1998).

Tabela 1 – Categorias de respostas para o conceito de separação

Categorias	Pré-primário		2ª série		4ª série		Total
	cas.	div.	cas.	div.	cas.	div.	Rs
morar em casas diferentes	3	2	11	1	9	2	28
ficar longe um do outro	1	1	3	1	3	4	13
brigar e um sair de casa	1	2	3	2	2	4	14
não sabe	6	0	0	0	0	0	6

Legenda: cas. = provenientes de famílias casadas em 1ª união
div. = provenientes de famílias nas quais ao menos um dos pais era divorciado

Dois aspectos devem ser considerados em se tratando das crianças menores. Por um lado, a diferença entre compreensão e expressão, dado que aquelas que não foram capazes de conceituar a separação, posteriormente oferecem respostas consistentes sobre os sentimentos envolvidos (o que será descrito mais adiante), denotando certa compreensão do processo. Por outro, é possível pensar que a experiência favorece a descrição, o que é consistente com o estágio de desenvolvimento cognitivo das mesmas.

O divórcio foi descrito com muito maior dificuldade. Quinze das crianças não foram capazes de defini-lo, e mesmo uma, da 4ª série, afirmou não saber do que se tratava. Além disso, um grande número apenas pôde identificá-lo com a separação (26).

O divórcio implica um conjunto de ações complexas e menos visíveis do que a separação, mas os dados obtidos sugerem que a experiência concreta com o mesmo, bem como a maior maturidade cognitiva, permitem que as crianças consigam conceituá-lo como diferente da separação. Algumas daquelas que passaram por mudanças na estruturação familiar descreveram maiores detalhes, como pode ser percebido a seguir:

Os pais vão pro juiz e assinam um papel para não tá mais casado, muda de nome, fazem um acordo, decidem com quem ficam os filhos ... ai podem namorar, casar de novo. (10 anos, pais divorciados vive com a mãe e o padrasto)

Os pais vão para o juiz, lá eles descasam (?) deixam de ser marido e mulher, e então os filhos ficam morando com um deles e sai com o outro, dorme na casa, viaja. (7 anos, vive com a mãe)

Tabela 2 – Categorias de respostas para o conceito de divórcio

Categorias	Pré-primário		2ª série		4ª série		Total
	cas.	div.	cas.	div.	cas.	div.	Rs
separar	2	3	10	3	8	1	27
descasar/não ser mais um casal	0	0	4	0	2	3	9
ir à justiça e não ser mais casal	0	0	0	1	3	6	10
não sabe	9	2	3	0	1	0	15

A Tabela 2 apresenta as categorias de respostas obtidas. Optou-se por categorizar diferentemente as respostas que descreviam o descasar/deixar de ser um casal sem que a criança fosse capaz de explicar como isso era e as respostas que explicitamente mencionavam mecanismos associados à justiça e conseqüências subjacentes, conforme foi ilustrado nas descrições anteriores.

Os estudos encontrados na literatura (McCollun, 1981; Lowry, 1980; Marzur, 1993) associam a diferenciação separação-divórcio ao domínio das operações concretas. Embora os resultados obtidos caminhem nessa direção, a experiência real com a situação também parece ser necessária. Quanto aos pré-escolares, observou-se o mesmo que os trabalhos apontados: ou são incapazes de definir o divórcio ou focalizam a separação física dos cônjuges.

Todos os Ss, independentemente da idade, experiência prévia ou próxima, diferenciaram com muita clareza a separação/divórcio e a viuvez, apoiando-se na natureza do rompimento e perda afetiva e na irreversibilidade da morte. Tipicamente, as crianças afirmaram que:

...quando os pais se separam os filhos podem ainda ver o pai, até só um pouquinho, mas fala no telefone, manda presente no aniversário, assim, e quando morre nunca mais vai ver o pai ou a mãe. *[Como você sabe disso?]* Ah, eu vejo com meu amigo que o pai e a mãe se separou. (7 anos)

...é muito mais triste, quando morre. Morreu, morreu vai pro céu e quando divorcia só muda de casa, de cidade, assim, às vezes. (5 anos)

Os antecedentes da separação

O conflito, como subjacente à separação, mostrou-se como aspecto fundamental na motivação para o término da relação conjugal. Em todas as idades, a

principal causa do divórcio e da separação foi considerada "as brigas", devendo-se destacar que quando as crianças eram convidadas a explicar o que era a separação ou o divórcio tendiam espontaneamente a mencionar o conflito, mesmo que posteriormente complementassem a definição e acrescentassem outros motivos.

Brigam muito então separam. (5 anos, 8 anos, 10 anos)
...se separam porque estão se desrespeitando nas brigas. (9 anos)

De fato, as respostas dos Ss puderam ser organizadas em duas categorias básicas de motivos: o conflito e o término do amor. Sob essa última descrição apareceram respostas como:

... separam porque o amor acabou (?) ah, não se amam mais, sei lá. (7 anos)
... quando casaram se amavam mas aí foi ficando ruim e não se amam mais. (9 anos)

Embora com algumas crianças tenha sido possível aprofundar o inquérito a ponto de identificar motivos para as brigas, obtendo-se respostas relativas a questões econômicas, trabalho ou mesmo infidelidade, estas foram dispersas. A maioria não foi capaz de ir além, sendo que para a categoria "término do amor" foi impossível obter dados com o procedimento usado, talvez mesmo porque não se estivesse preparado para este tipo de resposta.

Optou-se por apresentar na Tabela 3 a freqüência das respostas encontradas quanto aos motivos para a separação/divórcio como um todo, cabendo lembrar que cada criança apresentou respostas combinadas em uma das primeiras duas categorias, associadas às demais quatro.

Tabela 3 – Motivos da separação/divórcio

Categorias	Pré-primário		2ª série		4ª série		Total
	cas.	div.	cas.	div.	Cas.	div.	Rs
brigam	8	4	10	3	12	7	44
não se amam mais amor acabou	3	1	2	1	10	2	19
não conseguem ficar juntos	3	1	2	1	1	1	10
vai (viver) com outro conheceu alguém	1	0	1	0	0	0	2
não deu certo casamento fracassou	1	1	4	2	7	4	19
não dá p/ se acertarem	0	0	0	0	0	6	6

As informações obtidas introduzem o questionamento e a necessidade de estudos que busquem abordar com maiores detalhes as idéias infantis sobre os vínculos afetivos. As respostas introduzem o reconhecimento do amor conjugal

como central para o relacionamento e que este pode acabar. Assim, as crianças não imaginam uma realidade na qual o casamento é para sempre, o que talvez favoreça o enfrentamento da experiência do divórcio, imaginado como algo possível e provável no relacionamento parental. Mas a idéia de que o amor conjugal tem um fim introduz a questão de o que o diferencia do amor entre pais e filhos e a possibilidade de finitude deste último.

As respostas como "não dá mais para os cônjuges se acertarem" só foram obtida entre as crianças de 4ª série que experimentaram o divórcio parental. Pode-se argumentar que repetem a fala dos pais, mas as respostas referentes ao "fracasso do casamento" e à "impossibilidade de ficar juntos", que foram mencionadas por todos os Ss, apontam na direção de uma diferenciação relacionamento e amor que merece maiores esclarecimentos e novos estudos.

As conseqüências da separação/divórcio

As crianças foram convidadas a explicar o que ocorria após a separação ou o divórcio através de uma pergunta propositadamente aberta e sem muitos parâmetros: "E depois que o pai e a mãe se separam/divorciam (dependendo de se a criança usara ou não o conceito de divórcio) o que acontece?" Tal questionamento favoreceu identificar vários focos de organização da experiência. A Tabela 4 apresenta as categorias identificadas e suas respectivas freqüências. Como pode ser observado, novamente, algumas crianças menores não foram capazes de responder, embora tivessem sido capazes de apontar motivos pertinentes para o processo (item anterior).

A maioria das categorias dispersam-se por todas as condições. A tristeza é a categoria mais presente, quer se refira aos filhos, quer aos pais. A idéia de alegria (porque acaba o conflito) aparece em baixa freqüência, apenas entre filhos de divorciados, lembrando os resultados obtidos por Ribeiro (1989), embora a autora tenha trabalhado com adolescentes. A noção de que o conflito pode se perpetuar pós separação (continuam brigando) também vai nessa direção.

Verificaram-se diferentes focos de organização da experiência, apoiados em aspectos relativos a mudanças na rotina de vida (pais moram em casas diferentes, arrumam namorado/a) ou em aspectos afetivos, tendo a criança ou os pais como sujeito.

Cabe ressaltar o grande número de respostas referentes aos sentimentos e comportamentos parentais, mesmo entre as crianças que não têm experiência familiar com a separação ou o divórcio, revelando uma capacidade de empatia que pode motivá-las e se considerarem responsáveis por minimizar o sofrimento parental, tarefa esta que sobrecarregaria sua própria experiência de crise.

Tabela 4 – O que acontece depois da separação e do divórcio

Categorias	Pré-primário		2ª série		4ª série		Total Rs
	cas.	div.	cas.	div.	cas.	div.	
pais moram casas diferentes pai afasta-se parentes mãe	3	1	2	1	1	1	9
arruma namorado/a nasce bebê esquema de visita (guarda)	2	2	2	2	1	2	11
continuam brigando	1	1	1	0	5	2	10
alegre, acaba briga melhor	0	1	0	1	0	1	3
filhos tristes: porque pai desaparece porque não conseguiu evitar porque querem que voltem juntos	2	1	3	1	6	2	15
todos tristes, depois passa	3	1	1	2	3	2	12
pais tristes querem voltar pais saudades casa/família pais ficam amigos	1	0	3	1	1	1	7
Pais sentem-se arruinados pais bebem pais não se cuidam direito pais sofrem muito pais ficam malucos porque não sabem o que fazer	0	1	4	2	1	1	8
não sabe	2	1	0	0	0	0	3

Os sentimentos experimentados especificamente pelas crianças aparecem em maiores detalhes e, principalmente em seu caráter temporal, através das respostas dadas às histórias, nas quais elas podiam expressar a vivência dos personagens. Alguns exemplos de falas possibilitam perceber a complexidade da situação porque ilustram a elaboração da própria experiência, a empatia com a vivência de amigos e, possivelmente, também o medo de que o mesmo aconteça consigo:

... a criança fica triste quando os pais se separa: o Sergio (personagem) tá triste que nem o Pedro. (?) Ele é meu amigo. (8 anos)

...Eu fico feliz, eu saio, vou para a casa do meu pai e recebo o carinho dele, volto para casa e recebo o carinho da minha mãe. (9 anos)

... é bom quando os pais ficam brigando muito, mas eu gostava de quando eles ficavam juntos. (10 anos)

... a criança sente falta do pai que não mora mais com ele e sente saudades. (6 anos)

... o pai vai embora, a gente não vê ele mais e fica sozinho. (7 anos)

... os meus pais brigavam tanto que eu me senti aliviada quando eles se separaram. (10 anos)

... as crianças ficam bravas porque queriam ver o pai e a mãe juntos. (8 anos)

A Tabela 5 mostra as principais categorias de respostas identificadas. Como pode ser observado, a tristeza foi o sentimento preponderante, mas esta se desmembra em um largo espectro de sentimentos dolorosos: mágoa, abandono, solidão, saudades.

Tabela 5 – Como os filhos se sentem após a separação ou divórcio

Categorias	Pré-primário		2ª série		4ª série		Total
	cas.	div.	cas.	div.	cas.	div.	Rs
triste triste fica sem pai triste porque vê pai triste triste, depois bem	2	4	5	1	6	1	19
chateado magoado abandonado	1	1	2	1	1	6	12
saudades da família juntos mal, quer pais juntos	2	0	2	0	5	6	15
sozinho: menos tempo c/ pai e mãe	0	0	3	0	1	0	4
medo, depois bem medo, depois bem porque carinho fica igual	0	0	0	1	2	2	5
alegre, tem outro pai alegre, acabam brigas bem, sai/fica com pai alegre, encontra c/ pai bem brinca com namorado/a aliviado vida fica boa	2	1	2	1	5	6	17
não respondeu	4	0	3	0	0	0	7

O bem-estar também ocorre como possibilidade ao longo do tempo. A alegria e um novo conjunto de experiências são reconhecidos pelos Ss de todas as configurações familiares. Independentemente da vivência prévia, muitos relatavam um processo. A perspectiva de que o divórcio é uma crise com um impacto doloroso inicial que vai se diluindo mostrou-se comum entre as crianças que consideravam que a ausência de brigas e a segurança do afeto permitia sobrepujar o sofrimento exacerbado. As mais velhas, principalmente, tendiam a encarar a situação sob um perspectiva temporal, falando ou não da própria vivência:

As crianças vão se acostumando devagar e então, depois, fica bem. (9 anos)

... depois fica melhor porque vê as coisas indo bem, o pai e a mãe não briga e fica um pouco com cada um dos dois. (6 anos)

... a briga é tão forte que é melhor se separar. O filho fica muito triste mas depois os pais ficam mais calmos e até conseguem dar mais carinho. (10 anos)

... eu fiquei triste mas depois eu fico feliz, eu saio, vou para a casa do meu pai e recebo carinho dele, volto para casa e recebo o carinho da minha mãe. (8 anos)

O namoro e o casamento pós-separação

Também expressando uma perspectiva temporal dos relacionamentos, os Ss reconheciam que a vida afetiva dos pais se reorganizaria. Estimulados pelas gravuras e respectivas histórias, freqüentemente descreveram espontaneamente que, quando os pais se separam/divorciam ou ficam viúvos, a conseqüência previsível é o namoro e este pode conduzir a um novo casamento. As respostas obtidas foram:

namoro... a mulher pode namorar com quem ela quiser, porque agora ela é livre de novo. (6 anos)

... pode, já que o outro amor acabou, você é livre para namorar depois, quem você quer. (8 anos)

casamento ... eles podem casar de novo, não se gostam mais. (7 anos)

... se não se dão bem e não tão mais casados não quer dizer que não podem ser feliz com outra pessoa e queira casar novamente. (9 anos)

nenhum... não pode namorar nem casar, porque pode voltar com o pai ainda. (6 anos)

Apenas 3 das crianças estudadas afirmaram que os pais não poderiam namorar após a dissolução do vínculo conjugal. Dentre elas encontravam-se 2 pré-escolares (1 de família casada e 1 de divorciada), e um aluno da 2ª série, filho de uma família em primeira união. Para estas crianças, os motivos envolvidos referiam-se à possibilidade de reatar a união e foram interpretados não como impedimentos em si mesmos, mas como a expressão do desejo infantil de que a união perdure:

Não pode namorar porque podem ficar juntos de novo (pais). (6 anos)

Não, se quiser reconquistar o casamento. (8 anos)

Quando a resposta era positiva, observou-se entre os pré-escolares uma alta freqüência de justificativas intuitivas (porque sim). Entre as demais crianças, as principais razões dadas aos relacionamentos após o divórcio referiam-se à

dissolução do vínculo e ao direito parental de tentar reconstruir uma vida afetiva. Algumas combinavam ambos os motivos. As falas abaixo foram típicas em todas as idades e condições familiares:

> Como não tem mais nada com o marido, não precisa ficar só. (8 anos)
>
> Como o casamento acabou, pode tentar novamente ser feliz. (9 anos)
>
> Tem o direito porque não é mais casada. (10 anos)
>
> A mulher é livre outra vez, tem direito de tentar novamente encontrar alguém que ela pode casar de novo, para ter outro marido ou namorado o pai pode encontrar novamente uma pessoa para viver com ele para ser feliz. (9 anos)

Ante a perspectiva de novos casamentos, um número maior de crianças optou pela negativa. Do total de Ss do pré-primário (16), apenas metade respondeu ao item, os demais afirmaram não saber (sem justificativa). Em linhas gerais, o que se obteve é que enquanto apenas 3 negavam a possibilidade do namoro após o divórcio, 11 negavam a possibilidade do casamento.

A Tabela 6 apresenta as explicações oferecidas para a possibilidade de namoro e casamento após o rompimento conjugal. Observa-se que as negativas concentram-se entre as crianças das duas séries inferiores.

Tabela 6 – Jusitificativas para a possibilidade de namoro e casamento pós-separação/divórcio

categorias	Pré-primário		2ª série		4ª série		Total
	cas.	div	cas.	div	cas.	div	Rs
não porque tem filhos	0	1	2	0	0	0	3
não porque pode não dar certo nova	1	1	1	0	0	0	3
não porque pode voltar c/ pai	2	1	2	0	0	0	5
pode também só juntar e namorar	1	0	1	1	1	2	6
pode porque é livre porque não tem mais nada c/ outro porque não está c/ outro	0	1	4	1	3	2	11
sim porque sente falta alguém porque a vida fica mais alegre não quer ficar só	0	0	1	0	2	2	5
sim porque desfez casamento não se o divórcio não saiu	0	0	1	2	2	2	7
sim porque o amor acabou	0	0	2	0	6	2	10
não sabe/não respodeu	7	1	3	0	0	0	11

Enquanto as justificativas contrárias ao namoro limitavam-se à possibilidade da volta ao casamento, para este último a negativa envolvia também os filhos, bem como a possibilidade de novo fracasso conjugal, subentendido como nova possibilidade de sofrimento infantil. Espera-se que os pais namorem, mas não se casem. A resposta "pode também só juntar e namorar", que aparece entre os sujeitos de todas as idades e condições, é ambígüa: pode tanto ser entendida como uma afirmativa, quanto como uma restrição. Talvez o namoro seja vivido como uma situação transitória e reversível, ou mesmo amena, enquanto o casamento, em seu caráter mais definitivo, traga consigo, de fato, o afastamento e término de uma realidade familiar e a constituição de uma nova família à qual algumas crianças não desejem se confrontar. As respostas favoráveis, presentes entre todas as crianças da 2ª e 4ª série, expressam motivos lógicos e ao mesmo tempo empáticos em relação à vida amorosa parental.

Quando interrogados quanto aos sentimentos associados ao namoro e casamento após o rompimento conjugal, quase não foi possível identificar respostas entre os pré-escolares para os quais tais itens do procedimento dificilmente foram passíveis de serem aplicados. A tabela 7 resume as respostas obtidas e suas respectivas freqüências. Novamente, os indícios apontam a idéia de um processo ao longo do tempo.

Tabela 7 – Sentimentos relativos ao namoro dos pais

Categorias	Pré-primário		2ª série		4ª série		Total
	cas.	div.	cas.	div.	cas.	div.	Rs
bravo raiva está lugar do pai/mãe	3	0	4	1	0	1	9
não se sente legal triste mais sozinho triste ñ tem chance de voltar	2	1	8	1	5	2	19
mal, depois melhora estranha, depois fica amigo/a depende do namorado/a	0	1	3	1	6	5	16
bem, porque cuida bem, mãe/pai feliz bem, tem 2 pais e 2 mães	0	1	0	2	3	3	9
não sabe/não foi possível aplicar	7	1	2	0	0	0	10

Os sentimentos predominantes em relação tanto ao namoro quanto ao casamento foram a tristeza e a raiva, independentemente da idade do sujeito, mas, mais freqüente entre as crianças que não vivem sobre uma situação de

divórcio parental. Os sentimentos associados ao casamento foram os mesmos e em distribuição semelhante. A única variação observada foi que entre as crianças filhas de pais divorciados apareceu a resposta:

... com saudades da família juntos.

Os Ss que vivem sob a realidade de novas configurações familiares expressam-se positivamente ante os novos parceiros, bem como em relação às suas novas famílias (como já foi descrito em Souza, 1998). A noção de que namoro e casamento são processos, e que, portanto, os sentimentos irão se modificando ao longo do tempo, é muito clara entre os Ss da 4ª série, independentemente de sua condição familiar, descrevem as mudanças. As crianças colocam-se abertas e disponíveis às particularidades de cada relacionamento, observando-se falas como:

Depende, tem namorada tão legal que é muito chato é quando o pai briga com ela. (9 anos)

...bom, se fica um tempo é porque o pai ou a mãe gosta da pessoa então deve tentar, é chato porque não é o pai. Bom, na verdade, depende, se o cara for legal, fica tudo bem. (9 anos)

Estas referências reforçam a idéia anteriormente exposta, de uma concepção de vínculo conjugal passível de rompimento e reconstrução, e a capacidade de diferenciar a própria posição e os afetos do dos pais.

Concluindo

O objetivo da investigação mais ampla, da qual este relato fez parte, foi o de compreender como as crianças se posicionam ante as transformações familiares, tendo-se optado por analisar a experiência tanto das que vivem em famílias monoparentais e de várias uniões conjugais, quanto daquelas cujos pais estão no primeiro casamento. De fato, buscava-se não o acesso direto à experiência, mas um conhecimento social a respeito da realidade familiar em suas transformações.

O que emergiu de todos os relatos é que a crença de um relacionamento conjugal indissolúvel não faz mais parte do imaginário infantil. Mas a voz das crianças também permitiu identificar a narrativa cultural dominante relativa ao valor do amor – ou do amor romântico – como o grande mobilizador e sustentáculo dos relacionamentos. Tal qual o que se tem verificado quando se investiga o relacionamento rompimento amoroso entre adultos, o que aparece é que o amor resume o grande valor que mobiliza as relações e, assim, o divórcio se instaura cada vez mais frequentemente, não porque se desvalorize o amor, mas porque, ao contrário, um relacionamento conflituoso e sem amor não é mais aceitável.

Por amor os pais casam e pelo desamor se separam, mas necessitam permanecer buscando-o com novos namorados e cônjuges, mesmo que as crianças reconheçam na separação uma situação de perda e tristeza tanto para si mesmas quanto para os pais.

Em linhas gerais, mesmo os pré-escolares conhecem as ações envolvidas na separação. Embora a compreensão dos procedimentos jurídicos envolvidos no divórcio pareçam depender do amadurecimento cognitivo, provavelmente acelerado pela experiência, a dificuldade de sua definição não significa o não reconhecimento da dissolubilidade do casamento. Trata-se de um evento doloroso e desestruturador para todos os envolvidos, descrito mesmo por aqueles Ss que não conhecem o significado da palavra e apenas seu sinônimo simplificado: a separação. Esta tem implicações diferentes: entre as conseqüências estão o namoro e o casamento parental.

As crianças mostram-se capazes de diferenciar seus sentimentos e desejos daqueles dos pais, mostrando-se empáticas ao sofrimento dos mesmos e à sua necessidade de reorganização da vida afetiva. O fato de identificarem uma família monoparental como família "normal" (Souza, 1998) e o divórcio como um evento razoavelmente previsível, como solução do conflito e da falta de amor, favorece-os aceitar com maior facilidade os novos namorados do que os novos cônjuges. Namorados talvez possam dar conta da necessidade amorosa dos pais, sem, no entanto, pôr fim às fantasias de reunião conjugal. Além disso, não instaurariam uma nova ordem familiar.

As crianças parecem ser capazes de navegar num mar de sentimentos diferenciados dos parentais e expressam a necessidade de tempo para elaborar a dor das perdas envolvidas. Elas próprias mostram que os sentimentos se modificam com o tempo.

Resta, no entanto, investigar mais o que e como é isso que se chama amor e que pode se acabar. Será que as crianças são capazes de diferenciar um amor conjugal finito sem temer que o amor que os pais têm por elas também possa chegar ao fim ? Esta segurança do afeto parental, identificada por todos os autores que realizam grupos de apoio para os "filhos do divórcio" permanece como um grande diferencial possível para uma facilitação da transição. Espera-se, assim, que os dados obtidos favoreçam a produção de material de apoio e esclarecimento da diferença entre relacionamento conjugal e filial.

O divórcio é um processo doloroso, mas pode ser sobrepujado. Os pais, vistos como seres diferenciados dos desejos de seus filhos, merecem reconstruir sua vida afetiva, mesmo com certo preço de sofrimento infantil. Além disso, a criança se permite perceber esses novos parceiros parentais e suas famílias, simplesmente como pessoas, seres de quem se pode gostar, não gostar ou a quem se deve aturar.

Torna-se básico dar-lhes tempo para realizar a irreversibilidade do rompimento conjugal e elaborar os conflitos e lealdades envolvidos na inserção de novos parceiros. A possibilidade de se abrir aos novos vínculos vai depender de

os pais lhes permitirem manter a certeza de que as ligações afetivas e biológicas permanecerão e que a separação dá conta do conflito, gerando qualidade de vida e de relacionamento. Contrariando o imaginário popular em que a madrasta da "Branca de Neve" e da "Bela Adormecida", tanto quanto suas filhas, são figuras negativas e más, os Ss evidenciaram a possibilidade de relações positivas com os novos parceiros parentais e seus familiares.

Resta saber como a crença de que as uniões conjugais são finitas se refletirá nas relações futuras e no panorama relacional que se descortina para esta geração, quando todos chegarem na idade de estabelecer vínculos românticos e conjugais. Valorizando o amor, mas o compreendendo finito, só cabe pensar que se vive uma realidade relacional na qual todos interiorizaram as palavras do poeta "que não seja imortal, posto que é chama, mas que seja infinito, enquanto dure". O tempo mostrará.

Referências bibliográficas

CARTER, B. e MCGOLDRICK, M. (1995). *As mudanças no ciclo da vida familiar.* Porto Alegre, Artes Médicas.

CROSBIE-BURNETT, M. e NEWCOMER, L. L. (1990). Group counseling children of divorce: the effects of a multimodal intervention. *Journal of Divorce*, v. 13, n. 3, pp. 69-78.

CUMMINGS, E. M. et alii (1991). Resolution and children's responses to interadult anger. *Developmental Psycholgy*, v. 27, n. 3, pp. 462-470.

DUNN, J.; BROWN, J. e BEARDSALL, L. (1991). Family talk about feeling states and children's later understanding of others' emotions. *Developmental Psychology*, v. 27, n. 3, pp. 448-455.

FARMER, S. e GALARIS, D. (1993). Support groups for children of divorce. *The American Journal of Family Therapy*, v. 21, n. 1, pp. 40-50.

FILIPINI, R. (1999). *O divórcio e as crianças: revisão da literatura através do indexador Psycclit.* Texto não publicado.

GARDNER, R. A. (1980). *Casais separados: a relação entre pais e filhos.* São Paulo, Martins Fontes.

GRYCH, J. H.; SEID, M. e FINCHAN, F. D. (1992). Assessing marital monflict from the child's perspective: the children's perception of interparental conflict scale. *Child Development*, v. 63, pp. 558-572.

ISSACS, M. B.; MONTALVO, B. e ABELSON, D. (1986). *The difficult divorce.* New York, Basic Books.

LOWRY, C. B. (1980). A cognitive developmental analysis of children's understanding of social relationships: friendship, marriage and divorce. *Dissertation Abstracts International*, n. 41.

MAZUR. E. (1993). Developmental differences in children's understanding of marriage, divorce and remarriage. *Journal od Applied Developmental Psychology*, v. 14, pp. 191-212.

MCCOLLUM, M. G. (1981). Children's concepts of family and divorce. Doutoral dissetation. Indiana Univertisty at Bloomington, 1980. *Dissertation Abstracts International*, n. 41.

PATERSON, J. E.; FIELD, J. e PRYOR, J. (1994). Adolescents' perceptions of their attachment relationships with mothers, fathers and friends. *Journal od Youth and Adolescence*, v. 25, n. 3, pp. 579-599.

RIBEIRO, A. (1989). Separação conjugal: o que os filhos acham e como se sentem? *Estudos de Psicologia*, v. 2, pp. 25-40.

SCHWARTZ, L. L. (1992). Children's perceptions of divorce. *The American Journal of Family Therapy*, v. 20, n. 4, pp. 324-332.

SOUZA, R. M. (1994). *Paternidade em transformação: o pai singular e sua família*. São Paulo, Tese de Doutoramento, PUC-SP.

_____ (1995). *Single-families in Brazil*. Dublin, The World Federations for Mental Health.

_____ (1997). A criança na família em transformação: um pouco de reflexão e um convite à investigação. *Psicologia Revista, n.* 5, pp. 33-51.

_____ (1998). Família, minha família, a família do papai, uma família sem papai e outros desafios à compreensão infantil. *Psicologia Revista*, n. 7, pp. 11-32.

Normas para apresentação e publicação

A *Psicologia Revista* é um periódico indexado pelo LILACS que publica artigos originais, tanto de autores nacionais quanto estrangeiros. Os trabalhos enviados devem se inserir em uma das categorias abaixo:

- Relatos de pesquisa
- Artigos teóricos
- Revisões de literatura
- Resenhas críticas
- Entrevistas
- Comunicações sobre pesquisas em andamento

Apresentação e envio de proposta para publicação

As propostas de trabalho devem ser enviadas para a secretaria da Faculdade de Psicologia da PUC-SP, Rua Monte Alegre, 984, sala T 53, Perdizes, São Paulo-SP, CEP 05014-001. Em caso de dúvida ou informações complementares, pode-se entrar em contato com as editoras pelo telefone (11) 3670-8155 ou por e-mail: rosane@pucsp.br e noely@teknobank.com.br.

Os originais devem ser apresentados em duas vias, acompanhados de cópia em disquete em qualquer versão Word (a partir de 2.0).

Além do texto propriamente dito, solicita-se que o autor apresente uma página de rosto com informações completas de endereço, forma preferencial de contato e indicações breves sobre o texto:

- foi apresentado em encontro científico?
- foi reelaborado a partir de dissertação ou tese?
- é um artigo revisto?
- foi financiado por alguma agência?

Normas de redação

O trabalho completo deve ter um mínimo de 10 e um máximo de 30 laudas. Deve estar digitado em texto corrido (teclando ENTER apenas para mudança de parágrafo), em letra Arial 12, espaço duplo. Em caso de apresentação de figuras e tabelas, estas devem ser enviadas em arquivo separado. Notas de rodapé também devem ser enviadas em arquivo separado.

O texto deve conter:

1. Título completo em português e inglês.

2. Nome(s) do(s) autor(es), titulação, filiação institucional, endereço eletrônico e outras informações que considere(m) relevantes.

3. Resumos em português e inglês com o máximo de 200 palavras ou 15 linhas.

4. Palavras-chave em português e inglês: no mínimo três, no máximo cinco.

5. Informações bibliográficas conforme instruções abaixo.

5.1. As citações no corpo do texto devem conter:

a. sobrenome do autor da obra mencionada ou da obra de onde foi extraída a citação;

b. data da publicação original (primeira publicação) da obra mencionada ou da obra de onde foi extraída a citação;

c. no caso de citação, número da(s) página(s) de onde foi extraída a citação, na edição consultada (não necessariamente a edição original).

Exemplo: (Mcneill, 1970, p. 132); ou Assis (1992)

5.2. As referências bibliográficas (enviadas em arquivo separado) devem conter:

a. sobrenome e nome do autor da obra referida;

b. data da publicação;

c. nome da obra referida;

d. dados da obra referida: local da publicação e editora e número da edição, no caso de livros. Nome do periódico, volume, número e página(s), no caso de periódico.

Exemplos:

LANE, Silvia T. (1985). Linguagem, pensamento e representações sociais. In: LANE, Silvia T. M. e CODO, Wanderley (orgs.). *Psicologia social – O homem em movimento.* 3. ed., São Paulo, Brasiliense.

MARTURANO, Edna M. (1976). Interação criança-mãe: características do componente verbal em três situações. *Psicologia*, vol. 2, n. 3, pp. 43-59.

Procedimento de análise

O procedimento adotado para aceitação definitiva para publicação será o seguinte:

– Primeira etapa: seleção dos artigos segundo critério de relevância e adequação às diretrizes editoriais.

– Segunda etapa: parecer de qualidade a ser elaborado por consultores científicos.

Os pareceres comportam três possibilidades:

a. aceitação integral;

b. aceitação com alterações;

c. recusa integral.

Em qualquer dos casos o autor receberá informações sobre o parecer do consultor.

Após selecionados, os artigos ainda passarão por um processo de preparação editorial especializada e serão enviados aos autores, caso sejam necessárias correções finais.



Impressão de miolo e acabamento:

Gráfica da PUC-SP
Rua Ministro Godói, 965 – Perdizes – SP
Tel.: 3670-8366